



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
BIANCA QUEDA COSTA

**ARQUIVO DE LEITURAS EM AD:
UMA CONSTRUÇÃO (IM) POSSÍVEL**

Palhoça
2017

BIANCA QUEDA COSTA

**ARQUIVO DE LEITURAS EM AD:
UMA CONSTRUÇÃO (IM)POSSÍVEL**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem.

Orientador: Prof. Dr. Solange Gallo.

Palhoça

2017

C87 Costa, Bianca Queda, 1993-
Arquivo de leituras em AD : uma construção (im)possível /
Bianca Queda Costa. – 2017.
106 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Sul de Santa Catarina,
Pós-graduação em Ciências da Linguagem.
Orientação: Prof. Dra. Solange Leda Gallo

1. Análise do discurso. 2. Letramento informacional. 3.
Comunicação na ciência. I. Gallo, Solange Leda. II. Universidade do
Sul de Santa Catarina. VI. Título.

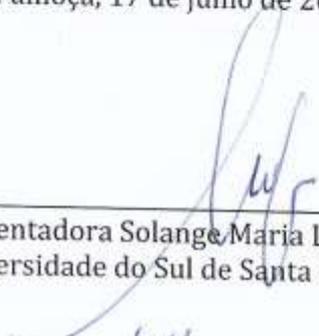
CDD (21. ed.) 401.41

BIANCA QUEDA COSTA

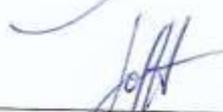
ARQUIVO DE LEITURAS EM AD: UMA CONSTRUÇÃO (IM)POSSÍVEL

Esta Dissertação foi julgada adequada à obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem e aprovada em sua forma final pelo Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Palhoça, 17 de julho de 2017.



Professora e orientadora Solange Maria Leda Gallo, Doutora.
Universidade do Sul de Santa Catarina



Professora Solange Mittmann, Doutora.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul



Professora Juliana da Silveira, Doutora.
Universidade do Sul de Santa Catarina

Dedico este trabalho a todos os gigantes que participaram de minha vida ao longo desses anos e me deram apoio em seus ombros para que eu pudesse chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

É difícil lembrar-me de todos que gostaria de agradecer. Primeiro porque é impossível lembrar tudo, como Funes, o memorioso¹, e a totalidade é só um efeito. Uma frase de Isaac Newton que diz "Se cheguei até aqui foi porque me apoiei em ombro de gigantes", e faço as palavras do físico as minhas. Todas as pessoas dos meus agradecimentos foram gigantes que permitiram chegar até aqui. Momento tão (des)esperado de terminar essa dissertação.

Quem viveu comigo nesses últimos seis meses finais da dissertação sabe o quanto foi difícil, ou melhor, desafiador terminar essas escritas. Eu nunca pensei que sobreviveria a uma separação, ainda mais tendo só seis meses de casada. O fato é: eu sobrevivi e precisava dar conta disso tudo. Os momentos que eu pensei em desistir foram muitos, só eu e Deus sabemos, talvez agora só Deus, sabemos quantas vezes eu fiz as contas para saber o quanto do valor eu teria que devolver ao programa de bolsas de pós-graduação se eu largasse tudo e fosse morar no exterior. Mas a minha orientadora não permitiu. E só quem (re)conhece o chicotinho da Solange Gallo sabe do que estou falando.

Por isso, ela é a primeira pessoa que eu gostaria de dedicar os meus agradecimentos. Porque ela foi muito mais que uma mãe nesse processo caótico de escrita. Dizem que os avós são como os pais só que com um monte de cobertura doce. E ela foi uma orientadora mãe com um monte de cobertura doce, foi uma avó para mim. Ao mesmo tempo em que ela era linha dura e exigia o cumprimento das atividades previstas, nossas orientações eram sempre muito tranquilas. A tesoura dela nesse processo de estruturação da dissertação foi essencial, e quando digo tesoura não estou falando metaforicamente. Só foi possível passar por esse processo de (des)construção da dissertação (e das minhas próprias questões) porque eu tive uma orientadora que mesmo com seu 1,50m foi uma gigante. Sempre preocupada comigo, nos nossos longos e-mails com as orientações ela escrevia sempre ao final "P.S: Como vai o coração?". Nunca terei como agradecer a Solange Maria Leda Gallo por ter acreditado tanto nesse meu projeto do Arquivo de Leituras em AD, mesmo lá quando ainda era uma sementinha da Iniciação Científica. Por isso, à querida Sol eu só digo: "Gratidão, gratidão, gratidão".

A minha mãe Claudelice, e ao meu pai de coração Fernando, que me acolheram em sua casa nesse processo da separação e/ou escrita da dissertação. Por toda a paciência que tiveram comigo e toda a compreensão que tiveram nos momentos difíceis. Todas as noites que

¹¹ Conto de Jorge Luis Borges, pertencente ao livro Ficciones (Ficções), de 1944.

eu ficava escrevendo e eles não faziam barulho nenhum para não me atrapalhar, e eu sei quanto eles adoram tagarelar à noite enquanto assistem televisão. Aos meus dois velhinhos gigantes: Muito obrigada por me acolherem nesse processo. Teria sido (im)possível sem vocês.

Gostaria de agradecer também a um pequeno cartão que recebi no dia da minha aprovação ao processo seletivo do mestrado e que me moveu para que eu chegasse até aqui. Nesse cartão dizia “Rumo ao mundo, ao futuro, às coisas grandes. Um passo de cada vez. Amo você”. E foi ele que eu pendurei na minha escrivaninha para que toda vez que eu pensasse em desistir, eu lembrasse o porquê eu precisava continuar. Assim, quero agradecer ao meu gigante, Adilson Francisco Costa Jr, amigo que conheci na faculdade de Jornalismo, de rosto ossudo, calças gastas e all-star branco. Aquele garoto que me apaixonei aos 19 anos, morou comigo por dois anos, e foi meu marido por seis, e que mesmo na sua ausência nesse processo, esteve presente de alguma forma. Tudo isso se fez necessário para que hoje (re)significássemos e (des)estabilizássemos aquilo que tínhamos como ideia de casamento.

Ao meu irmão-urso, meu atleta, meu levantador, meu maior ídolo, Leonardo Queda, que mesmo passando por um semestre tão terrível quanto o meu, talvez até mais, pois não foi fácil desistir do vôlei, me apoiou nas piores horas. Aprendi com meu pequeno irmão que mesmo quando você pensa que “tudo está dando errado” é só efeito, porque não tem como “tudo” dar errado, alguma coisa tem que dar certo.

Agradeço ao meu pai biológico, Paulo Costa, jornalista, conselheiro e amigo. Que mesmo falando para mim o tempo todo “eu te avisei”, me amparou financeiramente nesses dois anos para que eu pudesse ter outras condições de produção para fazer essa pesquisa. E mesmo não concordando com minhas escolhas, sempre me apoiou e me incentivou a correr atrás das minhas coisas.

Aos professores Juliana Silveira e Vitor Pequeno, que na disciplina de tópico especial: Discursividades online e Textualidades digitais, muito me ajudaram pensando as questões que envolviam o arquivo e a materialidade do digital. Foram norteadores nesse processo (in)certo de experimentação. E mesmo extraclasse, disponibilizaram muito do seu tempo nas discussões do grupo de pesquisa sobre meu objeto. Juliana Silveira, sempre me dando o suporte de indicação de leituras e inclusive, me dando “tudo na mão”, ia atrás de localizar os arquivos desses materiais e me enviava por e-mail. Não há palavras para agradecer, Ju. Vitor Pequeno, que foi quem me disse para não desistir, ou melhor, insistir no Arquivo de Leituras em AD, no encontro Rede Sul Letras, momento inclusive em que eu anunciava o abandono da pesquisa e a pretensão de dissertar sobre a *Deep Web*.

A professora Solange Mittmann da URGSS, pela leitura que fez da minha dissertação na banca de qualificação. Todos seus apontamentos foram primordiais para chegar a essa versão final da dissertação. Não foi só uma cereja do bolo que ela deu para essa pesquisa, foram várias.

A minha colega de disciplina de tópicos especiais deste semestre, Debbie Noble, que passou algumas tardes na sala de estudos da PPGCL me ajudando a olhar para o meu objeto. A meu colega pesquisador cientista da TI, Douglas Lohamnn, que me ajudou a (des)entender a linguagem computacional e o concepção teórica de banco de dados. Ao técnico Ladislau Felisbino, que também teve contribuição na pesquisa de banco de dados, e anteriormente, me auxiliou a desbravar o mundo obscuro da *Deep web*.

Agradeço a todos do PPGCL/Unisul por todo o aprendizado proporcionado e pelo convívio nesses dois anos de estudos.

E por fim, agradeço a Capes pela bolsa concedida.

RESUMO

Nesta dissertação centramos as investigações sobre aspectos da leitura de arquivos discursivos, mais especificamente, arquivos no digital, e também aspectos informatizados do tratamento de documentos textuais. Por meio do dispositivo teórico da Análise de Discurso mobilizamos algumas noções para analisar os aspectos técnicos e políticos da construção de um arquivo digital. Não compreendemos aqui o arquivo como um espaço físico, mas como conceitua Pêcheux (1992) o arquivo sendo um “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”. Experimentamos através da construção do instrumento tecnológico “Arquivo de Leituras em AD”, uma forma de circulação de materiais acadêmico-científicos na rede internet por meio de uma plataforma parecida com aquelas que oferecem mecanismos de busca mais comuns. “O Arquivo de Leituras em AD” é uma plataforma que reúne materiais bibliográficos da Análise do Discurso, a partir das quais deriva um banco de dados online para (re)atualizações (in)constantemente das noções que estão sendo pesquisadas nesses materiais, por via do que chamamos “fichamentos”. Buscamos nas nossas investigações olhar para essa materialidade do digital e como se dá essa criação coletiva de um arquivo científico/acadêmico. A partir disso, desenvolvemos a noção de divulgação científica-acadêmica.

Palavras-chave: Arquivo de Leituras em AD, leitura de arquivos, divulgação científica-acadêmica

RÉSUMÉ

Dans ce mémoire, on a visé les investigations sur des aspects de la lecture d'archives discursives, plus spécifiquement sur des archives numérisées, et aussi sur des aspects informatiques du traitement de documents textuels. Par le moyen du dispositif théorique de l'Analyse de Discours, on a mobilisé quelques notions pour analyser les aspects techniques et politiques de la construction d'une archive numérisée. On ne comprend pas ici les archives comme un espace physique, mais comme conçoit Pêcheux (1992), les archives étant un « champ de documents pertinents et disponibles sur une question ». On a expérimenté à travers de la construction de l'instrument technologique « Archives de Lectures en AD », une forme de circulation de matériels académique-scientifiques dans le réseau internet au moyen d'une plate-forme semblable à celles qui offrent des mécanismes de recherche plus communs. « L'archive de Lectures en AD est une plate-forme qui réunit des matériels bibliographiques de l'Analyse du Discours à partir desquelles dérive une banque de données online pour des (ré)actualisations (in)constantes des notions qui sont recherchées dans ces matériels, à travers de ce qu'on appelle « fichements ». On a cherché dans nos investigations à avoir un regard vers cette matérialité du numérique et à comprendre comment cette création collective se réalise-t-elle d'une archive scientifique/académique. À partir de cela, on a développé la notion de divulgation scientifique-académique.

Mots-clés : Archive de Lectures en AD, lecture d'archives, divulgation scientifique-académique.

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	14
2 INTRODUÇÃO.....	18
3 O MODO DE FUNCIONAMENTO DA PLATAFORMA.....	26
3.1 O ENVIO DOS APONTAMENTOS/FICHAMENTOS.....	30
3.2 O PRÉ-CONSTRUÍDO DOS MECANISMOS DE BUSCA.....	35
3.3 ESPAÇO MATERIAL DO ARQUIVO E SUA CIRCULAÇÃO	37
4 O GESTO DE TRANSPORTAR.....	43
4.1 DISCURSO PEDAGÓGICO, ACADÊMICO E CIENTÍFICO	43
4.2 O MODO DE FUNCIONAMENTO DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NO DISCURSO ACADÊMICO	49
4.3 TRANSPORTE COMO ACONTECIMENTO ENUNCIATIVO.....	56
5 AS LEITURAS NORMATIZADAS DOS BANCOS DE DADOS	62
5.1 DA HISTÓRIA À HISTORICIDADE DOS BANCOS DE DADOS.....	65
6 A (IM)POSSIBILIDADE DE UM ESPAÇO POLÊMICO DE LEITURAS.....	72
6.1 ESCRITA/LEITURA EM ANÁLISE DE DISCURSO X ESCRITA/LEITURA DE COMPUTAÇÃO	72
6.2 “LITERATOS” E “CIENTISTAS”	76
7 ARQUIVO, AUTORIA E LEITURA.....	82
7.1 (A)RQUIVO	82
7.2 O EFEITO DE AUTORIA NO/DO ARQUIVO DE LEITURAS.....	85
7.3 OS LEITORES E O ARQUIVO	91
8 CONCLUSÕES (IN)ACABADAS	97
REFERÊNCIAS	103

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Arquivo de Leituras em AD	26
Figura 2 Interfaces da AD.....	30
Figura 3 Formulário do Google	31
Figura 4: Deixe seu apontamento	33
Figura 5: Caixa de busca	35
Figura 6: Cartões perfuradores	67
Figura 7: Caminho do banco de dados	68
Figura 8: Planilha dos Fichamentos	88
Figura 9: Compilação dos fichamentos no site.....	90

1 APRESENTAÇÃO

Minha pesquisa se iniciou a partir da ideia de construir um “Arquivo de Leituras em AD”, que reuniria materiais e diversas obras com noções da Análise do Discurso (AD), criando, assim, um banco de dados online para atualizações constantes de forma coletiva.

Para entendermos como se deu essa (des)construção, traçaremos aqui todos os (des)caminhos, (des)encontros e des/insistências que nos levaram a uma ideia defensável nesta dissertação.

É muito comum que quando lemos uma pesquisa, ou uma matéria jornalística sobre uma pesquisa, temos conhecimento apenas dos métodos e resultados. Porém, o que fica esquecido são todas as tentativas e erros que levaram essa pesquisa a ser de um jeito e não de outro. Orlandi (2004) explica que faz parte da divulgação da ciência “[...] constituir efeitos de sentidos que são próprios ao que se denomina de divulgação científica. Produz-se aí uma versão. A divulgação científica é uma versão da ciência”. A versão que queremos mostrar aqui é aquela que expõe os percalços e proveitos que tiramos de todo esse processo. Assim, parafraseando Althusser em seu livro “A corrente subterrânea do materialismo do encontro”, esperamos que essa dissertação seja, de início, um projeto sobre o Arquivo de Leituras em AD.

A Análise do Discurso teve Michel Pêcheux como seu precursor na França e o conseqüente desdobramento dessas pesquisas com Eni Orlandi no Brasil. Mazière (2007, p. 10) explica que a singularidade da AD é garantida por “[...] uma série de exigências e de proposições, datadas, construídas, experimentadas, provindas de uma história”. Por isso, a Análise de Discurso integra uma área da ciência em que não há procedimentos isolados previamente definidos. “É porque o analista tem um objeto a ser analisado que a teoria vai-se impondo” (ORLANDI, 2003, p. 10).

Atualmente pode-se afirmar que há uma AD francesa e outra no Brasil. “[...] Na França, a Análise de Discurso é, de imediato, concebida como um dispositivo que coloca em relação [...] o campo da língua e o campo da sociedade apreendida pela história” (GADET, 1997, p. 8-9). No Brasil, o primeiro grupo de intelectuais orientados por Eni Orlandi na UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas) expandiu-se pelas variadas

instituições universitárias brasileiras, dando uma nova cara a esta corrente da teoria da linguagem; enquanto na França, segundo Orlandi (2005, p. 85), “[...] entre o ‘nome’ (AD) e a ‘coisa’ institucional há um lapso separando um momento e outro: o da sua fundação e o de sua institucionalização acadêmica”.

Em um estudo feito em 2012 com a professora Helena Iracy dos Santos Neto, pelo Programa de Iniciação Científica da Unisul (PUIC), percebemos que a Análise de Discurso carecia de uma obra em que houvesse circulação de suas noções. Não pensamos na época em um dicionário da área, o que Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau (2004) já produziram na França, nem tampouco em um Glossário, já tão bem realizado na UFRGS, fruto de um projeto coordenado por Maria Cristina Ferreira (1999)². A proposta seria de um banco de dados que fosse constantemente atualizado, de acordo com pesquisas e novas noções que vão sendo formuladas na área, pensando no pesquisador de AD como interlocutor.

A partir disso, criamos a Memória Conceitual da Análise de Discurso (<http://biancaqueda.wix.com/memoriaconceitual>). Durante um ano de pesquisa do PUIC, 55 noções básicas foram catalogadas da seguinte forma: buscamos nas obras de AD essas noções: memória, interdiscurso, acontecimento discursivo, etc, e as transcrevemos, acompanhadas da indicação do autor, publicação e página.

Porém, vários pontos da Memória Conceitual precisavam ser (re)pensados, começando pelo nome. O que Análise de Discurso entende por memória está na ordem da historicidade, e não da máquina, assim o conceito de arquivo, que reúne todos os documentos pertinentes sobre uma questão, definição clássica de Pêcheux (1982, p.57), talvez fosse mais apropriado do que “memória” (que em AD tem outros efeitos de sentido), para o banco de dados que estávamos construindo. Outro ponto, pensado posteriormente, foi o de não recortar apenas as noções, mas trazer justamente as obras, que já estão disponíveis na internet, via hiperlink, para que assim fossem destacadas as noções, conforme o gesto de leitura de cada leitor. E quando a obra não estivesse

2 *Glossário de termos* do discurso *realizado pela professora Maria Cristina Leandro Ferreira*, professora da URGSS, com os termos mais recorrentes da AD para alunos de Iniciação Científica Mestrando e Doutorando. (<http://ufftube.uff.br/video/716MNHM4BBOO/Gloss%C3%A1rio-da-An%C3%A1lise-do-Discurso--Maria-Cristina-Leandro-Ferreira>)

disponível online haveria um espaço digital somente para a publicação das noções, assim a obra teria que ser lida em um arquivo físico.

E assim foi que chegamos à criação do “Arquivo de Leituras em AD” (<http://biancaqueda.wixsite.com/arquivodeleituras>), com a justificativa de auxiliar os pesquisadores da área, ampliar a divulgação científica nas universidades brasileiras e fazer com que este projeto fosse permanentemente atualizado passando a ser um banco de dados com vida própria, pois se acreditava que com o tempo os interlocutores, que são os próprios pesquisadores, poderiam ser, além de usuários, colaboradores.

Obviamente que era uma proposta grandiosa, herdada da iniciação científica, queríamos dar “um passo maior que a perna”, o que seria inviável. Então, quando saímos da fase deslumbrosa, resolvemos reformular o projeto, dessa vez em proporções mais comedidas e cabíveis. Mas se colocavam problemas para essa construção.

Alguns questionamentos podem ser citados aqui: O que levaria os pesquisadores a utilizar essa ferramenta? Como atrair o olhar para um possível instrumento de pesquisa que estávamos propondo? Será que nosso arquivo teria relevância enquanto divulgação científica? Se estávamos propondo noções de Análise de Discurso, como funcionaria essa ferramenta tecnológica para as Ciências Humanas?

Isto posto, passamos a buscar respostas, mas encontramos mais perguntas. E fomos nesse movimento o percurso todo: questionando e refutando. Até acharmos um possível caminho para sairmos do impasse. Se enquanto divulgação científica o “Arquivo de Leituras” não funcionaria, por vários motivos que serão discorridos nessa dissertação (legitimação do discurso científico, falta de inscrição na escritorialidade, o funcionamento do discurso autoritário), resolvemos pensar a noção do que pretendemos chamar de divulgação acadêmica e, partir do arquivo, analisarmos a sua (im)possibilidade.

Partindo do pressuposto que o discurso acadêmico pode circular como um discurso polêmico, isto é, há aí a possibilidade de polissemia e não apenas de paráfrase, é que iniciamos nossa incursão para o que virá a ser uma divulgação acadêmica, em contraponto ao discurso pedagógico e científico que, na maioria das vezes, constituem-se como discursos autoritários. Partiremos do discurso acadêmico, para começarmos de algum lugar que enuncia esse acadêmico. O que é um discurso acadêmico? Ele

corresponde a que realidade? O que difere o discurso acadêmico do científico e do pedagógico?

Depois disso entenderemos como um instrumento científico-tecnológico pode ser utilizado na área da Ciência&Cultura, diferentemente da Ciência&Tecnologia, como um instrumento utilitarista. Para tanto, tematizaremos a comparação entre as duas proposições. Revisitaremos também a noção de arquivo formulada por Pêcheux (1982) e trazendo outros autores para essa discussão.

Os mecanismos de busca também terão um lugar importante dentro dessa (des)construção do nosso pensamento para entender o espaço da internet como sendo o espaço para o imaginário de que tudo cabe, que tudo está lá e como esse efeito de sentido se produz dentro de um material acadêmico.

O efeito de rede, que temos com a internet, também desdobra outras questões sobre o virtual e online, pensadas por Gallo (2015) sobre a escritorialidade. Discutiremos, portanto, a noção, e a relacionaremos ao que estamos chamando de discurso acadêmico. Esses materiais inscrevem-se ou não na escritorialidade? Se se inscrevem, quais efeitos de sentido produzem e como produzem?

Discutiremos as condições de produção dos textos que podem se situar tanto no discurso científico como no acadêmico, ou no entremeio, pensando no lugar social do pesquisador acadêmico e como ele se inscreve neste jogo da divulgação da ciência ou da divulgação acadêmica. Por via do desenvolvimento da noção de divulgação acadêmica, poderemos compreender o efeito-leitor.

Por fim, mobilizaremos as noções de arquivo, autoria e leitura para analisar os diferentes gestos de leitura e autoria colaborativa no site. Trabalharemos com a noção de efeito-rumor para olharmos esse fazer coletivo que se dá no discurso da escritorialidade.

Assim, o próximo capítulo discorrerá sobre o modo de funcionamento do “Arquivo de Leituras em AD” versão beta³.

3 Versão beta é a versão de um produto (geralmente software) que ainda se encontra em fase de desenvolvimento e testes e são disponibilizados para que os usuários possam testar e eventualmente, reportar bugs para os desenvolvedores.

2 INTRODUÇÃO

O Arquivo de Leituras em AD foi constituído a partir da plataforma livre e gratuita wix.com⁴. Toda a elaboração do arquivo se deu a partir das práticas técnicas que a plataforma (im)possibilita. A ideia desses construtores de websites é poder editar a maior parte do site do jeito que quiser, sem precisar conhecer a língua computacional de HTML, abreviação da expressão inglesa *HyperText Markup Language*, que significa Linguagem de Marcação de Hipertexto. A plataforma permite criar páginas diversas, incluir fotos, vídeos, arquivos de word/pdf e direcionar links de outras páginas.

Todo o site é em HTML5, uma linguagem para estruturação e apresentação de conteúdo na internet, o 5 da sigla é porque esta linguagem já está na sua quinta versão. O HTML trabalha com a linguagem de marcação, é essa linguagem que possibilita que um conjunto de regras e códigos sejam criados para definir como um conteúdo da web vai ser exibido, em outras palavras, como uma página será formatada e visualizada.

Se pensarmos em um livro, compreendemos que ele tem uma capa, cores, títulos, sumário, um capítulo que termina em uma página, o próximo que só inicia em outra, há também espaçamento entre um parágrafo e outro, algumas palavras em itálico, tudo isto são regras de formatação, e é isso que o HTML faz, cria um conjunto de modelos, ordens, para que o texto/foto/imagem seja exibido dentro do website.

Porém, a edição no wix pode ser feita a partir da própria interface do site, não há necessidade de mexer no código-fonte. O HTML5 permite que haja uma rotatividade de conteúdo maior, só assim foi possível trabalharmos com os arquivos em PDF e com a ferramenta de busca no site.

Obviamente que a falta de conhecimento na linguagem técnica causou algumas barreiras na construção do site na plataforma, muitos comandos precisaram ser mediados, por falta de automatização do site. Ainda que a plataforma apresente muitas opções de *tags* (rótulos usados para informar ao navegador como deve ser apresentado o website) não há como mudar o modo de funcionar dessas *tags*. Em outras palavras, você consegue

⁴ Empresa israelense com sede em Nova York que tem templates gratuitos para sites como forma de adquirir clientes

aumentar o título, modificar o início e o fim da página, colocar caixa de diálogo, mas apenas dentro das opções que estão disponíveis no site.

Claro que para um primeiro momento, para uma experimentação desejada, a plataforma serviria, o propósito era sentirmos como funcionaria a organização dos textos, como os alunos conceberiam aquele espaço e se inscreveriam dentro dele.

E ainda que de forma mediada e manual, foi possível trabalhar com todas as leituras programadas. Nossa experimentação se deu na sala de aula, utilizamos o Arquivo de Leituras em AD nas disciplinas de Texto e Discurso e Análise de Discurso durante todo o quarto trimestre de 2016. As disciplinas foram ministradas pelas professoras Solange Gallo, Nádia Neckel e Giovanna Flores, no Programa de Pós Graduação em Ciências da Linguagem da Unisul.

Ao mobilizarmos o dispositivo teórico da Análise de Discurso, temos o “Arquivo de Leituras” como um corpus experimental. Para tanto, precisamos compreender como se constrói um corpus no âmbito da Análise de Discurso.

Em seu dispositivo analítico, a AD funciona a partir das noções de *corpus* e recorte. Orlandi, em “Segmentar ou Recortar” (1984), conceitua a noção de recorte em contraponto à noção de segmento, tradicionalmente utilizada na Linguística, definindo que “[...] o *recorte* é unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva” (ORLANDI, 1984, p. 14). Podemos compreender assim:

Em análise do discurso, ao constituir o corpus e ao recortar nele determinados sentidos, quando tantos outros estão latentes, estamos, com esse procedimento, articulando a memória do corpus à nossa própria memória, enquanto sujeitos da ciência (GALLO, 2011, p.282).

Quando fazemos um recorte, em Análise de Discurso, não estamos apenas trabalhando com um tipo de material linguístico, imagético ou sonoro, o recorte é o enquadramento do olhar do pesquisador para o arquivo, e é desse olhar que sairá o *corpus*, marcado pelas condições de produção daquela materialidade. Gallo (2011) explica esse movimento: “o recorte do corpus é a materialização da posição do sujeito analista. É nesse sentido que dizemos que a análise do discurso é assumidamente uma prática científica política” (GALLO, 2011, p.282). A partir de uma posição no discurso

científico, o analista devolve a materialidade histórica e ideológica à materialidade simbólica. Assim, o *recorte* é o que possibilita a delimitação da análise, pois sabemos que não é possível dizer tudo.

A AD está no espaço contraditório de uma disciplina de entremeio, trabalhando com várias disciplinas sem ser exatamente nenhuma delas, (re)significando-as e (re)inscrevendo-se a cada nova análise. Mazière (2007, p. 10) afirma que a singularidade da AD é garantida por “[...] uma série de exigências e de proposições, datadas, construídas, experimentadas, provindas de uma história”. Por isso, a Análise de Discurso integra uma área da ciência em que não há procedimentos previamente definidos – ao contrário dos métodos quantitativos ou qualitativos de análise. Assim, analista de discurso “não interpreta o texto; através de um dispositivo analítico, ele explicita (torna visíveis) os gestos de interpretação que textualizam a discursividade e ele interpreta os resultados dessa análise, no interior de um dispositivo teórico” (ORLANDI, 2005, p.77).

Podemos dizer que a unidade da análise de discurso é o texto, mas não se trata de texto enquanto obra literária ou texto como pretexto para estudar a língua. O modo como se trabalha o texto na perspectiva discursiva é:

[...] trata-se do texto como forma material, como textualidade, manifestação material concreta do discurso, sendo este tomado como lugar de observação dos efeitos da inscrição da língua sujeito a equívoco na história. Trata-se do texto como unidade de análise (científica) do discurso. E é essa sua qualidade teórica, o de ser unidade de análise. (ORLANDI, 2005, p.77)

Deste modo, pensamos o texto como unidade de sentido em relação à situação discursiva. Nas palavras de Orlandi (2003, p. 10), “[...] é porque o analista tem um objeto a ser analisado que a teoria vai-se impondo”. E a teoria impõe-se a partir do objeto porque o analista busca marcas discursivas que emitem pistas de acordo com o gesto de leitura, ao contrário das outras ciências.

Segundo Orlandi a AD “interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntado pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como a historicidade, trabalha a ideologia, como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele.” (ORLANDI, 1999, p.20). Desse

modo, a junção da linguagem, com o acontecimento histórico e com o sujeito estabelece um objeto de análise, que é o discurso.

[...] O discurso não corresponde à noção de fala, pois não se trata de opô-lo à língua como sendo esta um sistema, onde tudo se mantém, com sua natureza social e suas constantes, sendo o discurso, como a fala, apenas uma sua ocorrência casual, individual, realização do sistema, fato histórico, a-sistemático, com suas variáveis etc. O discurso tem sua regularidade, tem seu funcionamento que é possível apreender se não opomos o social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo ao objetivo, o processo ao produto. (ORLANDI, 1999, p.22)

Ainda na perspectiva da autora, a AD toma o discurso como seu próprio objeto de análise, assim o discurso “[...] para a Análise de Discurso, não se trata apenas de transmissão de informação, nem há essa linearidade na disposição dos elementos da comunicação, como se a mensagem resultasse de um processo assim serializado alguém fala, refere alguma coisa, baseando-se em um código” (ORLANDI, 1999, p.21).

Para a AD “as relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentidos entre locutores.” (ORLANDI, 1999, p.21). O processo do funcionamento da linguagem não é somente comunicação e/ou informação, a AD percebe a relação dos sujeitos e dos sentidos afetados pela língua e pela história.

Nosso objeto de pesquisa é o discurso, e a partir desse olhar para a linguagem, estabelecemos um corpus de análise que é o “Arquivo de Leituras em AD”. Procuraremos descrever/interpretar o seu funcionamento.

Porém, como mostramos nos passos dessa jornada, o banco de dados, que teria o objetivo da divulgação científica para os interlocutores, que seriam os próprios pesquisadores, foi (des)construído. A pesquisa então se modificou nesse movimento da divulgação científica para o que queremos chamar de divulgação acadêmica, do lugar social do pesquisador para o lugar social do pesquisador-acadêmico. Partindo do conceito de formações imaginárias, proposto por Pêcheux (1969), compreendemos que as imagens que os interlocutores de um discurso atribuem a si e ao outro são determinadas por lugares empíricos e institucionais, construídos no interior de uma formação social. Assim, a imagem do pesquisador, por exemplo, já está determinada pelo lugar empírico a ele atribuído por uma determinada formação social.

No entanto, o sujeito ao se identificar com determinados saberes, se inscreve em uma formação discursiva e assim, passa a ocupar, não mais o lugar de sujeito empírico, mas sim o de sujeito do discurso. A formação discursiva então vem por sua vez como o lugar do reconhecimento dos sujeitos, sendo assim “[...] é o lugar da constituição do sentido e da identificação do sujeito. É nela que todo sujeito se reconhece (em sua relação consigo mesmo e com outros sujeitos) e aí está a condição do famoso consenso intersubjetivo (a evidência de que eu e tu somos sujeito)” (ORLANDI, 2006b, p.58).

As palavras sozinhas não produzem sentidos por elas mesmas, são derivadas das formações discursivas em que se inscrevem, só assim produzem efeito. “O discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro. [...] As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas” (ORLANDI, 1999, p.43). Portanto para a AD os sentidos sempre são determinados ideologicamente.

Eni Orlandi explica que “a ideologia é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos”. (ORLANDI, 1999, p.47) e para Pêcheux “é a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc...” (PÊCHEUX, 1997, p.160). Assim, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer. Não há ideologia sem sujeito, ou sujeito sem ideologia.

As formações discursivas estão ligadas à paráfrase e à polissemia, e não podem ser entendidas como algo fechado, por isso entendemos que é um complexo de formações discursivas com dominante. As palavras só têm sentido quando já foram ditas anteriormente. “[...] Para que uma palavra tenha sentido é preciso que ela já faça sentido (efeito do já-dito, do interdiscurso, do Outro).” (ORLANDI, 2006a, p.18). Segundo Orlandi (2006b, p. 86) a paráfrase seria a permanência do mesmo sentido sob formas diferentes. “[...] Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa ainda o retorno aos mesmos espaços do dizer.” (ORLANDI, 1999, p.36). Por outro lado, há sempre o diferente, presente em todo dizer, que se faz em condições únicas.

Assim, o “Arquivo de Leituras em AD” terá como interlocutor o sujeito-acadêmico, participante da disciplina “Análise de Discurso”, oferecida no Programa de

Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Unisul, com alguns textos escolhidos pela professora Solange Gallo. Os alunos, a pedido da professora, apontaram as noções de AD dentro das obras que foram selecionadas, em um gesto de indexação, produzindo um fichamento coletivo das obras. O conjunto dos textos resultantes dos fichamentos, além do conjunto das obras disponibilizadas no site e o próprio site constituíram, como dito anteriormente, o corpus para análise.

A AD distingue dois tipos de corpus: experimental e de arquivo. O primeiro é aquele que se constrói recolhendo os dados e fatos, pode ser uma resposta à entrevista, a questionário e/ou muitos outros. Já o corpus de arquivo é delimitado a partir de documentos referentes a um assunto, “O funcionamento do arquivo em corpus experimental é, pois, diferente daquele que se desenha institucionalmente. Ele não está na memória de arquivo, ele se faz na pesquisa e com ela. A partir dele, o gesto de interpretação é lançado para constituir arquivo e corpus” (ZILIO, 2016, p.87). Forgiarini (2012), baseado nos estudos de Courtine, desdobra a noção de “Arquivo Construído”, para essa “coleta” de material, ou seja, “[...] o arquivo formado a partir de um corpus experimental também é, redundantemente falando, material de arquivo. A minha proposta aqui é chamar esta “coleta” de material para análise de “arquivo construído”. Por isso, nossa pesquisa “trata-se de um registro de modos de dizer de um tempo atual” (FORGIARINI, 2012, p.73).

A construção do nosso corpus se deu ao longo de toda a disciplina da Pós Graduação em Ciências da Linguagem da Unisul e observamos os gestos de leituras feitos a partir dele, assim nosso *corpus* se caracteriza como um *corpus* experimental porque ele se fez na/com a pesquisa. Trabalhamos então com a noção de arquivo construído, por meio dos arquivos que constituíram o Arquivo de Leituras em AD.

Assim, através da produção de um corpus experimental, temos como objetivo para esta dissertação compreender os (im)possíveis sentidos de um arquivo acadêmico digital, de divulgação de leituras em AD, Queremos também, tentar estabelecer a noção de divulgação acadêmica, mais precisamente, a noção de divulgação acadêmica no digital, enquanto um discurso de escritorialidade, fazendo todas as relações necessárias; ou seja, colocando em perspectiva para essa discussão o discurso científico, o acadêmico

e o digital. E assim, ver nessa articulação como podemos formular a noção de divulgação acadêmica.

A construção do instrumento tecnológico “Arquivo de Leituras em AD” foi realizada para experimentar como seria sua circulação na internet como uma plataforma parecida, pelo menos, com os mecanismos de busca mais comuns. O nosso intuito, é que a partir dessa experimentação possamos ver como leitores de AD se inscrevem nesse espaço e como leem o que estamos propondo. Essa experimentação nos deu a possibilidade para compreendermos como os leitores estão interpretando o nosso arquivo, e se entenderam esse arquivo como divulgação acadêmica.

O que nos interessa refletir aqui, a partir desse corpus, é sobre são os aspectos da leitura de arquivos, mais especificamente, arquivos no digital. Olhando para esses aspectos informatizados do tratamento de documentos textuais, estamos interessados nas práticas técnicas e políticas que envolvem essa construção.

Pêcheux (1969) se aventurou nesse jogo da informática, com pesquisadores de diferentes áreas, para tentar busca uma programação que funcionasse para a Análise do Discurso.

Pêcheux formulou, assim, a Análise Automática do Discurso, projeto desenvolvido em sua tese de doutorado, defendida em 1968 e parcialmente publicada em 1969. O “Automático” é uma referência aos algoritmos que compunham algumas etapas analíticas, mas que ganhou programação utilizável apenas em 1971, com a formulação informática desenvolvida pelo filósofo em parceria com Philippe Duval (ADORNO, 2017, p.3).

É o trabalho específico com a língua que deu a Pêcheux os elementos para problematizar os procedimentos formais da análise, entretanto, havia também uma problematização do autor em pensar sobre os procedimentos informáticos de leitura e interpretação:

Os procedimentos informatizados visam antes a intervir de maneira regulada sobre o gesto espontâneo ou culto de leitura. Propondo ao olhar leitor recortes heterogêneos do texto a ler, atraindo-o a considerar os níveis opacos à ação de um sujeito (sintaxe, léxico, enunciado), uma Análise de discurso pode mudar a natureza do gesto de leitura: não mais um gesto globalizante no qual a interpretação se confunde com o reconhecimento, mas vários gestos nos quais a interpretação se efetua na tensão. Não se trata de leitura plural na qual um sujeito joga, multiplicando os pontos de vista possíveis para nela melhor reconhecer-se, mas de uma leitura na qual o sujeito é, ao mesmo tempo, despossuído e responsável pelo sentido que ele lê. (PÊCHEUX e MARANDIN, 2011, p. 113-114)

Todo o dispositivo da Análise Automática do Discurso (AAD-69) foi representado sob a forma de algoritmos, admissíveis à programação informatizada. Não era uma questão de formalizar a AD, mas de informatizá-la, realizar um programa informatizado. Assim:

O programa AAD-69, escrito em Fortran IV por MP e Ph.Duval, foi implantado no Centre de Calcul pour les Sciences Humaines do CNRS em 1972. Cerca de duas dezenas de pesquisadores em Ciências Humanas que problematizaram sua disciplina (linguística, psicolinguística, sociologia, psicologia...) no quadro da teoria do discurso utilizaram esse programa de 1971 a 1981, em que pese o fardo da codificação manual prévia. O que mostra o interesse pela novidade da abordagem metodológica e teórica que o dispositivo AAD representava. (GADET; LÉON; MALDIDIER; PLON, 2014, p.56).

Porém, a inadequação do programa levou Pêcheux e sua equipe, a buscar uma alternativa ao programa do AAD 69. Assim, em 1981 o software DEREDEC foi programado, “apresentando-se como um ambiente de programação que permitia a realização de procedimentos modulares, ao contrário do ADD 69, que não executava mais do que uma única tarefa bem determinada” (GADET; LÉON; MALDIDIER; PLON, 2014, p.57).

Obviamente, que o Arquivo de Leituras em AD não tem uma linguagem totalmente baseada em algoritmos, mas a sua experimentação se faz para pensarmos, como também pensou Pêcheux, em uma aproximação da AD em certos procedimentos informatizados.

Assim, nesta perspectiva nos interessa apresentar, no próximo capítulo, algumas das contradições com as quais nos deparamos ao tentar aproximar o discurso acadêmico/científico das formas digitais informatizadas.

3 O MODO DE FUNCIONAMENTO DA PLATAFORMA

Os textos indicados para leitura nas disciplinas de Texto e Discurso e Análise de Discurso, foram todos disponibilizados no site que construímos. Assim, em um primeiro momento, duas abas foram criadas no site. Uma intitulada “Disponível na rede” que contém todos os textos que têm sua versão digital e já foram publicados na internet, e pela via de hiperlinks o site direciona para o seu local de origem. A outra aba intitula-se “Acervo Particular”. Nela os textos que não estavam disponíveis na internet foram referenciados para que os alunos pudessem fazer os apontamentos, os alunos então leram no arquivo físico e enviaram os apontamentos das obras pelo site. Essa aba foi criada sem a inserção dos textos, pois como alguns deles continham direitos autorais, deixamos só a referência para os alunos saberem de qual obra se tratava.

Figura 1 Arquivo de Leituras em AD



Fonte: ARQUIVO de Leituras em AD. 2016. Disponível em: <<http://biancaqueda.wixsite.com/arquivodeleituras>>. Acesso em: 02 abril. 2017.

Porém, no decorrer da disciplina, fez-se necessário que uma terceira aba de textos fosse criada. Com o desenvolvimento dos alunos na formulação dos apontamentos, muitas noções diversificadas, que em um primeiro momento não eram esperadas, apareceram, por exemplo: panóptico, terrorismo, nazismo, entre outras. Ainda que sejam

noções que não fazem parte das mais mobilizadas dentro da Análise de discurso, como discurso, interdiscurso, esquecimento, ainda eram formulações possíveis. Não estamos trabalhando aqui na ideia de que a noção seria apenas uma noção teórica, mas também temas de estudo. Além disso, é importante ressaltar aqui que somos nós que estamos lendo como noção, os verbetes aleatórios. Nós produzimos em cima desse gesto de produzir um fichamento (escolher a palavra-chave, destacar o início e o final do trecho, colocar aspas) como um gesto que produz uma noção.

Os caminhos para lidar com essa surpresa eram muitos, e a primeira dúvida foi: cortar ou não cortar? Seria possível trabalhar com apontamentos tão destoantes daqueles que se imaginava? Poderíamos nos distanciar tanto das noções clássicas, (refiro-me aqui ao que seria mais (re)conhecido como noção da AD)? Bem, a saída foi pensar como seria possível trabalhar com esses apontamentos formulados. Pois, quando olhamos para a noção apontada “fascismo”, compreendemos que é um fato da realidade e que ao ser apontado como fichamento vira uma noção teórica.

Aqui cabe uma discussão para que se entenda o que está aí envolvido. Vejamos, Orlandi (1987, p.15) propõe três tipos discursivos: discurso lúdico, discurso polêmico e o discurso autoritário. O que diferencia esses tipos de discurso é o referente e os participantes do discurso, levando em conta a paráfrase e a polissemia. Para a autora “no discurso autoritário, o referente está ‘ausente’, oculto pelo dizer; não há realmente interlocutores, mas um agente exclusivo, o que resulta na polissemia contida.” (idem, p. 15-16). Orlandi então parte de que o discurso pedagógico é um discurso autoritário no seu modo de funcionamento. O jogo da paráfrase no discurso pedagógico é muito presente, quanto mais próximo o aluno chega do que o professor disse melhor, pois não há espaço para a polissemia, é apenas repetição. Além disso, o professor sempre se coloca como origem do dizer, as referências permanecem ocultas, como se o professor detivesse aquele conhecimento, e não há menção dos autores.

Entretanto, já o “aluno universitário deve utilizar-se do discurso acadêmico, e dos gêneros aceitos para uso dentro deste discurso (na modalidade escrita, podemos citar o artigo acadêmico, a resenha, o relatório)” (FIGUEIREDO; BONINI, 2006,p.417). E esses autores são referenciados nos levantamentos bibliográficos.

Marinho (2010, p.370) quando escreve sobre a complexidade do universo letrado da acadêmica explica que “o discurso acadêmico se sustenta por estratégias elaboradas de erudição pouco compreensíveis e usuais para um leigo”, assim problematiza as leituras iniciadas nos primeiros anos universitários “em primeiro lugar, destaca-se a lista de autores e textos que lhes são apresentados aos quais poderíamos juntar tantos outros, Marx, Bakhtin, Vigotsky, Geertz” (Ibidem, p.369). O que nos interessa aqui nessa citação é justamente olhar para esses autores, ainda que seja de difícil compreensão, dentro do discurso acadêmico eles estão presentes, visíveis, há a sua referência para os alunos, ainda que haja esse jogo de tensão por sua complexidade. E é nesse espaço que consideramos o discurso acadêmico, por ser menos autoritário, predominantemente polissêmico.

Compreendemos então que a presença dessas noções “estranhas” ao dispositivo, como marcas da inscrição dos sujeitos autores dos apontamentos, não em um discurso pedagógico (no qual só caberia a paráfrase), mas sim no discurso acadêmico (no qual cabe a polissemia).

Compreendendo, então, os tais apontamentos como gestos polêmicos de leitura, pudemos incluí-los na construção desse Arquivo de Leituras em AD. Afinal, o que estava em questão não era se os alunos tinham acertado ou errado, mas como os alunos estavam lendo as noções.

Todos os textos escolhidos para a disciplina, com exceção de dois, sobre os quais me referirei mais tarde, foram selecionados por constituírem-se dentro da perspectiva discursiva, por autores que analisaram materialidades discursivas diversas, mas sempre com um olhar de analistas do discurso. Por isso, concluímos que não teria problema se a noção de nazismo, por exemplo, não fosse daquelas mais mobilizadas em AD, pois nesse caso estava sendo articulada à perspectiva discursiva. Assim, em futuras pesquisas, teremos aí a possibilidade de encontrar uma leitura discursiva da noção. Dessa maneira, abriu-se um grande leque para o arquivo, que, como já dissemos, não contaria, inicialmente, com termos de fora do dispositivo teórico da AD, mas que, com esse nosso gesto de interpretação, passou a incorporar outras noções como, por exemplo, a noção apontada por um aluno “panóptico, terrorismo, nazismo”.

Se pensarmos no dispositivo teórico da análise do discurso entendemos que o próprio dispositivo permite um alargamento das suas noções. Os pesquisadores analistas do discurso trabalham com a polissemia, pois a corrente teórica permite isso. Por exemplo, quando se fala efeito-rumor temos a Gallo (2015) trabalhando a partir de uma perspectiva e a Silveira (2016) trabalhando de outra. Isso acontece também com a noção lugar discursivo.

As noções em AD estão sempre em movimento, conforme o analista vai mobilizando a teoria juntamente com seu corpus vai permitindo que outras questões sejam pensadas. A estrutura interna permite esse espaço para uma “semeadura”, isto é, um lugar possível para o surgimento e atualizações das noções. Porque não é uma questão de acerto e erro, mas de diferentes perspectivas e gestos de leitura. Por isso, acatamos a ideia da semeadura, considerando pequenas sementinhas (as noções) que vão semeando no Arquivo de Leituras e que ao final, a AD, por se tratar de uma teoria móvel, pode (a)colher, já que não é um problema trabalhar com diferentes perspectivas.

Nesse movimento de pensar um espaço de “semeadura” dentro do Arquivo de Leituras em AD, pensamos em criar, para experimentações futuras, uma seção dentro do site chamada de “Semeadura do Arquivo”⁵. A ideia é que essas noções “estranhas” ao dispositivo sejam indexadas nesse espaço. Assim, os pesquisadores/professores/leitores de AD podem explorar este espaço observando como essas noções estão sendo interpretadas, em diversas pesquisas. E abre espaço para as próprias noções definidas de renovação/ressignificação.

Enfatizamos que esse gesto de leitura que fizemos sustentou-se na compreensão de que os alunos, inscritos em um processo discursivo polêmico, próprio de um discurso acadêmico, não poderiam ser reconhecidos apenas por suas paráfrases, ao contrário disso, outras noções puderam ser formuladas e concebidas, abrindo espaço para a polissemia.

Agora, voltando aos dois textos que não foram pensados na perspectiva discursiva, são eles: “Posições”, de Althusser e “Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da Linguística”, de Benveniste. Foi a partir deles que se propôs a terceira aba “Interfaces da

⁵ Nesse ponto gostaria de agradecer imensamente a professora Solange Mittman (URGSS) pela leitura feita, a partir da banca de qualificação, para pensar nesse lugar dentro do Arquivo de Leituras.

AD”. Nesta aba são inseridos textos que tem relação com a Análise de Discurso, mas que não fazem parte dessa corrente teórica.

Figura 2 Interfaces da AD



Fonte: ARQUIVO de Leituras em AD. 2016. Disponível em: <<http://biancaqueda.wixsite.com/arquivodeleituras>>. Acesso em: 02 abri. 2017.

O Arquivo de Leituras em AD seria um campo virtual de possibilidades para essas noções. Esse gesto de leitura realizado pelos alunos nos permitiu olhar para a contradição da própria ideia inicial que tínhamos do que seria uma noção. E é na contradição que está o que interessa para AD, porque é ali que o sujeito se mostra.

3.1 O ENVIO DOS APONTAMENTOS/FICHAMENTOS

Como já mencionado anteriormente o construtor de website wix permite que algumas ações sejam realizadas na plataforma e outras não. Até o momento que estávamos apenas mexendo no layout do site para incluir documentos, botões direcionados, disposição de todos os elementos no site, a plataforma respondia muito bem. Porém, quando nos deparamos com a interação dos usuários no site, como o envio

dos apontamentos, não havia nenhuma maneira, nem por aplicativos ou extensões, de automatizar esses dados enviados, e menos ainda de organizá-los. Portanto, todos os dados inseridos no site pelos usuários, chegaram a mim como mensagens no e-mail. Ainda que já soubéssemos, de início, que esses apontamentos enviados não seriam indexados automaticamente no site, precisávamos achar um jeito de, ao recebê-los, subdividi-los, ou agrupá-los por autor, obra, usuário. No entanto, as disciplinas já haviam começado e não tínhamos tempo de articular todo esse modo de funcionamento.

Assim, somente depois da disciplina já iniciada, conseguimos propor um trabalho mais direcionado pelo *Google Forms*, que são questionários personalizados do *Google* para coleta de dados. Desta maneira, todas as mensagens enviadas são transformadas em listas, e são organizadas em planilhas do Excel. E por via das planilhas foi possível agrupar os apontamentos por obras, autor, ou aluno, o que tornou mais fácil a organização e a publicação no site. Como trazemos na imagem abaixo, há os campos a serem preenchidos, como nome, referência da obra, palavra-chave e indicação da página e eles direcionam o que o aluno deverá ou não inserir ali naquele espaço.

Figura 3 Formulário do Google

The image shows a Google Form titled "Apontamentos" (Pointings). The form is displayed in a light blue theme. At the top, there are tabs for "PERGUNTAS" (Questions) and "RESPOSTAS" (Answers), with "PERGUNTAS" selected. The form contains the following fields:

- Nome** (Name): A required text field with the placeholder "Preencha seu nome completo" (Fill in your full name).
- Referência da Obra** (Reference of the Work): A required text field with an example: "Ex: ORLANDI, Em Pizzarello, Análise de Discursos oratórios & procedimentos, 6. ed., Campinas: Pontes, 2009."
- Palavra-chave** (Keyword): A required text field with an example: "Ex: Esquecimento" (Ex: Forgetting).
- Indicação página(s)** (Page Indication): A required text field with an example: "Ex: p.184 - isto no livro é o formulário (...) em relação ao mg/De não se põe linguagens / p.107 - não se trata de trabalhar (...) mania tentou produzir sentido" (Ex: p.184 - this in the book is the form (...) in relation to mg/De it is not about languages / p.107 - it is not about working (...) mania tried to produce sense).

On the right side of the form, there is a vertical toolbar with icons for undo, redo, delete, and other editing functions.

Fonte: FORMULÁRIO do Google. Disponível em: <<https://docs.google.com/forms>>. Acesso em: 02 abril, 2017.

O fato é que, com esse formulário estamos criando o que na Análise de Discurso se compreende por clivagem subterrânea, Pêcheux (1994, p.56) quando fala sobre o arquivo aponta que: “[...] há, entretanto, fortes razões para se pensar que os conflitos explícitos remetem em surdina a clivagens subterrâneas entre maneiras diferentes de ler o arquivo”, nos termos de Pequeno (2016, p.27) pensando na relação homem-mundo e demanda/reposta prática técnica, podemos pensar nesta clivagem subterrânea que produzimos “na medida em que são formuladas para descrever e fazer operar o sujeito *de rede* [...] aquele que (através dos filtros) se relaciona com o banco de dados e as memórias metálicas.”. Logo, essa clivagem vai determinar em boa medida, o que os alunos formularão (o que pode e o que não pode ser formulado). Assim “defenderemos que é justamente através de clivagens subterrâneas que o arquivo opera, produzindo e reproduzindo univocidades: modos de leitura/interpretação” (Ibidem, p.14).

A partir das clivagens que produzimos, muitos problemas foram aparecendo, podemos citar alguns deles, como no campo que pedia o nome da obra recebemos o nome do aluno, a noção apontada sem o número da página, citações no meio da página algumas entre colchetes e outra entre parênteses. Assim, compreendemos que essas marcas são um “desvio” em relação ao gesto de leitura proposto pela clivagem produzida por meio do formulário, assim o formulário ao definir esses campos produz uma divisão, ao mesmo tempo em que a própria leitura também produz, é uma divisão dupla produzida no/pelo arquivo. O que corrobora a proposição (silenciosa) de um caminho de leitura proposto no formulário e aqui “desviado”.

Essas caixas de diálogo podem ser compreendidas pela perspectiva de Gallo (1990) como espaços cambiáveis, que seriam “furos” na textualidade por onde vaza uma marca de enunciação. Por exemplo, no formulário onde há uma caixa de texto em branco em que o sujeito pode escrever qualquer coisa, ali é possível marcar sua presença, deixando seu gesto de leitura. Há ali um espaço de autoria, pois há inscrição do sujeito. Desdobraremos melhor essa questão da autoria e do sujeito leitor no último capítulo.

Esses desvios nos levaram a inserir mais uma caixa de diálogo na página do envio dos apontamentos “Saiba como referenciar o trecho do seu apontamento **aqui**”, o “aqui” como um hiperlink para o endereço eletrônico que disponibiliza as normas da ABNT da Unisul.

Figura 4: Deixe seu apontamento



Fonte: ARQUIVO de Leituras em AD. 2016. Disponível em: <<http://biancaqueda.wixsite.com/arquivodeleituras>>. Acesso em: 02 abri. 2017.

No decorrer das nossas reflexões e discussões dentro da sala de aula, nos foi colocado em xeque à noção de apontamentos, pois os alunos entenderam que apontamentos remeteriam a comentários sobre as noções, como algo mais opinativo. E o que estávamos propondo era que o aluno no momento em que apontasse naquela parte da obra a noção trouxesse apenas o trecho ali escrito tal e qual a obra, como um fichamento, e não que reformulasse ou trouxesse reflexões sobre a palavra-chave inserida naquela obra. Por isso, cerceamos essa observação dos alunos, reformulamos e decidimos trocar apontamentos por fichamentos. Pois, a ideia era justamente que nesses fichamentos nós, enquanto leitores, pudéssemos revisitar esses lugares dentro das obras, em que as noções foram desenvolvidas/propostas. Não temos a pretensão e sabemos que não seria possível que o fichamento resolvesse o problema do que é essa noção, como uma resposta pronta, igual aos livros didáticos. O Arquivo de Leituras é um guia nesse sentido, não queremos usar as noções e colocar para resolver um problema de entendimento, mas sim no modo que a gente lê para saber que várias obras e autores discutem/pensam/refletem sobre essa noção. Obviamente, que sabemos que não é um modo como um banco de dados propõe uma leitura, e por isso o construímos assim.

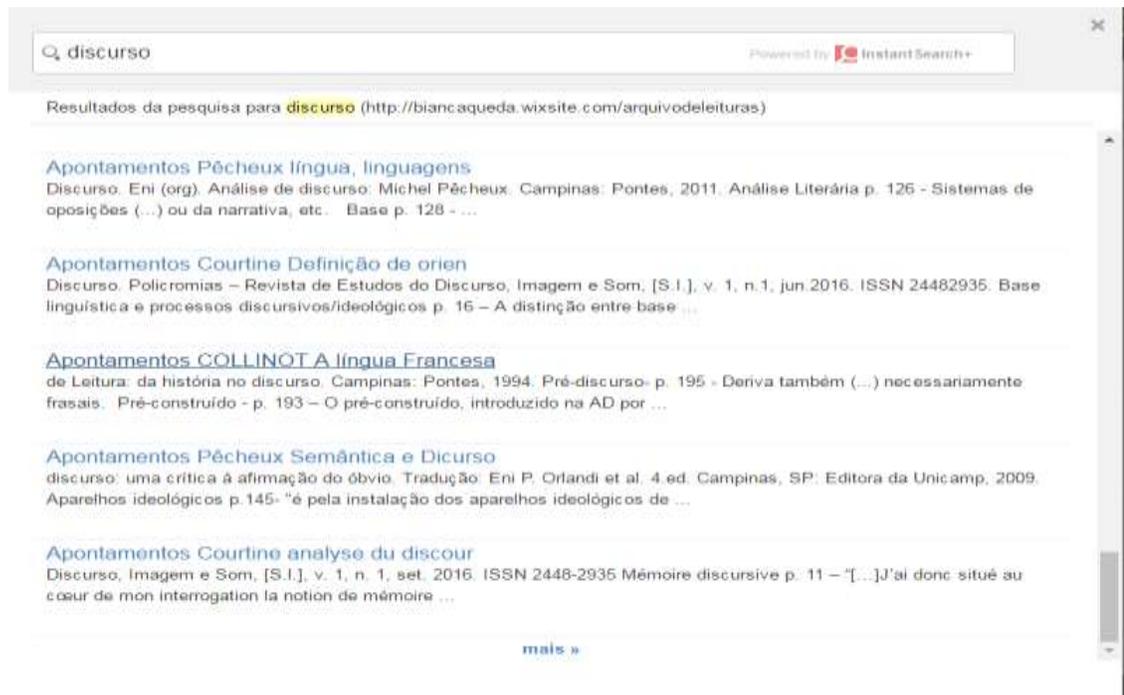
1.2 MECANISMOS DE BUSCA

Resolvido o problema de como receberíamos esses fichamentos, como eles seriam organizados e como disponibilizaríamos tudo isto no site, precisávamos pensar como os alunos e/ou usuários fariam as buscas dentro deste Arquivo de Leituras, que tem pretensão de ser um banco de dados. Dentro desses construtores de website há vários aplicativos, que podem ser adquiridos gratuitamente ou não, para exercer algumas funções que a programação do site não permite por limitações técnicas. Uma delas é a caixa de busca, não há outra maneira de inserir, se não por via de um dispositivo padrão: o aplicativo.

Após vários testes com diferentes aplicativos, decidimos usar o *Site Search*, que não é *free*, mas pagamos por ele, pois achamos que seria um bom investimento para essa primeira fase de experimentação. O aplicativo conseguiu localizar buscas em todas as abas do website, e não só nas principais, aquelas que ficam na página inicial do site.

A ideia desta caixa de pesquisa é que os usuários possam inserir os termos que estão procurando no site e já serem direcionados para as páginas, sem precisarem abrir obra por obra. Então, quando o usuário está procurando a palavra “discurso”, por exemplo, utilizando a barra de pesquisa encontrará em quais obras e páginas essa palavra está apontada: a palavra discurso aparece em: “Língua, Linguagens, Discurso”, de Pêcheux, M., em “Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso”, de Courtine, J., em “A Língua francesa: pré-construído e acontecimento linguístico”, de Colinot e Mazière, e assim por diante, como podemos observar abaixo.

Figura 5: Caixa de busca



Fonte: ARQUIVO de Leituras em AD. 2016. Disponível em: <<http://biancaqueda.wixsite.com/arquivodeleituras>>. Acesso em: 02 abril. 2017.

Sabemos que hoje, com a evolução das técnicas e projetos na área de sistema de informação, essa é uma maneira muito primária para se realizar uma busca em website, pois não deveria haver a necessidade de se limitar ao aplicativo. Tudo poderia ser programado, tendo já na sua construção uma arquitetura adequada para definir as interfaces para cada tipo de banco de dados. Mas devido a nossa falta de conhecimento na linguagem computacional, o aplicativo *Site Search*, foi a maneira possível para que os usuários do site pudessem realizar suas buscas em nossos arquivos.

3.2 O PRÉ-CONSTRUÍDO DOS MECANISMOS DE BUSCA

Essa prática de se realizar buscas em arquivos é muito antiga, mas o que estamos tentando compreender é como ela se dá hoje na rede de internet. Assim, diversas formas que podemos interpretar esses arquivos aí constituídos no digital “são limitadas pelo

recorte já produzido pelo gesto de leitura (técnico-científico)” (GALLO; FLORES; PINOTTI; SOUZA, 2005, p.252).

Os produtores destas informações são os “cientistas”, conforme Pêcheux (1994), “os produtores/utilizadores dos instrumentos”. O discurso destes cientistas é determinado duplamente: por um lado pelas características e possibilidades/limites da tecnologia e dos instrumentos, e de outro, pela característica da própria linguagem informatizada (digital). Os dois determinantes definem o recorte para o arquivo que “seleciona” os textos, compondo aquilo que constitui a memória. (GALLO; FLORES; PINOTTI; SOUZA, 2005, p.252).

Assim, a internet abre um novo espaço para os arquivos, constituindo um lugar imaginário onde “tudo cabe”, “tudo pode”. Orlandi (2004, p.45-46) aponta a diferença entre a organização e a ordem na língua, nesta perspectiva a internet é balizada pela organização e não pela ordem. Os buscadores automatizados se organizam por estrutura, ao contrário das bibliotecas físicas, que são determinadas por ordens discursivas.

O modo de circulação dos sentidos no discurso eletrônico nos faz pensar que, pela sua especificidade, produz consequências sobre a função-autor e o efeito-leitor que ele produz. E estas consequências estão diretamente ligadas à natureza da memória a que estes sentidos se filiam. E, certamente, à materialidade significante de seus meios. (ORLANDI, 2010, p.7).

Essa ideia que temos de que tudo está na internet é produzida “na forma de adição, acúmulo: o que foi dito aqui e ali e mais além vai se juntando como se formasse uma rede de filiação e não apenas uma soma, como realmente é em sua estrutura e funcionamento” (Ibidem, p.7). Por isso temos a impressão de que o que estamos formando é uma rede que contém “tudo”.

Mas sabemos que a memória da máquina não está na ordem da historicidade, mas sim, na memória metálica. Orlandi explica essa memória como:

A memória da máquina, da circulação, que não se produz pela historicidade, mas por um construto técnico (televisão, computador, etc.). Sua particularidade é ser horizontal (e não vertical, como a define Courtine), não havendo assim estratificação em seu processo, mas distribuição em série [...] Este é um efeito – uma simulação - produzido pela memória metálica, memória técnica. Quantidade e não historicidade. Produtividade na repetição, variedade sem ruptura. E o mito, justamente, desta forma de memória é o “quanto mais, melhor”. (ORLANDI, 2010, p.21)

A memória metálica, a memória de serialização não falha e se apresenta

“como ilimitada em sua extensão, só produz o mesmo, em sua variação, em suas combinatórias”. (ORLANDI, 2007, p. 15-16). Courtine, apud Orlandi (2010, p.5) diferencia dois eixos para a memória: a profundidade vertical, que seria a do acúmulo, e a horizontal da serialização, que seria de efetuar a classificação; distribuir em classes e organizar então por significantes.

Assim, tudo está lá e nada é esquecido. Quanto mais resposta a internet nos dá, mais se reforça esse efeito de que tudo está na rede. Quando falamos em digital, produzimos um sentido de “rede”. Entretanto, a filiação a redes é de fato da memória discursiva, do interdiscurso. A memória metálica “não produz redes em profundidade, mas serialização na/de superfície” (ORLANDI, 2010, p.9 nota de rodapé).

Nesta perspectiva, Rogers (2017, p.21) explica que “como observei, os mecanismos de busca, um ponto de entrada crucial na web, são máquinas epistemológicas na medida em que rastreiam, indexam, armazenam em cache e, em última instância, ordenam o conteúdo”. Essas indexações são feitas a partir de uma prática técnica, está no nível da programação. O autor coloca em questão também que “as posições superiores das buscas são altamente procuradas; organizações fazem uso de técnicas de otimização de busca para aumentar a visibilidade de seus sites” (Ibidem, p.21). Ou seja, esses mecanismos de busca evidenciam alguns resultados, e apagam outros, é preciso que os arquivos cumpram com as regras do mecanismo, e isto vai determinar o que estará em evidência ou não.

Portanto, pensando na criação do “Arquivo de Leituras em AD”, decidi trazer para a próxima seção, dois sites que funcionam como mecanismos de busca: o Google Acadêmico e a Wikipédia, para entendermos a circulação de um arquivo com materiais acadêmico-científicos e outro arquivo construído coletivamente. Não analisarei aqui neste projeto sua constituição e formulação, mas apenas a sua circulação.

Refletiremos sobre a questão da completude: será que o efeito de que “tudo está ali”, que funciona no Google, também funciona no Google Acadêmico?

3.3 ESPAÇO MATERIAL DO ARQUIVO E SUA CIRCULAÇÃO

Segundo Orlandi, em relação ao processo de produção do discurso “podemos falar da existência de três momentos, que se articulam e se entrecruzam, em que sujeitos e sentidos se constituem, e em que processos de individualização do sujeito se configuram e reproduzem: o da constituição, o da formulação e o da circulação” (Orlandi, 2001, p.9). A circulação então, como já analisamos, se daria em “certa conjuntura e segundo certas condições dos discursos”.

Para pensarmos essa questão da circulação do Google Acadêmico e do Wikipédia, levantaremos a conjuntura desses dois arquivos e suas condições.

A Wikipédia traz o conceito de ser “uma enciclopédia livre, de amplo escopo que está a ser construída por milhares de colaboradores de todas as partes do mundo. Este é um site baseado no conceito de Wiki, o que significa que qualquer internauta, inclusive você, pode editar o conteúdo de quase todos os artigos”. O projeto foi criado em 15 de janeiro de 2001, em língua inglesa, e após um ano já possuía quase 10 mil artigos.

A Wikipédia tem todo o conteúdo de seu site coberto pela licença de documentação livre GNU (GNU Free Documentation License). As contribuições são devidamente creditadas aos autores, enquanto que os direitos de cópia, incluídos na licença, garantem que o conteúdo da enciclopédia poderá sempre ser reproduzido e distribuído livremente, desde que as regras estabelecidas sejam respeitadas. Qualquer informação pode ser acrescentada através do link "Editar" (nas abas de conteúdo) que é mostrado em quase todas as páginas do site, porém nem todas são passíveis de modificação. As que têm alguma restrição são chamadas de “páginas especiais”. Quando um usuário está criando uma página com conteúdo considerado “imutável”, ele pode solicitar a proteção desse conteúdo por meio de uma “página especial”, desde que apresente os motivos para isso. Assim, há diretrizes da Wikipédia que mostram aos colaboradores o que pode ou não ser produzido naquele espaço.

A noção do que é um saber, ou menor, do que são os saberes mobilizados, por um efeito de sentido, está relacionada com a definição construída discursivamente na própria Wikipédia, quando seus textos institucionais (tomados como diretrizes para os usuários) buscam definir o que é uma enciclopédia, que enciclopédia a Wikipédia é o que são “conteúdos educacionais” (HENGE, 2009, p.27).

O Google Acadêmico é buscador do próprio Google, que faz sua busca em

trabalhos acadêmicos, literatura escolar, jornais de universidades e artigos variados. Essa ferramenta de pesquisa foi lançada em novembro de 2004, e somente em 2006 começou a buscar documentos em língua Portuguesa.

A pesquisa é feita buscando na web o que têm disponível de artigos revisados por especialistas (peer-reviewed), teses, livros, resumos e artigos de editoras acadêmicas, organizações profissionais, bibliotecas de pré-publicações, universidades e outras entidades acadêmicas. Segundo a seção *about* do Google Acadêmico, “O Google Acadêmico ajuda a identificar as pesquisas mais relevantes do mundo acadêmico”⁶.

O Google Acadêmico classifica os resultados de pesquisa segundo sua relevância (data de publicação, número de visualizações, publicidade paga do sítio, local próximo, proximidade com outros assuntos pesquisados) e as referências mais “úteis” são exibidas no começo da página. A tecnologia de classificação do Google leva em conta o texto integral de cada artigo, o autor, a publicação em que o artigo saiu e a frequência com que foi citado em outras publicações acadêmicas.

As clivagens subterrâneas do mecanismo de busca, já podem nos mostrar pelo menos, de alguma forma, o que se entende por acadêmico, segundo Gallo (2015,p.10) “essas clivagens configuram as possíveis e as impossíveis leituras dos textos que aí circulam”.

Na medida em que elenca determinados textos e não outros, esse gesto que tem na programação dos arquivos que constituem o Arquivo “Google Acadêmico” já materializa uma noção de acadêmico. Então tudo que aparecer no resultado da busca é acadêmico, porque a programação já define: acadêmico é isso. Toda essa relação se dá dentro do discurso digital, ou discurso de escritorialidade. Retomando Pêcheux em “Ler o Arquivo Hoje” podemos pensar que a questão da leitura “fornece um panorama assustadoramente contemporâneo sobre o funcionamento dos bancos de dados que hoje constituem a fundação arquitetônica que viabiliza nossa existência *online*” (PEQUENO, 2010, p.21). Assim, não há como pensar na construção desse possível Arquivo fora do discurso da escritorialidade, pois os mecanismos de busca, muitas vezes, colocam o discurso da oralidade (fugaz, sem o sentido de fechamento) público, pois circulam nos meios digitais

⁶ GOOGLE ACADÊMICO. <https://scholar.google.com/intl/pt-BR/scholar/about.html>. Acessado dia 05 de agosto de 2016.

e podem ser legitimados.

A questão que se coloca então é: Como funcionam os mecanismos de busca no discurso da escritorialidade? Será possível arquivos científicos ou acadêmicos circularem na escritorialidade?

Para Gallo (2015) a Escritorialidade praticada na internet desloca esse ritual que durante anos legitimou a Escrita, processo pelo qual sempre fomos submetidos para que pudéssemos ser reconhecidos como autores de um Discurso de Escrita, seja ele o discurso científico, o literário, o político, etc. Nas palavras da autora “[...] pela via da Escritorialidade, a opinião de um sujeito sobre qualquer assunto chega ao âmbito público em segundos. Essa é uma condição de possibilidade do instrumento técnico que é a internet” (GALLO, 2015, p.10).

Assim, é necessário pensarmos nos mecanismos de busca contextualizados em um espaço digital e online, em um espaço da escritorialidade.

Vemos surgindo, hoje, um novo processo de Escritura, no sentido pecheutiano do termo, que é a Escritura digital, ou, em outros termos, a Escritorialidade. A Escritorialidade está caminhando para uma forma legítima, sem dúvida, como vimos nos exemplos aqui trazidos, como durante séculos, esteve a Escrita. (GALLO, 2015, p.11)

Outro ponto que podemos pensar é o efeito-rumor, na perspectiva de Gallo (2015), que é próprio dos Discursos de Escritorialidade: “uma forma de autoria adaptada tanto à provisoriedade do sentido, quanto ao seu modo de legitimação pela quantidade de visualizações” (GALLO, 2015, p.8). Ou seja, a legitimação na internet também se dá pela quantidade, quanto mais uma publicação na internet é curtida/visualizada/twittada/compartilhada, mas legitima ela é. Ao contrário do discurso de escrita, que não se legitima pela quantidade, mas sim, pelas instâncias do poder.

O discurso científico é um discurso de escrita, com legitimidade, fechamento e unidade, pois está vinculado a uma instituição tradicional de poder que é a academia, as universidades e outras entidades acadêmicas. Assim, a pergunta se coloca: esse funcionamento da escritorialidade pode abarcar o discurso acadêmico e o científico, que se constituíram até hoje enquanto discurso de escrita?

Para começarmos a desenvolver uma possível resposta para esta questão, iniciamos nossa reflexão nos estudos de Cortes (2015, p.249) que analisa os blogs de divulgação científica e ao fazer esse movimento de análise percebemos que o discurso de

divulgação científica do Sb.br (*ScienceBlogs Brasil*, maior Blog de produção de ciência do mundo) mesmo circulando na internet não constitui um novo discurso, isto é, ainda está ligando ao discurso de escrita. Porém, este tipo de discurso apresenta elementos diferentes em suas condições de produção e circulação, assim para a autora “a ciência, a técnica, as tecnologias, como a internet e os blogs de divulgação científica estão vinculadas ao espaço administrativo, ao jurídico, ao econômico e ao político” (CORTES, 2015, p.2015). Por isso, nesta perspectiva a blogosfera é um espaço discursivo em que se confrontam as forças ideológicas do poder vigente, como podemos pensar também o Arquivo de Leituras.

Esse pensamento de Cortes (2015) nos ajuda a pensar esse espaço da escritoralidade como um lugar que se instaura contínuos processos de (re)territorialização dos saberes da ciência, da administração, da economia e da política. O espaço virtual, ou o discurso da escritoralidade, pode ser um lugar que, conforme pensa a autora, é *desterritorializado* no espaço/tempo, mas que também pode ser um lugar que pode ser territorializado de outras maneiras instituindo a dominação e o controle, como no caso das blogosferas, analisado por Cortes (2015), e atualmente abarca o discurso científico.

Assim, retomando o exemplo da Wikipédia, entendemos que a Wiki é um espaço na internet, onde há novos modos de relação entre os sujeitos e os conhecimentos dos campos do saber, ela reorganiza os saberes que eram regimentados no discurso da escrita: acadêmico, escolar, político, econômico, etc... O arquivo da Wikipédia funciona nos moldes do discurso de escritoralidade, seu arquivo nasceu na circulação da internet e é formulado por vários autores que podem modificar constantemente os materiais ali disponibilizados, importante ressaltarmos aqui que quando trazemos “vários autores” não significa que possa ser qualquer um, há o controle por parte de alguns sujeitos autorizados a fazer essas modificações em determinadas áreas. O que nos interessa pensar aqui é na possibilidade de acrescentar novas informações, corrigi-las e apagá-las. Não há, portanto, o efeito de fechamento e unidade. Ele pode ser reescrito e atualizado a qualquer momento.

O Discurso de Escritoralidade, portanto, se constitui em processos de adesão a novos sentidos (quanto mais adesão, melhor) formulados em consonância com a condição técnica da internet. Eles originam-se aí e seus sujeitos constituem-se aí. Não são reconhecidos, mas são legitimados por adesão. (GALLO, 2015,

p.6).

Os mecanismos de busca que constituem essa discursividade online vieram muito depois da legitimidade do discurso científico, em outros arquivos, em outras bases.

Trata-se de um mecanismo de busca digital, próprio do discurso da escritoralidade, mas que tem materiais acadêmicos e científicos, próprios do discurso da escrita.

Em uma avaliação preliminar, diremos que sites de colaboração não são reconhecidos como próprios de produção de arquivos do discurso científico. Ainda que hoje haja uma inscrição maior nesse espaço de sites colaborativos, pois a comunidade científica também está ocupando esses lugares, como por exemplo, nos últimos anos a Wikipédia começou a trabalhar com o controle de conteúdo através dos mediadores, que seriam pesquisadores e especialistas da área que selecionam o que é relevante e verificável ou não esses artigos, verbetes inseridos na Wiki por “qualquer um”.

Ainda não há uma conformidade nesse espaço digital com o discurso científico, há uma disputa desse espaço para reconhecer aqueles materiais produzidos ali como científicos. Mas, ainda há uma negociação permanente. Assim, “Arquivo de Leituras em AD” pode textualizar/inscrever de outra forma no discurso acadêmico, abrindo espaços para outras práticas de leitura, porque está atravessado pelo discurso científico, de uma forma diferente.

Por isso, traremos para a reflexão no próximo capítulo o modo de funcionamento desses discursos e o como “Arquivo de Leituras” conversa com eles.

4 O GESTO DE TRANSPORTAR

4.1 DISCURSO PEDAGÓGICO, ACADÊMICO E CIENTÍFICO

Acreditamos que seja necessário, primeiramente, esboçar uma definição do que a Análise do Discurso, que tem como seu tripé fundador: linguística, psicanálise e materialismo histórico - entende por “discurso”. Segundo Orlandi (2004, p.25), o discurso “coloca como a base a noção de materialidade, seja linguística, seja histórica, fazendo aparecer outra noção de ideologia [...] a noção de discurso não separa linguagem e sociedade na história”. Assim, a convergência da linguagem, com o sujeito e com o acontecimento histórico, estabelece um objeto de análise para a AD que é o discurso. Pêcheux (1969) define o discurso como não sendo um objeto empírico, mas sim efeito de sentidos entre locutores. “Compreender o que é efeito de sentidos, é compreender a presença da ideologia na constituição dos sentidos e dos sujeitos” (ORLANDI, 2002, p.21). Pêcheux (1969) pensando em como se estrutura o discurso, propõe algumas perguntas que, ao respondê-las, identificam o locutor e o interlocutor no discurso, pois para o autor o discurso não é apenas transmissão de informação, mas sim um efeito de sentidos entre os interlocutores, em outras palavras, entre os pontos A e B. São elas: 1. Quem sou eu para lhe falar assim? 2. Quem é ele para eu lhe falar assim? 3. Quem sou eu para que ele me fale assim? 4. Quem é ele para que ele me fale assim? A “resposta” para essas perguntas determina o lugar social dos protagonistas, e define como funciona a interação entre eles.

Essas posições referem-se ao modo como locutor e interlocutor se situam em seu lugar social e funcionam no interior dos processos discursivos, como uma representação, sendo passíveis de serem transformadas. Assim, “podemos dizer, então, que o lugar social é da ordem da empiria: é o lugar que o sujeito já ocupa na formação social ao ser interpelado pela ideologia e afetado pelas relações de poder e institucionais” (NOBLE, 2016, p.48).

Obviamente que a AD não compreende os lugares e sujeitos empíricos, mas o seu modo de funcionamento discursivo; porém, compreendemos que “o lugar social

afeta o lugar discursivo, como também afeta o sujeito e intervém na produção de sentidos” (CORTES, 2015, p.120).

Como já vimos anteriormente, Orlandi (1987, p.15), ao analisar o Discurso Pedagógico, propôs a distinção de três tipos de discurso: discurso lúdico, discurso polêmico e o discurso autoritário. O que diferencia esses tipos de discurso é o referente e os participantes do discurso, levando em conta a paráfrase e a polissemia.

Porém, a autora ressalta que “[...] O que caracteriza o discurso, antes de tudo, não é seu tipo, é seu modo de funcionamento. Os tipos resultam, eles mesmos, de funcionamentos cristalizados que adquiriram uma visibilidade sob uma rubrica, uma etiqueta que resulta de fatores extra-discursivos, lógicos, psicológicos, sociológicos etc.” (ORLANDI, 1999, p.86).

Procuraremos discutir aqui o discurso pedagógico (DP), mas também o discurso científico (DC) e o discurso acadêmico (DA), analisando não só suas formas discursivas, mas como os três funcionam.

O discurso pedagógico (DP) é, como todo discurso: uma prática histórica e ideologicamente determinada. Orlandi (1987, p.19) explica que “temos no DP duas *características* bastante evidentes. Em nível de linguagem sobre o objeto: o uso de dêiticos, a objetivação (“isso”), a repetição, perífrase. Ao nível da metalinguagem, definições rígidas e cortes polissêmicos, encadeamentos, automatizados, que levam a conclusões exclusivas e dirigidas”.

A interlocução no discurso pedagógico se constitui, a nível imaginário, de um locutor (o professor), aquele que pode dizer, que ensina (inculca) a ciência/fato (referente) para um outro interlocutor (o aluno), através do aparelho ideológico de Estado (a Escola). Essa voz do professor se produz, enquanto efeito, como voz segura, que tudo sabe, que ensina conseqüentemente aquilo que se deve saber, o que resulta em um discurso do poder. Assim, “a estratégia, a posição final, aparece como o esmagamento do outro [...] A (professor) ensina $B = A$ influencia B ” (ORLANDI, 1987, p.16). Cria-se a imagem ideal (imaginária) do aluno que não sabe e está na escola para aprender, e do professor que possui o saber e está na escola para ensinar. A escola (AIE) é o lugar onde o saber está institucionalizado e onde circula o discurso pedagógico, assegurado pela própria instituição e legitimado historicamente.

O professor também está atravessado pelo discurso científico, pois é através dele que se apropria do saber da ciência, e se torna dono do conhecimento, em outras palavras, é “pela posição professor na instituição (como autoridade convenientemente titulada) e pela apropriação do cientista feita por ele, que dizer e saber se equivalem, diz que $z = \text{sabe } z$. E a voz do saber fala no professor” (ORLANDI, 1987, p.21). No momento em que o professor se apropria do que está no discurso da ciência, cria-se a ilusão que aquele conhecimento se originou dele e que ele (professor) é a fonte do conhecimento. Isso também vale para o material didático.

Assim, Orlandi (1987, p.19) nos mostra que o professor determinado pela metalinguagem se apaga como mediador desse processo:

O conhecimento do fato fica em segundo plano em relação ao conhecimento da metalinguagem, da forma de procedimento, da vida de acesso ao fato [...] O conteúdo aí é a forma (artefato) e se aponta a forma como réplica do conteúdo. Através da metalinguagem estabelece-se o estatuto científico do saber que se opõe ao senso comum, isto é, constrói-se com a metalinguagem o domínio da objetividade do sistema (Orlandi, 1987, p. 19).

Assim, para a autora, o discurso pedagógico dilui o seu objeto e cristaliza a metalinguagem, o que se explica é a razão do “é porque é” e não a razão do objeto de estudo. Porém, sabemos que faz parte do modo de funcionamento desse discurso a metalinguagem, não é possível fazer ciência sem metalinguagem.

Do aluno espera-se a repetição dessa metalinguagem: quanto mais igual ao que o professor “passou em sala”, melhor sua avaliação.

O discurso científico pode funcionar de forma autoritária quando apaga-se o referente da formulação e o locutor se indetermina (sabe-se que, nota-se que, etc) produzindo, assim, um efeito de verdade. Conforme propõe Pêcheux (1997, p.190) “um conhecimento científico não poderia ser pensado como uma ‘inovação nas mentalidades’, uma ‘criação da imaginação do homem’, [...] mas como o efeito (e a parte) de um processo histórico determinado, em última instância, pela própria produção da economia”. Orlandi (2004b) também escreve a respeito do DC como lugar social. Assim, nas palavras da autora:

Quando pensamos o discurso científico, estamos tratando do lugar social do sujeito relativamente ao modo como ele significa nessa relação com o conhecimento. Falar em ciência, então, já que ciência, tecnologia e administração (governo) se sobredeterminam, necessariamente, é um gesto político por excelência com conseqüências sociais muito relevantes (ORLANDI, 2004b, p.129).

A afirmação vem na contramão do discurso idealista que acredita que o discurso científico seja puro, legítimo e neutro “a ideia de que o objetivo de busca da verdade científica só poderia ser atingido pelos sentidos e, portanto, pela observação, foi bastante explorada pelos positivistas e levada ao extremo pelos empiristas lógicos” (CORACINI, 1991, p.27).

O discurso científico em sua relação interdiscursiva é autoritário, no momento em que sempre força o outro discurso a aceitá-lo como absoluto, principalmente o discurso do senso-comum (NEOTTI, 2007). Coracini (1991, p. 123) explica essa soberania do discurso científico propondo a seguinte reflexão: “Afinal, quem poderia duvidar das afirmações de um cientista que colheu seu material, observou-o com base em seus princípios teóricos e metodológicos rígidos e “inquestionáveis”, atingindo determinado resultado?”.

A respeito disso Zamboni (2001) explica que:

A melhor compreensão que se deve reter das organizações científicas é que a ciência encontra seu lugar social na produção de *papers*, a condição de legitimidade e a atribuição de autoridade da enunciação científica. Em suma: o modo de organização das comunidades científicas mantém uma ligação intrínseca com o modo de funcionamento do discurso científico. (ZAMBONI, 2001, p.33).

O caráter assertivo do discurso científico não permite espaço para questionamentos, o enunciador (cientista) é revestido nesse lugar de autoridade da enunciação, tendo como base a ciência, “neutra” e “pura”, o que legitima seus métodos e padrões na comunidade leiga. E como nos mostra Zamboni (2001) o discurso científico é direcionado a uma comunidade, por isso segundo Maingueneau explica (1989), o sujeito produtor de ciência só escreve para seus pares.

Nesse contexto vemos funcionar também o saber acadêmico, “no discurso científico (DC), o jogo de interesses (de poder) se acha, em geral, velado, em nome do saber acadêmico” (CORACINI, 1991, p.44). Nesta perspectiva entende-se que “o

discurso acadêmico – quando tomado como objeto de ensino e aprendizagem – volta-se para o ensino do discurso da ciência, com o processo de produção de conhecimento e, ao mesmo tempo, constitui a produção científica” (SENEM, 2017, p.42).

Esse discurso que denominamos discurso acadêmico (DA) é ordenado por um sistema disciplinarizado que determina uma gradação. Nele, não se adquire o conhecimento, sem um atravessamento do discurso científico e pedagógico. Senem (2017) discorre que o “os princípios de delimitação do discurso aproximam o DC do DA os constituindo em uma rede de poder que opera no nível econômico e político, especialmente, no que tange ao discurso verdadeiro, ou seja, aquilo que pode ser comercializado como verdade (ciência).” (SENEM, 2017, p.28).

Porém, não estamos olhando aqui só para um locutor e interlocutor que ocupam uma posição produzem um efeito de sentido entre o ponto A e B (PÊCHEUX, 1969). Precisamos compreender que esse sujeito, enunciador do discurso acadêmico, se movimenta entre lugares empíricos e sociais. E esses lugares são importantes na análise desse processo. Podemos pensar o lugar acadêmico ocupado predominantemente por sujeitos que ocupam os lugares sociais de pesquisadores/professor/doutor e também dos alunos de graduação/ mestrado/ doutorado.

Pois, além de pesquisador, esse sujeito também ocupa o lugar social de professor doutor, pois é muito difícil, principalmente na área das humanas, que um sujeito consiga se dedicar somente à pesquisa. A maioria dos pesquisadores está na sala de aula, orientando ou ministrando disciplinas.

Assim, começaremos a identificar o que diferencia o discurso DP do DA. Ao contrário do discurso DP, no DA se mantém a presença do referente (a ciência não está oculta), ele funciona no molde do discurso polêmico, a presença do objeto é mantida e “os participantes não se expõem, mas ao contrário procuram dominar o seu referente, dando-lhe uma direção” (ORLANDI, 1987, p.15).

Ao contrário do discurso pedagógico que se apropria do saber, no discurso acadêmico há a indicação das referências, o professor mostra o seu lugar de mediador, entre aluno e cientista, “pode-se dizer que ocorre uma mediação do discurso científico para o acadêmico, feita em geral pelo professor, e que perpassa o discurso pedagógico.” (SENEM, 2017, p.42).

Se tomarmos como exemplo as noções mobilizadas pelos alunos, dentro da disciplina de Texto e Discurso, para o Arquivo de Leituras em AD, podemos compreender melhor essa questão da mediação no discurso acadêmico. Na primeira semana da disciplina as professoras (Solange Gallo, Nádia Neckel e Giovana Flores) trabalharam com os alunos a temática: Língua/Linguagem. Neste tópico as professoras trouxeram três textos para a discussão: “A Semântica e o Corte Saussureano” de Claudine Haroche, Michel Pêcheux e Paul Henry, “Língua, Linguagem, Discurso, Língua” de Michel Pêcheux, “Linguagens”, Discurso e “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da Linguística” Émile Benveniste. As professoras se mostravam como mediadoras do discurso científico, além de trazerem pluralidade para a discussão, pois se tratava de três textos em três perspectivas. Os alunos então leram os textos no discurso científico, para depois discutirem a noção de língua/linguagem na sala de aula.

Há uma diferença na própria produção do DC e do DA, pois “a produção de um artigo para uma disciplina em uma graduação se difere de um artigo produzido para uma revista científica, justamente por essa relação do DC com o DA que parece se situar entre o discurso científico e o pedagógico.” (Ibidem, p.43).

Outro ponto nesse jogo de diferenciação dos discursos é que o uso de paráfrases nos materiais utilizados na sala de aula, muito comum nos livros didáticos do DP, pode ser considerado menos comum dentro dos materiais acadêmicos, pois a ideia é que o aluno tenha contato diretamente com os autores. Assim, o aluno lê a obra de determinado autor, ainda que seja apenas trechos da obra.

Retomando o exemplo acima, podemos pensar na proposta trabalhada na sala de aula com o Arquivo de Leituras. A ideia era que os alunos compreendessem a temática língua/discurso pelo viés dos três autores, que trabalharam nos textos com perspectivas diferentes, mas que em alguns momentos se aproximavam e/ou distanciavam das noções de língua e linguagem. A partir daqueles textos, os alunos fizeram o exercício de mobilizar as noções para o Arquivo de Leituras. Elas não precisavam ser apenas a de língua e linguagem.

Trago aqui algumas noções apontadas pelos alunos, a partir daqueles três textos, para se compreender o movimento: “Deslizamento”, “ruptura Saussuriana”, “semântica”, “formação ideológica”, “formações discursivas interligadas”, “princípio da subordinação

ao valor”. Houve um movimento de polissemia dentro do exercício de reflexão dos alunos, pois, a priori, a ideia da temática era trabalhar a noção de língua/linguagem. E no discurso pedagógico o que se esperaria era que o aluno trouxesse apenas o assunto que o professor deu em sala de aula. Justamente aquela ideia de “quanto mais próximo do que o professor ensinou melhor”, mas o movimento foi outro. Os alunos trouxeram outras noções que apareciam no texto, abrindo espaço para outras reflexões, muito além da proposta trabalhada na sala de aula.

Assim, podemos pensar que o próprio lugar social ocupado pelo sujeito muda do DP para o DA. Quando falamos do discurso acadêmico, estamos compreendendo o sujeito que ocupa o lugar social de pesquisador/professor (locutor), que está atravessado pelo científico e o pedagógico, mas abre espaço para um modo de funcionamento mais polissêmico do discurso com esses alunos que ocupam o lugar social de graduandos, mestrands e doutorandos.

Assim, o modo funcionamento que estamos nomeando aqui como o lugar social do sujeito acadêmico como pesquisador/professor é aquele que abre espaço para um discurso mais polissêmico. Esse lugar se constituiu então no lugar social do pesquisador – um lugar legitimado e conhecido pela prática social – mas também no lugar social do professor/pesquisador – um lugar que também é constitutivo do discurso científico, mas que é atravessado pelo discurso pedagógico.

4.2 O MODO DE FUNCIONAMENTO DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NO DISCURSO ACADÊMICO

Nesse movimento de paráfrase e polissemia, que analisamos nos dois modos de funcionamento dos discursos polêmico e autoritário, o que nos interessa pensar aqui é como isso funciona no modo de divulgação científica. Para isso, vamos compreender o que Orlandi (2001) diferencia transporte, tradução e transferência ao falar do modo de funcionamento desse discurso:

[...] Não se trata de tradução pois não são duas línguas diferentes, são dois discursos na mesma língua [...] Não se transportam sentidos de um discurso para o outro [...] Trata-se do que em discurso chamamos de transferência, ou seja, é preciso que se produzam um efeito metafórico pelo qual algo que significava de um modo, desliza para produzir outros efeitos de sentidos,

diferentes. Desse ponto de vista não há equivalência entre o que é dito em ordem de discurso e na outra. Há transferência. (ORLANDI, 2001, p.153).

Ou seja, o sujeito tem que ler em um discurso da ciência, e escrever em outro discurso do senso comum⁷, esse é o processo da divulgação científica “o discurso de divulgação científica é textualização jornalística do discurso científico” (ORLANDI, 2001, p. 151). Não há como transportar um texto daqui para lá, e nem traduzir, porque não é língua, é discurso. Assim, entendemos isso como transferência, pois se transfere aquele conhecimento para outro discurso, que exige outro modo de formulação e constituição do sujeito. O leitor do discurso jornalístico não é o leitor da ciência (a não ser por uma coincidência que não vem aqui ao caso). Por essa razão se produz, nesse caso, a formulação jornalística da ciência.

Em contraponto, o que pretendemos chamar de divulgação acadêmica, daria acesso aos textos originais, como analisamos no discurso acadêmico, ou seja, os textos dos autores são publicados na íntegra, então o leitor/aluno tem acesso ao texto original do autor, sem o intermédio do professor, não uma interpretação dos textos feita por algum intermediador. Nesse sentido, seu funcionamento também poderá ser entendido como polêmico, porque os sujeitos terão acesso às referências, diferente do discurso autoritário que apaga essa referência e se coloca como origem do conhecimento.

Portanto, considerando que o sujeito tenha acesso ao texto original, não se trata de transferência, como na divulgação científica. Há um transporte do discurso científico para o discurso acadêmico, tal e qual a obra.

Arquivo de Leituras, portanto, foi construído assim: não transferimos, reescrevendo a noção, trabalhamos com a ideia de transporte.

Um ponto importante que queremos discutir diz respeito ao fato de que os textos transportados para o site (aqueles disponíveis na internet que o Arquivo de Leituras apenas linka para o endereço eletrônico): Arquivo de Leituras, nem sempre mantêm sua

⁷ Grigoletto (2005) faz uma análise muito interessante do funcionamento do discurso de Divulgação Científica (DC), tomando como corpus de análise as revistas Superinteressante e Ciência Hoje. Esse modo de ler em discurso da ciência e escrever no senso comum é predominantemente utilizado pela Revista Superinteressante, que é o que estamos tomando como parâmetro para nossa análise. Mas há outros modos de se trabalhar com a DC, como no caso da Ciência Hoje.

historicidade, esse transporte fragmenta o texto científico apesar de não alterar sua formulação.

Para aprofundarmos a reflexão, traremos outras formas de divulgação científica para serem analisadas em contraponto ao Arquivo de Leituras em AD, a fim de olharmos seus modos de constituição, formulação e circulação.

O “Arquivo de Leituras em AD” nos permitiu experimentar a noção de divulgação científica articulada ao discurso acadêmico, por via deste instrumento tecnológico digital que colocamos em funcionamento durante o trimestre das aulas na pós-graduação.

Só é possível pensarmos em divulgação acadêmica, olhando para o gesto de transferir, próprio da divulgação científica e percebendo as marcas de diferenças e/ou semelhanças, como gesto de transportar, que acreditamos mais comum na divulgação acadêmica. Flores (2005, p.35) trabalha a divulgação científica pela perspectiva de que o discurso jornalístico funciona criando efeitos de sentido de “verdade” como a ciência. Por isso, nesta perspectiva vamos mostrar como Flores (2005) apresenta esse funcionamento: a produção do efeito de verdade no discurso jornalístico de divulgação científica. Nossa proposta em trazer essas análises é poder compreender como se produz essa noção da transferência, para diferenciar o que estamos trazendo como transporte.

Assim, em seu trabalho, Flores (2005) comprova esse modo de funcionamento da mídia pelo seu corpus de análise, marcando aí três tipos de discursos: o discurso da ciência para a ciência, que ela irá chamar do tipo 1, o tipo 2 que é o jornalismo de mídia e o do jornalista/assessor de imprensa, que é o discurso do tipo 3. Em seu corpus a pesquisadora traz materiais produzidos em dois congressos científicos: um de mutagênese ambiental e o outro de patologia clínica/medicina laboratorial, em Florianópolis em 2003 e 2004, em que pesquisadores de muitos lugares participaram.

Para nossa análise nos interessa a forma discursiva do tipo 1 e 2, que é da ciência para com a ciência, e a do jornalismo de mídia, ou seja, da ciência para o grande público, tendo o movimento de interpretação alterando-se entre duas ordens diversas de discurso: o discurso da ciência e o discurso jornalístico, em que o leitor virtual não é especializado nem em ciência, nem em jornalismo.

Para pensarmos esta transferência no tipo 1, traremos o material que Flores (2005) propôs em sua análise, sobre o tema puberdade precoce, apresentado por um

médico/pesquisador na congresso, em que ele utilizou gráficos e fotos que mostram as conseqüências destes distúrbios e os avanços da pesquisa.

É importante observar que o pesquisador usa uma linguagem (re)conhecida pela comunidade médica/científica, identificada por enunciados comuns a essa comunidade, como por exemplo "Telarca e puberca prematuras" ou "Idiopática mais comum" . O pesquisador também utiliza fotos que marcam o discurso da ciência, reconhecido pelos participantes do congresso. Todas essas marcas constituem-se em evidências de que tanto o locutor quanto seus interlocutores inscrevem-se no discurso científico e o sentido do seu dizer provém dessa ordem discursiva. (FLORES, 2005, p.38)

A transferência aqui ocorre do modo que o médico/pesquisador transfere as informações da sua pesquisa para uma palestra, que também participam pesquisadores que compartilham os mesmos pré-construídos, usando os termos já (re)conhecidos pela comunidade científica, marcando esse lugar de cientista, mas transferindo apenas as partes mais importantes da sua pesquisa, usando o discurso de Escrita, aquele legitimando e reconhecido, em que os sentidos já estão pré-estabilizados. Flores (2015) pontua que em nenhum momento da palestra é debatido o enquadramento das fotos ou os dizeres dos textos, assim “o discurso de divulgação produzido pela posição de um sujeito do discurso científico só é possível porque tanto o autor quanto seus interlocutores compartilham os mesmos sentidos, que para a Análise do Discurso são sentidos “pré-construídos” próprios do discurso da ciência, no qual eles se inscrevem” (FLORES,2015,p.38).

Em contraponto, podemos pensar a transferência na forma discursiva do tipo 2, na qual o texto da palestra é formulado a partir de outro recorte, como por exemplo, “uma criança em um contexto social, no qual se evidencia a patologia.” Há uma transferência do discurso científico para o discurso do senso comum, ou seja, na perspectiva da autora, as mesmas imagens, por ex., serviriam apenas como ilustração de uma reportagem, não como objeto de estudo do discurso científico, porque o olhar que a mídia produz para o discurso científico, está ancorado no efeito do social, e esse efeito do social é que faz com que haja a transferência de um discurso para o outro. Cria-se então uma versão.

Podemos pensar nos três momentos inseparáveis, do ponto de vista da significação da linguagem: constituição, formulação e circulação, que Orlandi (2001) trabalha, postulando que “os sentidos são como se constituem, como se formulam e como

circulam” (ORLANDI, 2001, p.151). A autora especifica melhor esses três momentos do discurso compreendendo que:

1. Sua constituição, a partir da memória do dizer, fazendo intervir o contexto histórico-ideológico mais amplo;
2. Sua formulação, em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas e
3. Sua circulação que se dá em certa conjuntura e segundo certas condições (ORLANDI, 2006, p.8)

Assim, a divulgação científica mobiliza justamente a memória do próprio discurso jornalístico (o que já foi dito nesse âmbito) para formular de acordo com certo modo de circulação, próprio desse discurso.

O trabalho de produção de sentido da divulgação científica é de transferência de sentidos, ou melhor, é a partir dos dizeres da ciência que se formula no discurso jornalístico, de modo a produzir um texto passível de leitura pelo leitor desse discurso.

Voltando à reflexão a respeito de nosso objeto, o Arquivo de Leituras em AD, estamos propondo que se trata de um texto inscrito no discurso acadêmico e que esse discurso produz um deslocamento em relação ao discurso científico, mesmo considerando o gesto de transporte que aí se verifica. Esse deslocamento não é igual àquele produzido pelo jornalista que formula transferindo sentidos, mas ainda assim produz deslocamento de sentido, pois está inscrito em outro discurso.

Diremos que o Arquivo de Leituras em AD materializa-se no entremeio dos discursos acadêmico e científico e é atravessado pela imbricação de duas formas discursivas: a forma autoritária, que vem do pedagógico e a forma da escritorialidade, que vem do digital-online. Gallo (2015) escreve sobre como se dá o processo de legitimação no discurso de escritorialidade. Para que se compreenda a proposição da autora, faremos uma pequena digressão.

A escrita como forma material ligada a um discurso legítimo no Brasil, vem da época de Marquês de Pombal, em 1750, que determinou a língua portuguesa como língua oficial, em um momento em que 55% da população era analfabeta e falava outras línguas que não essa: línguas de oralidade. As leis, então, eram escritas em língua portuguesa, e essa escrita passou a produzir esse efeito de poder (dizer), um efeito que se perpetuaria enquanto um discurso, que a autora denomina de discurso de escrita, hoje produzido em

diferentes materialidades, incluindo a voz, sem com isso perder seu efeito de legitimidade.

Ao contrário dessa forma discursiva, o Discurso de Oralidade, que na sua origem era próprio da população analfabeta do Brasil, ainda hoje “abarca discursividades sem efeito de legitimidade sem fecho, sem efeito-autoria, cujos textos são sempre passíveis de reformulação, sempre provisórios” (GALLO, 2015, p.1), mesmo que sejam grafados.

Mas então o que seria esse Discurso de Escritorialidade? Gallo cunha esse termo justamente para explicar uma categoria discursiva que reúne as duas discursividades. Nas palavras da própria autora, as produções do Discurso de Escritorialidade:

[...] têm as características do Discurso de Oralidade, mas que, no entanto, são tornadas públicas pelo dispositivo tecnológico da internet, ganhando, assim, um certo efeito de fim e de unidade, embora fugaz, confundindo-se, muitas vezes, com o Discurso de Escrita. (GALLO, 2015, p.4)

Para Gallo (2015) a Escritorialidade praticada na internet desloca esse ritual que durante anos legitimou a Escrita, processo pelo qual sempre fomos submetidos para que pudéssemos ser reconhecidos como autores de um Discurso de Escrita, seja ele o discurso científico, o literário, o político, etc. Nas palavras da autora “[...] pela via da Escritorialidade, a opinião de um sujeito sobre qualquer assunto chega ao âmbito público em segundos. Essa é uma condição de possibilidade do instrumento técnico que é a internet” (GALLO, 2015, p.10).

Assim, é necessário pensarmos no Arquivo de Leituras em AD contextualizado em um espaço digital e online, em um espaço da escritorialidade.

Vemos surgindo, hoje, um novo processo de Escrita, no sentido pecheutiano do termo, que é a Escrita digital, ou, em outros termos, a Escritorialidade. A Escritorialidade está caminhando para uma forma legítima, sem dúvida, como vimos nos exemplos aqui trazidos, como durante séculos, esteve a Escrita. (GALLO, 2015, p.11)

O discurso científico é um discurso de escrita, com legitimidade, fechamento e unidade, pois está vinculado a uma instituição tradicional de poder que é a academia, as universidades e outras entidades acadêmicas. Assim, a pergunta se coloca: esse funcionamento da escritorialidade pode abarcar o discurso acadêmico ou científico, que se

constituiu até hoje enquanto discurso de escrita?

Os arquivos científicos são muito mais inflexíveis, quando se trata de sua circulação, por estarem, ainda, ligados muito mais ao discurso de escrita. A ciência é conservadora na sua forma de circulação.

O Arquivo de Leituras em AD é uma proposta de fazer circular o discurso científico, mas que tem a ver com softwares e dispositivos informatizados, e com a memória metálica, pois está inserido nos moldes do *webcreator*, que são esses sites de “faça você mesmo”, e trabalha com a memória do acúmulo, da repetição. Orlandi (1999, p.10) explica que “com as novas tecnologias de linguagem, à memória carnal das línguas “naturais” juntam-se as várias modalidades da memória metálica, os multi-meios, a informática, a automação. Apagam-se os efeitos da história, da ideologia, mas nem por isso elas estão menos presentes”.

O Arquivo de Leituras em AD tem seu funcionamento nos moldes do discurso de escritorialidade, se constitui na circulação da internet e os fichamentos, que compõem esse arquivo, são formulados por vários autores, os alunos que fizeram o envio durante toda a disciplina, e esses fichamentos podem ser modificados constantemente. Pois, é possível, acrescentar novos fichamentos, corrigi-los e apagá-los. Não há, portanto, o efeito de fechamento e unidade. Ele pode ser reescrito e atualizado a qualquer momento. É, portanto, de autoria coletiva, e tem sua condição de possibilidade de formulação pré-determinada pelo software que foi “customizado” para se tornar o Arquivo de Leituras. Todas essas são características do Discurso de Escritorialidade.

Por outro lado, se olharmos para as leituras/textos ali inseridas entendemos que são textos científicos, sem qualquer alteração na sua textualidade, mas que há, também uma certa fragmentação das obras, pois a obra ao circular naquele espaço, produz outros e novos efeitos de sentido. Essas obras não estão mais naquele lugar legitimado e reconhecido da biblioteca, produzindo sentidos a partir daquela memória institucional. O leitor de Arquivo de Leituras pode “esquecer” ou desconhecer, a inscrição da obra no arquivo bibliográfico, e mesmo assim produzir uma leitura: “saber como os discursos funcionam é colocar-se na encruzilhada de um duplo jogo da memória: o da memória institucional que estabiliza, cristaliza, e, ao mesmo tempo, o da memória constituída pelo esquecimento que é o que torna possível o diferente, a ruptura, o outro” (ORLANDI,

1999, p.10).

Assim, podemos pensar que no momento que este sujeito, autor/leitor, tem acesso ao texto original, se cria uma relação diferente da forma discursiva autoritária (vinda do pedagógico), que apaga a referência e se coloca como origem do conhecimento, porque ali se evidencia os autores que estão sendo trabalhados, sem paráfrases. Os alunos se apropriam do conhecimento pela leitura do próprio autor da obra. Em outras palavras, quando essa obra está inserida em um site, que circula na escritoralidade, para que ali sejam feitas leituras, a pedido das professoras, percebemos que o lugar acadêmico também é atravessado pelo pedagógico, uma vez essas leituras realizadas e os fichamentos enviados vieram de uma solicitação em sala aula como dispositivo de avaliação.

4.3 TRANSPORTE COMO ACONTECIMENTO ENUNCIATIVO

Retomando a reflexão inicial sobre transferência e transporte, compreendemos que há dois arquivos discursivos distintos envolvidos na produção do “Arquivo de Leituras”. O primeiro seria o dos textos dos autores e o segundo seria a compilação dos fichamentos (fragmento retirado da obra lemos como uma noção) que compõem outro arquivo.

Conforme foi discutido na seção anterior, para que haja transferência é necessário que se leia em um discurso e se produza em outro. Portanto, no momento em que não há transferência de um discurso para o outro, não estamos lidando mais com divulgação científica, estamos trabalhando com textos que estão sendo transportados, ou seja, circulam em lugares diferentes, mas são formulados no mesmo discurso. Aqui precisamos tomar cuidado ao usarmos a noção de transporte proposta por Orlandi (2001), pois esse transporte, ainda que seja tal e qual a obra, no momento em que circula online no Arquivo de Leituras em AD, com outras obras de muitos outros lugares, se modifica. Então como podemos formular melhor essa noção?

Retomando os três processos de produção do discurso, pensados por Orlandi (2001): constituição, formulação e circulação, a noção de transferência então estaria no nível da formulação, pois segundo a autora “na formulação há um investimento do corpo

do sujeito presente no corpo das palavras [...] o momento em que o sujeito diz o que diz. Em que se assume o autor” (ORLANDI, 2012, p.10). É na transferência que se formula outra coisa, baseando-se naquilo que já foi primeiramente formulado, isto é, no momento em que o jornalista (re)interpreta o discurso da ciência para o discurso do senso comum, ele está formulando em outro discurso. Compreendemos que isso está no nível da formulação.

Porém, quando a autora traz a noção de transporte, essa é aproximada à transferência apenas para colocar em evidência a diferença. Assim, Orlandi não teorizou em que nível estaria essa noção, se seria o da formulação ou da circulação. Por isso, entendemos que transporte é uma noção sobre a qual não se diz muito em AD. O que é transportar do ponto de vista do discurso? E é partindo dessa pergunta que entenderemos melhor como essa noção pode ser trabalhada por nós analistas do discurso.

As perguntas que se colocam então: Como se dá esse transporte? O que perde e o que se ganha neste gesto? O que muda? Em que nível está essa prática?

Orlandi (2012, p.9) explica que a circulação de um discurso “se dá em certa conjuntura e segundo certas condições”. Ao nosso entender “certas condições” são condições eminentemente discursivas, mas não são as condições de produção da formulação, que envolvem fortemente, o contexto enunciativo (os interlocutores).

O que está posto em causa, e que podemos atribuir ao nível da circulação, no caso do Arquivo de Leituras em AD, é que cada texto se (re)significa em cada novo espaço,. O gesto que fizemos de inserir esses textos em outro lugar, não só produz outros sentidos, como outras memórias. Quando falamos desse lugar, não estamos falando de um lugar empírico, mas sim de um lugar simbólico. Do modo que uma biblioteca não existe em uma periferia, ou uma livraria não existe em uma base espacial. O lugar de um texto diz o que pode estar ali ou não.

O espaço de circulação do Arquivo de Leituras é na internet, e no momento em que o sujeito usuário acessa esse lugar simbólico ele mobiliza também uma memória. A rede tem uma forma de funcionamento que se sustenta pelo efeito de que ali “tudo é livre”, deixando apagado que nesse espaço também há um modo de circulação, constituído historicamente, que determina e organiza os arquivos e como os sujeitos irão interpretá-los. Se pensarmos na biblioteca física, por exemplo, há um modo de

funcionamento para as leituras, os livros são organizados pelo assunto tratado, por ordem alfabética, e outras determinações. Na internet há também um modo de funcionamento, mas não esse que organiza os arquivos físicos. Esse funcionamento faz relação com os algoritmos (sequência finita de instruções em linguagem computacional para que um sistema funcione).

Esse modo de funcionamento não é próprio do discurso de escrita, mas sim do digital. Por exemplo, o próprio *hardware* do computador permite que várias coisas aconteçam ao mesmo tempo na tela, ao contrário do livro, que lineariza os dizeres, e permite que só uma página seja lida por vez.

A própria fugacidade do espaço digital é um ponto a ser contrastado, você pode ter milhares de obras sem precisar de um espaço físico para fazer circular, essas obras podem ser deletadas, (re)inseridas, (re)editadas a qualquer instante, de qualquer lugar. Podemos mudar a lógica que ordena esses arquivos a cada instante. Não existe mais aquele efeito de fechamento e unidade do discurso de escrita. Em uma biblioteca física, onde circula a maioria desses textos, não há como pensar nesse efeito de circulação do digital. Essas mudanças são muito mais inflexíveis nesses lugares legitimados, pois regimenta saberes.

Nesse sentido, nos parece que o sistema digital é muito mais selvagem, neste momento, do que o sistema da escrita, naturalmente, que tem séculos de normatização e os arquivos já estão mapeados neste discurso. No espaço digital os arquivos que circulam e a capacidade de produzir arquivos é quase infinita, ou se produz esse efeito de ser infinito. Há então essa condição de possibilidade de criar-se novos arquivos, porque a rede está predominantemente materializada nas formas da escritorialidade.

Postas estas questões, compreendemos que os textos que compõem o arquivo, estão no nível do transporte, pois esses textos são próprios do discurso científico e produzem sentidos ali. Quando fazemos eles circularem em um ambiente digital, sem mudar seu modo de constituição ou formulação, mudamos o seu modo de circulação, e assim os sentidos que ali serão interpretados. Assim, percebemos que esse transporte não está no nível da formulação, mas sim da circulação, porque como dissemos anteriormente, a condição enunciativa em que os textos foram formulados é a mesma.

Assim, o transporte em termos de reflexão teórica pode ser considerado um

acontecimento enunciativo, no sentido que trabalha Guimarães, como linguagem que determina o tempo e o espaço.

(...) o acontecimento de linguagem não se dá no tempo, nem no tempo do locutor, mas é, antes, um acontecimento que temporaliza: uma temporalidade em que o passado não é um antes, mas um memorável, recortado pelo próprio acontecimento que tem também um futuro como uma latência de futuro. O sujeito não fala no presente, no tempo, embora o locutor o represente assim, pois só é sujeito enquanto afetado pelo interdiscurso, memória de sentidos, estruturado pelo esquecimento, que faz a língua funcionar. Falar é estar nessa memória, portanto, não é estar no tempo (dimensão empírica). O acontecimento em que se fala é, do meu ponto de vista, espaço de temporalização.” (GUIMARÃES, 2002, p.14).

Gallo (2011) começa a trabalhar com essa noção de acontecimento enunciativo, aproximando-o da Análise do Discurso, para pensar as coisas da internet como um lugar de acontecimentos próprios. Ao analisar os textos que se originam em discursos que circulam fora da internet, a autora compreende que ao serem inscritos nela, constituem outro acontecimento enunciativo, pois instauram uma outra temporalidade, outra memória, outro espaço, ou seja, deslocam seus sentidos. Entendemos que se trata de outro contexto de enunciação.

Gallo (2011) traz para a análise uma matéria do *Jornal Nacional*⁸ que trata sobre o ex-presidente Lula. Quando a notícia foi transmitida ao vivo, as outras matérias que vieram antes e depois, ajudaram a interpretar sobre o Lula. Assim, consideramos isto como o contexto enunciativo desta matéria.

Porém, no momento em que a mesma matéria é transportada para o site da Rede Globo ela se insere em um banco de dados e pode ser encontrada pelo buscador. Essa matéria é organizada com outras que falam sobre o Lula, pois a indexação é feita pela palavra-chave: Lula. Então, esta notícia, que tinha sido interpretada naquele contexto enunciativo do JN, será (re)interpretada em outro contexto enunciativo, com outras notícias sobre o Lula. Esse contexto enunciativo do site traz elementos para essa interpretação que aquele contexto da televisão não trazia, e perde aqueles outros que trazia. Então essa mesma notícia no site do JN, constitui um acontecimento enunciativo, porque (re)atualiza essa matéria, trazendo outros efeitos de sentido. Posto isto,

⁸ *Jornal Nacional*, conhecido pela sigla *JN*, é um telejornal brasileiro, produzido e exibido pela Rede Globo desde 1º de setembro de 1969.

compreendemos que o acontecimento enunciativo temporaliza a partir da técnica.

Podemos levar essa reflexão para o “Arquivo de Leituras”, no momento que a obra, que vem de um lugar determinado, é transportada para o site, temos aí um contexto enunciativo diferente. Esse contexto é passível de ser explicado pelo acontecimento enunciativo. Quando a obra está em um arquivo de uma determinada área de conhecimento, de uma determinada linha de pesquisa, que é a Análise do Discurso, em uma determinada época, temos um espaço enunciativo que contribui para a produção de certos efeitos de sentido, no momento em que a obra circula fora da internet.

Quando transportamos a obra para o site, trazemos para outro contexto enunciativo, onde estão outras obras de uma determinada disciplina, que está sendo ministrada em um determinado curso, constituindo um dos itens de leitura obrigatória da disciplina, cujo sentido vai ser constituído muito em função das outras leituras que estão em torno dessa. Na disciplina em questão, não é possível apreender toda Análise de Discurso, mas sim, somente um aspecto, que essas obras transportadas ajudam a compor. Esse é o contexto enunciativo da obra. Esse contexto permite que ela seja (re)interpretada em um novo tempo e espaço, (re)atualizando a obra e criando novos efeitos de sentido.

Portanto, após entendermos o transporte como um acontecimento enunciativo, retomando nossas perguntas iniciais: o que se perde com esse transporte é que os textos deixam de estar ligados somente ao discurso da escrita, esse lugar legitimado e reconhecido. O que se ganha com esse transporte é mais flexibilidade (espaço de circulação e não estar ligado tanto ao discurso de escrita, da legitimidade) para a criação de arquivos, por estarem mais ligados ao discurso da escritorialidade.

Além disso, podemos concluir que o transporte dos textos não constitui uma nova discursividade, que seria uma “divulgação acadêmica”, uma vez que não se constitui um acontecimento discursivo. Porém, enquanto acontecimento enunciativo, o transporte caracteriza como uma forma enunciativa específica que chamaremos de “divulgação científica-acadêmica”.

No segundo momento da nossa reflexão, trazemos para nossa análise os fichamentos, e como podemos interpretar esse gesto. Ao pensarmos nos fichamentos, compreendemos que estamos tratando de três versões de uma mesma noção: a primeira seria a noção no próprio texto do autor, a segunda seria a noção apontada pelo aluno após

a leitura do texto, e a terceira seria aquela noção publicada no site pela nossa mediação.

O que nos interessa pensar aqui é como o aluno produz o seu fichamento. No momento em que ele lê no discurso científico a noção, e a reescreve como fichamento, ele está fazendo uma reformulação: estamos tomando os fichamentos como produções próprias do discurso acadêmico. Obviamente que não é a mesma transferência do jornalista que parte do discurso científico para formular um novo texto no discurso do senso comum, mas entendemos que é o mesmo gesto de ler em discurso e escrever, reformulando, em outro. A questão que fica é quais as consequências para essas noções descontextualizadas? Que sentidos elas produzem sem a sua historicidade?

Porém, precisamos dividir esse segundo momento, que são os fichamentos, em duas partes. Até o ponto em que o aluno nos envia os fichamentos, reformulando a noção do autor no fichamento, é produção dos alunos. Quando esses fichamentos passam a compor o conjunto de fichamentos no site, que é a nossa versão homogeneizada de todos os fichamentos, não é mais a versão do aluno, pois estamos criando uma versão única, que compõe a versão do aluno, mas não só daquele aluno, de todos os outros que também mobilizaram a noção, assim entendemos isso como outro contexto. Então percebendo esse movimento temos que aquela noção que estava na obra quando chega à “versão final” dos fichamentos no site, há pelo menos duas leituras que sobrepõe à noção trazida na obra.

Por isso, entendemos que enquanto estamos tratando dos textos que compõe o arquivo, estamos trabalhando com a noção de transporte, porém nos fichamentos, enquanto produção dos alunos e compilação no site, não se trata de transporte, mas sim de transferência.

5 AS LEITURAS NORMATIZADAS DOS BANCOS DE DADOS

Já discorremos que a leitura é produzida sobre determinadas condições, ou seja em um contexto sócio-histórico que deve ser levado em conta. A leitura feita a partir do banco de dados também precisa ser pensada dentro da sua materialidade e do seu contexto sócio-histórico. Essa relação de leitura usuário/interface é muito importante de ser analisada, porque é ali que o sujeito usuário se inscreve e lê esses arquivos do banco de dados. No momento em que o sujeito relaciona-se com um banco de dados, ele estabelece ou não uma relação de sentido com aquilo. Latour (2012) entende esse movimento como autor-rede que ele define como “uma entrada clicável”, que em um primeiro instante seria apenas a relação que o usuário estabelece com os espaços disponíveis em uma tela de computador, porém, após essa primeira entrada, o sujeito usuário começa a estabelecer outros tipos de relação com a interface ao ponto de tomar aquilo na evidência.

No início, a entidade é apenas um ponto (no nosso exemplo, é nada mais que um nome próprio “Hervé C.”, uma entrada clicável de uma tela de computador), mas, em seguida, “preenche”, com mais e mais elementos que o especifica cada vez mais até o observador considerar que ele ou ela já sabe o suficiente e começa a tomar o nome da entidade pela lista inteira. O que aconteceu? Com efeito, desenhamos uma mônada, ou seja, um ponto de vista altamente específico - esta ou aquela entidade - sobre todas as outras entidades presentes no conjunto de dados. (LATOUR, 2012, p.14)

Essa noção de “mônada” que o autor desenvolve, nós poderíamos aproximar ao princípio de arquivo da AD. Porém, quando Latour (2012) explica esse modo de funcionamento, do ponto de vista da entrada do clique que vai recortar uma mônada, ele pensa sem a historicidade, que para nós é necessária. Pois, não é somente a condição de possibilidade que interessa, mas porque que essa “mônada” foi desenhada desse jeito e não de outro, porque os atributos são esses e não outros, porque o campo do possível vai daqui até ali. Quando o autor exemplifica a ideia por meio da busca de um perfil de um estudioso na internet, para fazer essa relação entre as bases de dados, ele diz “esses bancos de dados fornecem a experiência comum de definir a especificidade de um ator como equivalente à expansão de sua rede” (LATOUR, 2012, p.23) Mas sabemos que isso só funciona porque ele já toma a formação social do cientista que garante esses atributos,

para formar essa leitura do que ele chama de “rede”, e que nós compreendemos aqui como sendo também um banco de dados. Mônada então funciona como efeito de leitura normatizado para os arquivos/acervos, que como vimos se dá pela própria concepção do que deveria ser um banco de dados.

Esse mesmo efeito de leitura normatizado funciona para o nosso “Arquivo de Leituras”, porque temos esse lugar reconhecido e garantido que “assegura” a leitura do nosso arquivo, pela formação social em que estão inseridos o cientista e o acadêmico. Quando o sujeito usuário toma o conjunto de materiais disponíveis no “Arquivo de Leituras”, ele estabelece relação com eles, que são reconhecidos e legitimados. Mas se olhássemos para outro arquivo como o do *Youtube*, que não tem esse lugar assegurado e não tem uma formação social fora da internet, fica difícil o reconhecimento, porque não faz sentido. Qual seria a referência? Quais seriam esses critérios? Não tem uma instância que legitima esse arquivo e não se sabe o que ele deve ter ou não para ser reconhecido e legitimado.

Quando pensamos nesses espaços normatizados das leituras, estamos olhando pela relação interface/usuário, pensando nesse espaço de inscrição e reconhecimento do sujeito. Porém, para Galloway (2010) a noção de rede não é um espaço clicável de texto, o autor pontua: “a minha posição é a de que as redes não são textos, e que têm de ser entendidas como sistemas ou como máquinas” (GALLOWAY, 2010, p.95). Essas questões de significado semântico, perguntas e interpretação estão associadas à tradição do texto, isto é, à leitura e à escrita. Já para o princípio do banco de dados, uma rede de informática seria relativamente indiferente ao conteúdo semântico e de interpretação. Assim:

[...] dados são analisados, e não “lidos” — pelo menos não em qualquer sentido convencional e humanista de leitura. Isso é o que pode ser visto, por exemplo, no conceito de uma soma de representação, uma simples assinatura numérica que aparece em todas as mensagens da rede. (GALLOWAY, 2010, p.95).

A estrutura, como analisamos anteriormente, hierarquiza esses elementos (objeto/tabela) e isto explica a tendência tecnológica de ser indiferente à interpretação e à semântica do conteúdo.

Para a análise de discurso, o que se apaga é mais que conteúdo, estamos pensando que fica apagado como o texto se (re)produz nesses espaços e como os sujeitos estão

interpretando. O que Galloway (2010) problematiza é que quando fazemos uma busca no digital:

Uma soma de verificação é calculada a partir da varredura dos conteúdos de uma mensagem; ela não é realizada por meio de nenhum ato genuíno de leitura da mensagem. Esse é apenas um exemplo da diferença entre análise e leitura. De certa forma, hoje nós não fazemos nada além de calcular algumas somas de verificação aqui e ali. Porque a leitura está em declínio. (GALLOWAY, 2010, p.95)

Obviamente que este pensamento pode ser até compreendido em certo ponto, porém só quando estamos olhando para a leitura das máquinas, mas a leitura do sujeito está sempre aí presente, misturada com essa leitura da máquina. Se pensarmos nessa questão do digital, para além das teorias da comunicação, podemos perceber que as tecnologias digitais e o discurso da escritoralidade, transformam e continuam transformando as formas e as relações de produção.

Assim, o técnico que constrói e arquiteta um banco de dados e seus algoritmos, está sob o efeito de neutralidade atribuída a essa construção. Mas o que nos interessa pensar aqui é que o banco de dados e seus algoritmos são as formas de leituras, na produção de certos tipos de circulação.

Quando pensamos no Arquivo de Leituras em AD precisamos olhar para essa memória das práticas técnicas do digital: da administração, da lógica empresarial, da gestão de consumo, das categorias de produção e organização. Não há como pensarmos somente nesta relação (objeto/tabela) ou na maneira como se criam as mônadas, quero dizer, essa soma de práticas técnicas dos bancos de dados e dos algoritmos (linguagem computacional) constitui o que Pequeno (2017) chamou de materialidade dos arquivos digitais, que está na ordem da forma de circulação particular do digital. E não tem a ver somente com a formulação e a constituição, ou com o modo de programação, como superficialmente analisam as teorias da comunicação.

A criação do Arquivo de Leituras está nesta ordem particular da circulação do digital, faz relação com as entradas clicáveis, as leituras normatizadas e a busca no digital. Mas o ponto mais interessante para nossa análise, que de primeiro momento não se deixa ser vista, é essa leitura feita através dos bancos de dados. Isto é, esta leitura não é somente uma soma de verificação a partir da varredura dos conteúdos, mesmo sabendo que algoritmo trabalha fora do domínio do discurso ou da memória que seleciona. A

leitura para qual estamos voltando nosso olhar nesta pesquisa é uma leitura que está funcionando com esse aspecto da materialidade do digital e que faz relação com memória das práticas técnicas do digital.

Assim, compreendemos que essa leitura da máquina, mobilizada pelo banco de dados, tem uma historicidade. Traremos para a próxima seção a historicidade dos bancos de dados para compreendermos o que determina esse pensamento tecnológico digital.

5.1 DA HISTÓRIA À HISTORICIDADE DOS BANCOS DE DADOS

Paul Henry (1984) em seu escrito “A historia não existe?”, põe em xeque o que pode ser para nós, a história. Para Henry (1984) as ciências humanas e sociais teriam:

[...] uma tendência de negar a existência de toda dimensão própria da história, e a considerar que ela é apenas o resultado da combinação da articulação de processos ou de mecanismo de natureza econômica, sociológica ou psicológica que a análise científica traria de cada uma dessas disciplinas e de sua metodologia. (HENRY, 1984, p.42).

Nesta perspectiva a história não teria conteúdos específicos, apenas representaria a “totalidade” e complementar os estudos dessas diversas ciências humanas, “ela representaria o contexto no qual operariam os mecanismos ou processos particulares que estuda”. (HENRY, 1984, p.30). O autor então faz a distinção entre a história, à historiografia nas ciências sociais e a historicidade. Para Henry a questão da historicidade, da forma como é proposta pela análise do discurso, estaria relacionada com a linguagem e o sujeito. “Pela linguagem, a consciência individual participa de algo que não é individual, algo que não é um simples “contexto”, mas é constitutivo da própria consciência: sem linguagem não há consciência.” (HENRY, 1984, p.33).

A noção de historicidade desloca a noção de história como conteúdo e como fonte unívoca de interpretação. O sufixo -idade nos parece funcionar aí como um indício desse modo de conceber a história na análise de discurso, juntamente com as noções de processo de constituição do sentido e de gesto de interpretação. (NUNES, 2005, p.2)

A história conforme o autor, não faria sentido, pois “não se pode conceber e analisar a história de outro modo senão como combinação de mecanismos e processos por si mesmos a-históricos. Nesse sentido a história não existe mais para nós senão de modo descritivo e estritamente empírico.” (HENRY, 1984, p.42). A história seria então

uma ciência que “implica falseabilidade e produtividade”. A história, então, teria que produzir sentido, pela via do que Henry chamou de historicidade, ligada ao sujeito e a linguagem. Segundo Orlandi a “historicidade administra (rege) a relação dos sujeitos com os textos e com o fato de que há uma história de leituras que afeta o texto.” (ORLANDI, 2005, p. 62).

Não há fato ou evento histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências. É nisso que consiste para nós a história, nesse fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso. (HENRY, 1984, p.51).

A historicidade articulada à linguagem produz práticas discursivas que delimitam enunciados específicos, por sua inscrição ideológica. Pêcheux (2006) explica isso com a questão da ideologia.

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais 'todo mundo sabe' o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que jazem com que uma palavra ou enunciado queiram dizer o que realmente dizem' e que mascaram. Assim, sob a 'transparência da linguagem', aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados. (PÊCHEUX, 2006, p. 160).

Nesta perspectiva Sargentini (2000, p.1) pontua que a “inscrição da historicidade na linguagem dá-se por meio de processos discursivos que perpetuam e cristalizam a memória de uma época.”. Esses processos estão na base das relações interdiscursivas que constituem os discursos.

Para os analistas do discurso a história não é apenas um pano de fundo ou um exterior independente, mas sim “uma constitutiva da produção de sentidos “(NUNES, 2005, p.2)”. Mariani (1998, p.26) completa essa ideia retratando que a “historicidade comparece sempre quando se trata de pensar discursivamente a língua(gem)”. Segundo Flores (2011, p.41) essa relação da historicidade é “com o texto, com sua determinação histórica, com a materialidade do sentido e do sujeito”, sendo resultante de uma busca para compreender como a matéria textual produz sentido.

A reflexão que iremos começar a construir, a partir dessa noção de historicidade, é sobre os bancos de dados (BD), não somente pelo viés da história, mas com um olhar discursivo para pensar como surgiram os primeiros bancos de dados, e como se deu o seu

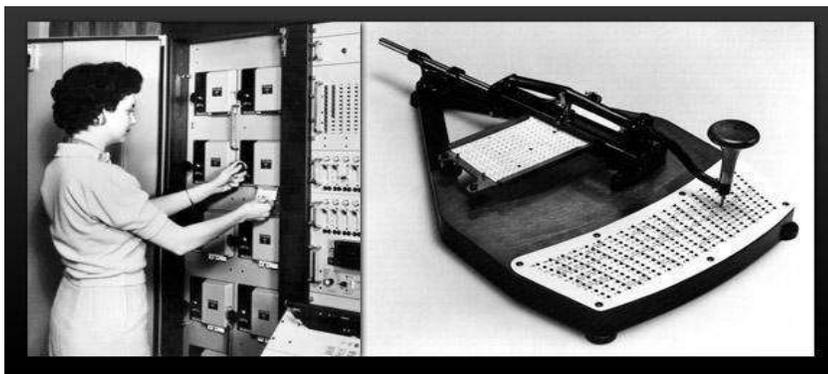
desenvolvimento? Como foi formulado esse princípio? Como foi a prática? Quais corporações estão envolvidas nisso?

A ideia de banco de dados na computação é dada como transparente, por isso “todo mundo” sabe que um banco de dados é uma coleção de dados que são organizados de uma maneira sistemática. Elmasri e Navathe (2011) explicam que eles possuem três propriedades implícitas:

Um banco de dados representa algum aspecto do mundo real, às vezes chamado de minimundo ou de universo discursivo. Um banco de dados é uma coleção logicamente coerente de dados com algum significado inerente. Um banco de dados é projetado com dados para uma finalidade específica. Ele possui um grupo definido de usuários e algumas aplicações previamente concebidas nas quais esses usuários estão interessados. (ELMASRI; NAVATHE, 2011, p.3)

Antes dos anos 1960, toda a organização e o controle de arquivos eram feitos pelos *punched cards* (cartões perfurados) que foram desenvolvidos pela IBM. Esses cartões continham informações digitais do arquivo. A informação era representada pela presença ou ausência de orifícios em posições pré-definidas. Esses cartões perfurados controlavam diretamente as máquinas automatizadas. Eles eram chamados de cartões IBM ou cartões Hollerith e eram utilizados no processamento de dados semiautomáticos.⁹ Naquela época, tinha que ter muita gente para armazenar e indexar os arquivos, o que na visão das empresas onerava muito cada operação.

Figura 6: Cartões perfuradores



Fonte: HISTORY of databses. Disponível em: <<http://avant.org/project/history-of-databases/>>. Acesso em 02 abri.2017.

⁹ O programa AAD69 do Pêcheux era de início, da mesma forma.

Depois disso, surgiram os discos rígidos e a informática começou a ter um crescimento da capacidade de armazenamento de dados computacionais. Esse acesso aos dados era feito na lógica de uma árvore, como mostra a imagem abaixo. Os dados percorriam da raiz até a ponta do ramo para chegar ao registro pretendido. Esse acesso era feito de maneira sequencial e os registros eram manipulados um de cada vez, por isso as consultas eram demoradas, a máquina precisava percorrer todo este caminho.

Figura 7: Caminho do banco de dados



Fonte: HISTORY of databses. Disponível em: <<http://avant.org/project/history-of-databases/>>. Acesso em 02 abri.2017.

Só nos anos 1980 foi que os bancos de dados começaram a utilizar a linguagem da programação para funcionar, como Java, C++ ou *Smalltalk*. Eles armazenavam arquivos complexos como textos, imagens, gráficos. Pela perspectiva de Elmasri e Navathe (2011), foi neste momento que os dados armazenados foram pensados do ponto de vista computacional para evitar “inconsistências” e agilizar as buscas. Na década de 90, com o *boom* da internet, o pensamento já estava ligado à lógica relacional, com o banco de dados objeto-relacional ou sistema de gerenciamento de banco de dados relacional de objetos (SGBDRO), do inglês object-relational database (ORD). Este modelo de banco de dados utiliza a estrutura de dados denominada orientação a objetos. Essa linguagem computacional utiliza do código que precisa ser traduzido entre a representação do dado e a tabela relacional. E é neste momento que o banco de dados começa a fazer sua relação com a internet. Um arquivo está relacionado a um espaço dentro da tabela.

O que nos interessa pensar aqui é que esse desenvolvimento de pesquisas sobre os bancos de dados sempre estiveram ligados às grandes empresas de informática e tecnologia. Ao longo desses 40 anos os bancos de dados foram desenvolvidos pela Oracle que apresentou o Oracle 2 e pela IBM, com o SQL/DS (que se tornou DB2), ambos sistemas comerciais de bancos de dados. E outros como SQL Server da Microsoft, MySQL, DBase III produzido pela Apple e o Paradox da Corel Corporation.

Há uma tendência capitalista muito forte neste desenvolvimento histórico dos BD que normatizam essa ideia de um mundo logicamente estabilizado. Assim, quando se pensa em formar um banco de dados, todos os campos que abrigam o conteúdo têm que ser indexáveis, precisam estar na lógica da estrutura, da relação objeto/tabela. Porém, o que essa prática técnica faz é estabilizar o mundo, e assim apagar as contradições. Como no mundo capitalista tudo tem que ser normatizado, essas estruturas próprias do BD criam uma homogeneização, e as contradições ficam como uma questão secundária. Por isso, temos que toda prática técnica é uma prática política conforme pontua Pêcheux (2006), porque nunca vem isolada ou simplesmente como instrumento técnico, sem efeitos sobre os sujeitos.

Há o apagamento de que aqueles pontos que definiram a estrutura do banco de dados, foram determinados por um sujeito que por sua vez é determinado pela ideologia, e que por isso se apropria do conhecimento de um lugar bem específico, aquele da Ciência&Tecnologia, deixando de lado tantos outros possíveis.

Essa posição do programador/técnico tem a ver com uma herança tecnológica digital, princípio que é dado pela formação social. A própria concepção de linguagem dos técnicos, que a tomam como instrumento de comunicação, cria essa relação comunicacional entre os elementos (objeto/tabela). Essa relação é completamente datada e relativa ao digital, e são tratadas como “naturais”.

A normatização, então, faz parecer que os bancos de dados tem uma qualidade ontológica relativa ao digital. Os atributos de um banco de dados, já pré definidos pelo programador, (re)afirmam o que é um banco de dados que circula no digital.

Os espaços a serem preenchidos para a criação de BD são delimitados, e não podem ser abertos, não há como deixar uma caixa de texto em branco em que o sujeito possa escrever qualquer coisa. Deste modo, ele determina que será daquela forma e não

de outra. Mas tudo isso é apagado pelo efeito de que os bancos de dados são objetivos e apenas relacionam as coisas de maneira “ágil” e “coerente”. Mas ágil e coerente para quem? Para um mundo logicamente estabilizado em que tomamos as tecnologias como simples instrumentos de gestão.

O conteúdo não importa dentro dos bancos de dados, mas sim a estrutura, e é neste lugar que o sujeito já está submetido à estrutura. Então, quanto essa estrutura pode armazenar eficientemente para satisfazer a todos os sujeitos? Essa ideia de que os bancos de dados são ilimitados é só um efeito, pois podem até armazenar uma quantidade ilimitada de conteúdo, mas é limitado em sua estrutura. Essa é a ideia: podemos organizar/guardar/salvar infinitas coisas, mas somente dentro do quadrinho que nos cabe.

Galloway (2010, p.99) explica que essa questão da estrutura, que faz parte da programação, é regida por três aspectos cruciais de qualquer tecnologia de computador: código-fonte, executável e interface. Para o autor a interface “é muitas vezes considerada primária, já que ela é experiência existente do software e se refere a um usuário” (Ibidem, p.99)¹⁰. Já o que ele chama de executável seria só “o momento determinante que contém efetivamente os comandos maquínicos necessários para o software funcionar” (Ibidem, p.99), mas esse segundo é só o resultado de uma compilação do código-fonte. Então, o essencial para um software funcionar (o que também serve para um banco de dados) é o código-fonte. E é isso que ele chama de “lógica oculta do software”: o software se esconde exatamente no momento em que se mostra mais plenamente. Esse distanciamento acontece por causa da linguagem matemática, se existe uma autoria, essa autoria está duplamente distanciada do usuário, uma vez pelo programa executável e outra pela interface. O código fonte está materialmente distante do usuário que vai ler. Mas, enquanto analistas do discurso, sabemos que esse problema da materialidade posto por Galloway (2010), em sua perspectiva comunicacional, acontece com qualquer materialidade, pois toda materialidade se oferece pela opacidade e não pela sua transparência, e nosso trabalho é justamente esse olhar para essa opacidade.

¹⁰ É interessante pensarmos que esta questão que o autor trata como primária para nós é extremamente importante. Pois, é nessa experiência que o usuário tem com o software, que a princípio é dada como transparente, que conseguimos olhar para várias noções relevantes como: interpretação do arquivo, gestos de leitura, efeito leitor.

Por isso, as noções de arquivo, autoria e leitura são tão importantes e precisaram ser mobilizadas para olharmos o modo de funcionamento do “Arquivo de Leituras”. Pois, ele foi constituído nos moldes dos bancos de dados e circula no espaço das leituras “normatizadas” do digital.

6 A (IM)POSSIBILIDADE DE UM ESPAÇO POLÊMICO DE LEITURAS

6.1 ESCRITA/LEITURA EM ANÁLISE DE DISCURSO X ESCRITA/LEITURA DE COMPUTAÇÃO

Para iniciarmos nossa reflexão, tomaremos como posicionamento o que Gallo (2011) nomeou por C&C, em comparação à já existente sigla: C&T. Assim, para a autora a sigla Ciência & Cultura viria como um contraponto à sigla, já estabilizada e legitimada: Ciência & Tecnologia. Porém, é fundamental destacarmos que “não estamos diferenciando C&T e Inovação de C&C, para afirmar que a primeira sigla refere-se a uma prática de sujeitos fora da cultura, ou que na segunda (C&C) não há tecnologia” (GALLO, 2011, p.281). A proposta refere-se a um olhar discursivo para a questão da ciência, como o discurso que sustenta a C&T e o discurso de resistência da C&C. Nas palavras de Gallo:

O que estamos propondo é que o discurso que sustenta a sigla C&T e Inovação tem uma cultura hegemônica na sua base, tão hegemônica que não precisa ser tematizada na sigla, pois estamos todos nós, sujeitos da contemporaneidade, incluídos nela, de um modo ou de outro, na medida em que consumimos produtos da inovação tecnológica. A essa cultura fazemos referência a partir do desgastado termo de “cultura globalizada”. Já o discurso que sustenta a segunda sigla C&C, é um discurso de resistência em relação a esse sentido de ciência, e que se materializa nas áreas de humanas e sociais. (GALLO, 2011, p.281).

A ciência, enquanto C&T apresenta-se como uma questão de Estado, em uma análise feita por Gallo (2010), com base no Plano de Ação 2007-2010 do ministério da Ciência e Tecnologia, dentre os oito ministérios¹¹ e 24 órgãos¹², há um organismo

11 Ministério de Ciência e Tecnologia, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministério das Comunicações Ministério da Educação, Ministério de Minas e Energia, Ministério da Defesa.

12 CNPq, Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Agência Espacial Brasileira, Comissão Nacional de Energia Nuclear, Unidades de Pesquisa, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, Instituto Nacional de Meteorologia, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Banco do Desenvolvimento, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, Instituto Nacional da Propriedade Industrial, Instituto Nacional de Metrologia, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello da Petrobras – Cenpes, Centro de Pesquisa em Energia Elétrica, Instituto Tecnológico de Aeronáutica, Centro Técnico Aeroespacial, Instituto Militar de Engenharia, Centro Tecnológico do Exército, Capes, Universidades e Escolas Técnicas.

apenas para os que estão na universidade. Ou seja, além da universidade, há outros 23 atores da C&T no país. O contexto universitário estaria inscrito também na Capes e no CNPq, totalizando três dos 24 órgãos. O que se conclui da análise é que “ciência” transforma-se, no Plano de Ação, em CT&I, e “pesquisa” se transforma em PD&I (pesquisa, desenvolvimento e inovação). Os investimentos do Estado vão para PD&I (não para a pesquisa, simplesmente), ou seja, para os 24 organismos listados por Gallo (2010). A chamada “comunidade de pesquisa” é aquela que está envolvida com PD&I. A respeito disso Guimarães (2003, p.198) explica que “o que se vê então, é que esta posição, que empobrece a concepção de ciência e tecnologia, se significa na medida em que também significa falta de lugar para as Ciências Humanas no momento em que o Estado formula suas prioridades”, como no Plano de Ação 2007-2010.

Essa especialização da Ciência & Tecnologia se formula na mesma cena da não “cientificidade” que configurou as Ciências Humanas, no século XIX. Por outro lado, há um engano em considerar a C&C como não produtora de tecnologias. Há muitas tecnologias produzidas dentro do campo dos estudos da linguagem, por exemplo, a escrita e os dicionários são prova disso. Porém, há uma vertigem do tecnológico para PD&I que se legitima por si e se constitui por si. A concepção tecnológica de ciência, presente na formulação de política científica é hegemônica, para Guimarães (2003):

[...] as Ciências Humanas seria neste caso tanto um modo de não reduzir a ciência, a algumas consequências vistas como sem causa (efeito utilitário), como, ao mesmo tempo um modo de melhor qualificar a discussão do modo de presença das tecnologias no mundo contemporâneo e na sua história (GUIMARÃES, 2003, p.199).

Courtine (1981) denomina a posição-sujeito como sendo a relação entre a identificação do sujeito (enunciador) e o sujeito do saber (forma-sujeito), considerando que, uma posição sujeito não é uma realidade física, mas um objeto imaginário representando no processo discursivo os lugares ocupados pelos sujeitos na estrutura de uma formação social (PÊCHEUX, 1975).

Assim, um indivíduo quando se relaciona com a forma-sujeito de uma mesma formação discursiva (lembrando que as formações discursivas não são fechadas, as suas delimitações são extremamente porosas e, por isso, seria melhor falar em complexo de

formações discursivas com dominantes) pode ocupar posições-sujeito diferentes ou semelhantes. Deste modo, “[...] não há sujeito único, mas diversas posições sujeito, as quais estão relacionadas com determinadas formações discursivas e ideológicas” (SANTOS, 2012, p.5).

Grigoletto (2008, p.47) pontua que, com a expansão do capitalismo, a divulgação da ciência surge como uma espécie de produto em busca da democratização do conhecimento. Assim, há todo um movimento para que a ciência seja divulgada e esteja acessível. Orlandi (2012, p.213) pensa sobre essa questão do capitalismo quando diz que “faz parte da ideologia, no capitalismo, a existência de formas de onipotência no chamado domínio pessoal em que a posição é ‘se eu quiser, eu posso’ ”. (ORLANDI, *ibidem*), e ainda nos chama a atenção para a forma de onipotência também no domínio social que seria “juntos tudo podemos”. Essas posições esquecem o real atravessamento do poder e das lutas de classe e trazem a ilusão de transparência na sociedade.

Podemos pensar esse problema do capitalismo dentro da academia, refletindo sobre a quantidade de produtos intelectuais visados nos cursos de graduação e pós-graduação. Vários mecanismos de avaliação da qualidade acadêmico-científica também são utilizados para medir essa produção. Um deles é o Fator de Impacto (FI), discutido por Mittmann (2016, p.26) que ao tratar da autoria no âmbito acadêmico problematiza esse controle de regulação. O FI seria um instrumento de avaliação da qualidade de publicação científica, iniciado na década de 1960, mas que ganhou força com a popularização da internet, ou seja, é um calculador de impacto de revistas, “calculado anualmente pelo *Institute for Scientific Information/ Thompson Scientific Reuters* para as revistas indexadas em sua base de dados e é publicado pelo *Journal Citations Reports (JCR)*” (MITTMANN, 2016). Assim, para calcularmos o FI de um determinado ano:

[...] leva-se em consideração o número de citações recebidas naquele ano pelos artigos publicados pelo periódico nos dois anos precedentes, sendo este número dividido pelo número de artigos publicados pelo periódico no mesmo período. Então, o número de citações de um artigo é dividido pelo número de periódicos avaliados. E aí se tem a pontuação que informa se os estudos de um pesquisador ou de um grupo de pesquisas estão sendo suficientemente para que se possa dizer que aquela pesquisa tem causado impacto. (MITTMANN, 2016, p.21).

Mittmann (2016) destaca que além do fator JCR, há também o fator H que avalia os pesquisadores, definindo-o pelo número de artigos que publicou pelo número de

citações, que deve ser maior ou igual, “quando dizemos que o índice H de um pesquisador é 10, significa que ele tem pelo menos dez artigos publicados, cada um deles com pelo menos dez citações” (MITTMANN, *ibidem*).

E assim, os pesquisadores-acadêmicos são avaliados pela sua capacidade produtiva, no mesmo modelo das fábricas, em que o funcionário é avaliado pelo seu desempenho na produção. Orlandi (2004, p.134) pontua que “[...] a constituição, a formulação, a circulação da ciência fazem parte do próprio sentido que ela adquire em uma sociedade como a nossa. A questão da divulgação científica põe em realce o modo de circulação do conhecimento e o sentido da ciência em nossa sociedade”. Zamboni (2001) nos explica que:

Os cientistas apropriam-se do discurso da divulgação científica com uma certa racionalidade e pragmaticidade cuja motivação deriva do modo de organização do campo científico. Dele faz parte o interesse, a necessidade, a pressão por maior número de publicações, por maior visibilidade nos meios de comunicação, por maior prestígio nas instituições de fomento à pesquisa e de concessão de bolsas e recursos financeiros. (ZAMBONI, 2001, p.41).

Este é o jogo na divulgação da ciência: as pesquisas que estão sendo realizadas nas academias precisam ser divulgadas para que “todos” tenham acesso à ciência, ao conhecimento, ao saber. A mesma lógica de produção capitalista que a sociedade vive “todos podemos/devemos consumir”, serve também para os consumidores de divulgação científica. E não basta apenas que toda essa mercadoria de conhecimento seja produzida, ela precisa estar em evidência (um citando o outro).

O que esses mecanismos de avaliação apagam é a crescente demanda de financiamentos de pesquisas acadêmicas e a própria disputa das empresas que avaliam e publicam essas revistas. Uma pesquisa desenvolvida por acadêmicos da Universidade de Salamanca (FIGUEROLA, 2016) levantam notícias de 2002 a 2015, dos três maiores jornais da Europa (ABC, El País e El Mundo), através de técnicas automáticas de *text mining* para indicar diferentes aspectos da cultura científica de um país. O mais interessante nessa pesquisa é o ranking que eles fazem das 10 empresas que estão por trás das pesquisas consideradas mais importantes: *Microsoft, Google, Iberdrola, Sony, Endesa, Facebook, Samsung, Nokia, Twitter e GlaxoSmithkline*. São as pesquisas acadêmicas com maior visibilidade e que estão atreladas às principais companhias de

gás/energia, informática e farmacêutica da Europa.

Essa é a lógica capitalista da quantidade pela qualidade, da visibilidade pela profundidade. Como pontua Mittmann (2016, p.22), esses mecanismos de avaliação só se tornam possíveis porque “não faltam boas almas para considerar que quantidade de citações equivale à qualidade de pesquisa”.

A forma histórica capitalista que temos, desde a Revolução Francesa, é a força de trabalho e a produção de mercadorias, nas palavras de Orlandi (2012, p.2016) “o capitalismo é uma relação social constituída historicamente, caracterizada pela compra e venda da força de trabalho, uma relação entre proprietários dos meios de produção e o proprietário do meio de trabalho”. É nesse jogo que o pesquisador da ciência se inscreve como venda de força de trabalho na produção de conhecimento, e que a lógica é quantitativa, e não qualitativa, como exemplificamos anteriormente por meio do Fator de Impacto e o Fator H.

Queremos fazer a reflexão a respeito da forma histórico-capitalista atravessando esse sujeito pesquisador acadêmico, fazendo com que ora ele ocupe o lugar de cientista, ora de divulgador da ciência, ou ainda de cientista divulgador (GRIGOLETTO, 2008, p.50).

Por fim, as questões que se colocam são: O “Arquivo de Leituras em AD” até pode ser um mecanismo de busca na Análise de Discurso palatável, como o Google Acadêmico e a Wikipédia, mas será que não está ligado à lógica da produção e divulgação do sistema capitalista, da quantidade pela qualidade, da visibilidade pela profundidade, nos modos de funcionamento da Ciência & Tecnologia? Será que não estaríamos ocupando a posição de “cientistas” no que Pêcheux (1987) conceitua por “fabricantes-utilizadores de instrumentos”?

6.2 “LITERATOS” E “CIENTISTAS”

Há nesse jogo de C&T e C&C o que Pêcheux conceitua por “literatos” e “cientistas”, no seu artigo “Ler o arquivo hoje” (1987). São dois grupos que produzem conhecimentos antagônicos, e para o autor há um “[...] abismo que se ampliou desde a

Era Clássica, entre estas duas culturas que a tradição escolar-universitária designa respectivamente como a “literária” e a “científica” (PÊCHEUX, 1987, p.50). Para o autor, “[...] profissionais de leitura de arquivos são “literatos” (historiadores, filósofos, pessoas de letras) que têm o hábito de contornar a própria questão da leitura regulando-a num ímpeto” (Ibidem, p.50).

Ao longo de toda uma história das ideias que vai do século XVIII ao século XX (através de Auguste Comte - A era da Ciência – e o positivismo lógico, face aos romantismos, às filosofias da história e às disciplinas de interpretação) essas duas culturas não param de se distanciar uma da outra, veiculando, cada uma, não somente suas esperanças e ilusões, como também suas manias e seus tabus, ignorando de uma maneira mais ou menos deliberada a própria existência da outra (PÊCHEUX, 1987, p.50).

É importante pensarmos que esse texto trabalhado por Pêcheux serviu como base para um colóquio que inaugura um novo ponto de partida para AD, pois Pêcheux estava criando um novo grupo de pesquisa, o RPC ADELA, que foi o momento da entrada de novos pesquisadores de diferentes áreas, inclusive da informática em AD. Neste período, a AD passava por um processo de auto avaliação, se faziam questionamentos das suas noções, das críticas e do tratamento com a informática (MALDIDIER, 2003, p.78).

Canguilhem (1980, p.1)¹³ aponta que algumas questões se faziam pertinentes naquele contexto como: “O que é um freio de leitura? Bloqueio do dispositivo? Quais são os critérios de boa constituição de uma “rede de memória”?” (Ibidem, p.1). Assim, Maldidier (2003, p.79) conta que Pêcheux começa a pensar a AAD 80, que seriam táticas de construção de memórias, para justamente problematizar essas memórias na leitura/escritura, em contraponto ao sistema que trabalha com a “inteligência artificial”. As questões que se colocam são essas que também estamos pensando dentro da nossa pesquisa: Como a gente arquiva esses documentos? Como essa memória está funcionando? Assim, “no título de ADELA se ouve a novidade do ângulo de ataque escolhido por Michel Pêcheux, a questão da análise de discurso se junta agora a das *leituras de arquivo*” (Ibidem,p.79). O texto de Pêcheux “Ler o Arquivo hoje”, segundo Maldidier (2003, p.79), “é um manifesto do ADELA”, (parece visionário, pois interroga aspectos históricos/psicológicos da leitura de arquivos, aspectos informáticos do

13 Tradução nossa

tratamento dos documentos textuais, e questiona o avanço ,próprio das pesquisas em linguística formal (sobre tudo pelo viés dos banco de dados).¹⁴

Podemos pensar essa problemática do arquivo, aqui nos referindo ao acervo em si, como não sendo nada se não tiver leitores, por isso a reflexão de que tecnólogos e literatos devam trabalhar em conjunto. Porém, o mesmo problema detectado por Pêcheux (1980) em que os literatos fazem arquivos particulares para fugir do drama da tecnologia, mas arriscam-se a não terem leitores dos acervos, e os cientistas estão focados nas linguagens de programação, que desconsideram a materialidade de língua na criação desses acervos: ambos continuam ainda depois de tantos anos, “de costas para o outro”. Assim para o autor a questão que está posta:

É à existência dessa materialidade da língua na discursividade do arquivo que é urgente se consagrar: o objetivo é o de desenvolver práticas diversificadas de trabalhos sobre o arquivo textual, reconhecendo as preocupações do historiador tanto quanto as do linguista ou do matemático-técnico em saber fazer valer, face aos riscos redutores do trabalho com a informática – e, logo, também nele, os interesses históricos, políticos e culturais levados pelas praticas de leitura de arquivo. (PÊCHEUX, 1987, p.52-53).

Desde a idade média, coube aos literatos o poder de interpretar os textos e atribuir-lhes sentido, uma prerrogativa inicialmente da Igreja, enquanto o clero manteve o poder sobre a escrita, até depois, com as instituições jurídicas, em que as leis se valiam da escrita. Nesse período havia um poder que só se impunha através da escrita e dos acervos literários. Na contemporaneidade, entretanto, há uma determinação capitalista mais forte, que deslegitima essas instituições de certa forma, e neste contexto é que o poder começa a se aliar a processos mais informatizados do que literatos. Como o poder está sendo legitimado e estabilizado pelas questões de mercado e tecnologia digital, é neste espaço mercadológico/tecnológico que as leituras de arquivo se inserem.

Postas estas reflexões, nos interessa pensar aqui: O que está em jogo e a quem serve este trabalho? Os literatos estão perdendo espaço nas leituras de arquivo, não por causa da informática, mas sim, pela forma histórica capitalista, e nós, enquanto analistas de discurso, temos que nos posicionar politicamente frente a isso. O discursivo

14 Aula dada pela professora Dra. Juliana Silveira sobre o texto “Ler o Arquivo Hoje” na disciplina de Tópicos Especiais: Discursividades Online e Textualidades digitais mar/abril 2017, na Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, Unisul.

informaticamente marcado sob a forma dos “dados textuais” é um lugar de confronto violentamente contraditório, na contemporaneidade.

Ao produzir e analisar o Arquivo de Leituras em AD, pretendemos tirar essa produção (o site) de sua transparência, enquanto um efeito que se produz ao se desconsiderar o fator da língua e todas suas questões ideológicas. O problema do apagamento, na tecnologia de escrita, está no fato de responder apenas a seu próprio mundo; e o problema do apagamento, na tecnologia digital, está no fato de tomar a linguagem como instrumento e o sentido como evidente. Precisamos, no entanto, construir mecanismos para manter os espaços polêmicos de leitura.

Então a questão que nos colocamos é: Como podemos, enquanto pesquisadores da Análise do Discurso, criar nossos próprios bancos de dados, sem ficarmos reféns da tecnologia? Sem a determinação irrefutável das clivagens subterrâneas de qualquer software? Existem formas de inscrição do sujeito na tecnologia digital de modo mais refletido?

Obviamente que poderíamos discutir essas questões através de leituras e da escritura da dissertação, porém o intuito de criar o Arquivo de Leituras foi para discutir essas questões levando em conta uma prática, que também é um caminho viável, pois só assim foi possível experimentar diferentes posições sujeito ao construir este trabalho. O intuito era ocupar posições diferentes nos dois lados, tanto do cientista (enquanto programador da C&T), quanto do literato (enquanto crítico pesquisador da C&C). Sabemos que para a AD:

“[...] Uma posição sujeito não é uma realidade física, mas um objeto imaginário representando no processo discursivo os lugares ocupados pelos sujeitos na estrutura de uma formação social. Deste modo, não há sujeito único mas diversas posições sujeito, as quais estão relacionadas com determinadas formações discursivas e ideológicas.”
(SANTOS,2012,p.5)

Ainda nesta perspectiva, Gallo (2008, p.68) pontua que “a posição-sujeito absorve as determinações específicas e produz um efeito de sentido determinado, um efeito de homogeneidade, silenciando/esquecendo as ambiguidades”, assim podemos compreender que no momento em que, na pesquisa, eu assumia a posição-sujeito do programador, havia que responder a determinados sentidos: como o site irá funcionar?

as pessoas conseguirão entender a lógica dos links? O tamanho dos textos é compatível com o espaço disponibilizado pelo site? Há como criar links diretos sem precisar de muitas interfaces? Preocupações técnicas relativas à necessidade de fazer com que a ferramenta funcionasse do modo programado.

No momento em que eu utilizava o site, como ferramenta de estudo dentro da sala de aula, outro lugar era ocupado, eu assumia a posição-sujeito do leitor que demanda outros sentidos, organização dos textos, problemas com links, espaços de interação que não funcionam, falta de “clareza” na disposição dos elementos do website. Ocupar a posição de sujeito-usuário do site e encontrar problemas, destaca como a programação e o software em uso não se conversam muito bem.

E há também uma terceira posição ocupada que é a da escritura da dissertação, a posição de crítico-pesquisador que demanda incansavelmente, sentidos e permite o espaço para a reflexão e refutações incontáveis. Assim, compreendemos que a posição-sujeito e o sentido mudam, conforme o lugar que ocupo nesse jogo. Crítico sujeito-pesquisador, sujeito-programador e sujeito-usuário.

A produção do “Arquivo de Leituras em AD”, faz-nos levar necessariamente em consideração a tecnologia digital na compreensão da C&C. E por essa razão nos perguntamos: como podemos trabalhar com o “Arquivo de Leituras” como uma ferramenta tecnológica não utilitarista? Será possível tomá-lo como uma forma de pensarmos a divulgação científico-acadêmica, na C&C, como resistência?

Provavelmente não chegaremos a uma versão final do “Arquivo de Leituras”, nesta dissertação, porém nosso gesto de leitura para esse arquivo tem se construído como um gesto de resistência. Esse gesto estaria pautado no pensamento de Pêcheux (1997), no Anexo III do “Semântica e Discurso”:

[...] não há dominação sem resistência: primeiro prático do luta de classes, que significa que é preciso “ousar e se revoltar”; ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja” primado prático do inconsciente que significa que é preciso suportar o que venha ser pensado, isto é, é preciso “ousar pensar por si mesmo” (PÊCHEUX, 1997,p.304)

Podemos pensar essa resistência como um primado prático discursivo, na perspectiva de Ferreira (2015), onde a resistência estaria tanto no campo da língua, do sujeito e da história. Para a autora “a resistência expressa em jogos metafóricos diversos é

a noção que subjaz, sustenta e identifica nosso campo teórico” (FERREIRA, 2015, p.162).

Assim, nosso gesto de resistência, enquanto analistas do discurso produzindo um aparato tecnológico, é o de não ceder à produção do sentido unívoco para o “Arquivo de Leituras”. Pois, quando se fala em arquivos disponíveis em um banco de dados “todo mundo sabe” seu modo de funcionamento, e se cria então essa ideia de um sentido único. Essa questão merece uma discussão bem aprofundada, assim iremos teorizar e desdobrar melhor essa concepção de arquivo no próximo capítulo.

7 ARQUIVO, AUTORIA E LEITURA

7.1 (A)RQUIVO

Para falarmos de arquivo é importante pensarmos o que na AD se entende por arquivo. Segundo Pêcheux (1982/1994) a inscrição do político fervilha no/pelo arquivo, porque ele é selecionado, recortado e ordenado por um gesto de leitura primeiro, determinado discursivamente, mas também tecnologicamente, que vai produzir as clivagens subterrâneas que vão, por sua vez, determinar todas as outras leituras do arquivo.

A definição clássica que Pêcheux toma no sentido amplo de arquivo é “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (1982, p.57), por se tratar justamente de um efeito. No arquivo, justamente em razão das clivagens subterrâneas, alguns dados são expostos e outros ficam silenciados ou à margem. Alguns documentos recebem reconhecimento, outros são descartados. Há também restrição de acesso para alguns e liberação para tantos outros. É nesse jogo que está o político, através desse “trabalho anônimo, fastidioso, mas necessário, através do qual os aparelhos do poder de nossas sociedades geram a memória coletiva” (PÊCHEUX, 1982, p.51).

Considerar o arquivo como um instrumento neutro e independente é “se iludir sobre o efeito político e cultural que não pode deixar de resultar de uma expansão da influência das línguas lógicas de referentes unívocos, inscritos em práticas intelectuais de massa” (PÊCHEUX, 1982, p.55).

É muito interessante pensar no nevrálgico ponto que Pêcheux nos coloca com relação à questão da leitura do arquivo, dirigindo-se aos “literatos” e aos “cientistas”, aqueles dos quais falávamos no capítulo anterior.

[...] em particular, dizer aos “literatos”: vocês acreditam poder ficar assim à distância da adversidade que ameaça historicamente a memória e o pensamento? Acreditam poder ficar tanto tempo ainda protegidos na casa do seu mundo de arquivo particular? E é também dizer aos “cientistas: vocês a que chamam de fabricantes-utilizadores de instrumentos, vocês acreditam poder ainda por muito tempo escapar à questão de saber para que vocês servem e quem os utiliza? (PÊCHEUX, 1987,p.55).

A leitura de um arquivo não é apenas uma “máquina de ler”, mas um confronto com a dimensão sócio-histórica dos textos mais diversos (MALDIDIER, 2003, p. 80). Trabalhar a noção de arquivo exige do analista pensar a leitura-escritura do arquivo, sob suas diferentes modalidades ideológicas e culturais, contra tudo o que tende hoje a apagar esse trabalho (PÊCHUEX, 1987).

Pequeno (2014) traz ainda outra questão muito interessante para pensarmos sobre o arquivo, diferenciando arquivo de Arquivo (marcado com letra maiúscula).

Estamos, portanto, propondo que o Arquivo seja mais do que aquilo que, no âmbito da circulação do sentido, configura as possibilidades de cada leitura. Ao invés, dizemos que o Arquivo é aquilo que, nesse âmbito da circulação, configura as possibilidades de *toda* leitura. Ou seja: que os arquivos não são produzidos institucionalmente, ou intencionalmente, mas que *há um sistema geral de produção de arquivos*, de circulação do sentido, que opera de acordo com o princípio histórico-ideológico, e é a esse sistema que damos o nome de Arquivo. (PEQUENO, 2014, p.28)

Não há possibilidade de leitura ou interpretação fora do Arquivo, assim compreendemos que “o aspecto técnico de produção do arquivo *é também constituído política-histórica-ideologicamente*. É exatamente aí que entendemos estar o Arquivo, como sistema geral e ideologicamente constituído de circulação do sentido” (PEQUENO, 2014, p.29).

A noção que nos parece mais pertinente para nossa análise é a de Arquivo¹⁵ proposta por Pequeno (2014), e é a que tomaremos não só enquanto conjunto de textos, mas enquanto a própria condição de corte, pois assim como “[...] as formações discursivas descrevem o território do poder/dever dizer, o Arquivo descreve as possibilidades de qualquer clivagem subterrânea. É também subordinado às formações ideológicas o trabalho de organização e produção da univocidade no âmbito de circulação do processo discursivo” (PEQUENO, 2014, p. 31-22).

Essa reflexão é fundamental para a construção do “Arquivo de Leituras em AD”, pois é trabalhando com arquivos que iremos produzir um Arquivo, ou seja, aqui cabe uma explicação do que iremos produzir e a relação disso com o Arquivo..

¹⁵ Aqui não estamos nos referindo à noção de Arquivo (com maiúscula) de Foucault. Estamos tomando pela essa noção de Pequeno (2011) que parte dela, mas faz releitura levando em conta a teoria pecheutiana. O Arquivo é mais que o arquivo que circula, mas sim aquilo que no âmbito da circulação e do sentido, configura as possibilidades de todas as leituras.

Entretanto, uso as palavras de Pequeno (2014, p.28) para entendermos que “o que gostaríamos de defender é, justamente, que o Arquivo, como sustentador e configurador das clivagens subterrâneas, não formula os arquivos (as coleções, os bancos de dados, as bibliotecas) a partir da seleção dos sujeitos que os “controlam””.

Estamos tratando de algo que opera em uma seleção anterior ao acesso dos sujeitos, o Arquivo é inacessível ao sujeito, assim como o pré-construído.

Ao dizer que produzimos um Arquivo, não estamos dizendo que conseguimos acessá-lo, mas sim, que é uma operação que resulta dos dispositivos tecnológicos e dos gestos de interpretação, é aí que podemos entender as clivagens subterrâneas como “escavações, operações técnicas de preparação do terreno onde se formulam as disputas e negociações que Pêcheux descreve em *Ler o Arquivo Hoje* (2010)” (PEQUENO, 2014, p.29). O arquivo, que também pode corresponder a um acervo, é de dimensão empírica, mas o Arquivo tem um princípio de determinação em que se é possível dizer ou não, existir ou não, estar disponível ou não, pertencer ou não. A clivagem subterrânea é o gesto que seleciona a partir do princípio de Arquivo, como Gallo (2011) pontua essa noção e que depois é qualificada por Pequeno (2014).

Como nosso “Arquivo de Leituras em AD” está circulando na internet, nossas reflexões partem de compreender esse arquivo online e o sujeito que circula ali através do gesto de leitura, por isso “devemos levar em conta não só a condição histórica/ideológica da linguagem e do sujeito da linguagem, mas a contradição embutida no encontro entre esse sujeito (que é o sujeito do equívoco, da ambiguidade, do esquecimento) e a materialidade técnica dos sistemas digitais” (PEQUENO, 2014,p.21). Podemos pensar sobre isto também na perspectiva que Dias (2015) pontua:

O discurso da tecnologia em geral produz, portanto, efeitos na maneira como o digital se materializa na sociedade, discursivamente, como uma das peças importantes do modo de organização da vida em seu conjunto, na formação social capitalista, e do modo de individuação do sujeito pela conectividade como “autenticadora” da entrada desse sujeito no mundo “civilizado” ou como aquela que o identifica em sua posição sujeito na sociedade. (DIAS, 2015, p.1)

E é nessa entrada “autenticadora” que o sujeito usuário do Arquivo de Leituras em AD se inscreve. No momento em que a proposta está na internet, nesse espaço conectado do efeito de que “tudo pode” e “tudo cabe”, a relação do sujeito usuário com o

arquivo/acervo se modifica. A condição comum de todos esses textos parecerem/serem/estarem online dentro do Arquivo de Leituras, está no âmbito da “autenticação” que é “processo no qual o sujeito se encontra sempre imerso, e que dá conta do movimento e da fixação desse sujeito no espaço de cadeias significantes que não se alinham necessariamente em FDs” (GALLO, 1990, p.129). Assim, ao transitar dentro desses espaços digitais, o sujeito acaba atualizando nesta tomada de posição, arquivos que foram produzidos em outras condições de produção, como por exemplo, os textos que estavam dentro de uma obra/livro e que permaneciam indexados em um lugar físico, que é a biblioteca, com outra lógica de categorização. Essa lógica de categorização se dá pelo o que chamamos de clivagens subterrâneas, isto o que pode ser dito/compreendido ou não, essa clivagem é feita por práticas e objetos, no caso da biblioteca é feita por bibliotecários e livros. Porém, essa tomada de posição não pode ser entendida como uma posição-sujeito, como explica Gallo (2011), pois “quando o sujeito não está se relacionando com um seu interlocutor, seu status pode estar/ser presente” por isso, podemos entender como um efeito-sujeito, e não como uma posição-sujeito. O que nos interessa pensar aqui é como esse efeito-sujeito se inscreve nesse lugar online do Arquivo de Leituras em AD, e um dos possíveis caminhos para a construção dessa compreensão é por via da autoria e/ou do efeito de autoria.

7.2 O EFEITO DE AUTORIA NO/DO ARQUIVO DE LEITURAS

Primeiramente, para pensarmos essa noção de autoria e leitura no Arquivo, precisamos entender que há diferentes momentos de leituras, que também produzem uma autoria, dentro desse processo: Leituras das obras, leitura para o recorte da noção, leitura do modelo, leitura dos autores do projeto, leitura final da compilação das noções.

Assim, para entender esse gesto de leitura produzido pelos vários sujeitos-usuários do Arquivo de Leituras, sujeitos esses que estão sempre na dupla função indissociável de leitor/autor, começaremos diferenciando a noção de efeito autor e função autor. Orlandi (1996) constrói a ideia de função autor a partir da proposição de Foucault, como explica a própria autora “o principio de autoria para Foucault estabelece que o

autor é o princípio de agrupamento do discurso, unidade e origem das suas significações” (ORLANDI,1996,p.77) , mas Orlandi vai além dessa concepção foucaultina e propõe colocar a função autor como sendo algo que se estende a todo sujeito, assim “nossa proposta é, então, a de colocar a função (discursiva) autor junto às outras e na ordem (hierarquicamente) estabelecida: locutor, enunciador e autor”(Ibidem,p.77). Assim, a função autor é uma condição de todo o sujeito, na medida em que a autora a propõe como uma particularidade para a posição sujeito: toda posição sujeito tem uma autoria, tem uma inscrição, um espaço para inscrição do sujeito, melhor dizendo nas palavras da autora “o autor é função que o *eu* assume enquanto produtor de sua linguagem” (ORLANDI, 1996, p.77).

Entretanto, a noção desenvolvida por Gallo (1989) de efeito autor é construída por via de outro lugar, que seria o lugar da legitimidade dos textos inscritos no discurso da escrita. Essa legitimidade tem a ver com o efeito de unidade dos textos, o efeito de filiação a uma tradição, ou seja, pode ser reconhecido como um texto de um determinado discurso e, principalmente, cria-se esse efeito de que alguém responde por aquele texto e pelo fato dele ser daquele jeito. Quando um texto se insere em um discurso de escrita é que acontece o efeito de autoria. O efeito autor é o efeito do discurso, o discurso de escrita produz esse “efeito de fecho”. A autora traz a noção da heterogeneidade discursiva para trabalhar melhor a noção de autoria (GALLO, 2001, p.2). Assim:

[...] podemos dizer que a proposta da noção de efeito-autor foi possível na medida em que pude contar com a noção de uma heterogeneidade discursiva, pois é esse nível de heterogeneidade que permite a diferenciação de formações discursivas dominantes se confrontando em um mesmo enunciado. (GALLO, 2001, p.3)

Essa relação com a heterogeneidade discursiva pode ser compreendida melhor se pensarmos que todo texto se insere em um discurso, e mantém relação de sentido com outros textos, de outros discursos, que não estão explicitados, mas que estão presentes na sua ausência. Assim o leitor para poder dar conta desse primeiro texto, precisa fazer relação com outros textos que podem estar ou não em outros discursos e que funcionam na leitura como elementos pré-construídos, assim “[...]o ‘pré-construído’ corresponde ao ‘sempre-já-aí’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’

sob a forma da universalidade (o ‘mundo das coisas’)(PÊCHEUX, 1997,p.147).

Posto isto, a conclusão que se tira é que a função autor está no nível enunciativo e o efeito autor está no nível discursivo. Levando essa reflexão para o Arquivo de Leituras em AD, temos que cada leitor/aluno tem sua particularidade de fazer o fichamento, esse gesto pode ser entendido como do nível da função autor, porque ali sim nós temos a particularidade de cada autor, há inscrição do sujeito nesse espaço. Todos esses fichamentos que compõe a planilha são do nível da função autor.

A função autor, aqui, materializou-se na produção das noções que os alunos fizeram ao longo da disciplina. Entretanto, é importante analisarmos esse gesto de autoria ao produzir uma noção. Rancière (1995, p.7) explica que “o conceito de escrita é político porque é o conceito de um ato sujeito de desdobramento e uma disjunção essenciais. Escrever é o ato que, aparentemente, não pode ser realizado sem significar”, assim, podemos entender esse gesto de produzir uma noção como uma política de escrita, no sentido amplo pensado pelo autor “escrever é o ato que aparentemente, não pode ser realizado sem significar (...) o ato de escrever é uma maneira de ocupar o sensível e dar sentido a essa ocupação” (Ibidem, p.7).

No momento em que o autor escreve a noção, ele elege um recorte dentro daquele fragmento para significar. Por isso, é uma política de escrita, essa noção é uma produção que significa, não é apenas um fragmento isolado da obra, “escrever é coisa política, porque seu gesto pertence à constituição estética da comunidade e se presta, acima de tudo, a alegorizar essa constituição” (Ibidem, p.7).

O autor do Arquivo de Leituras ao contribuir com uma noção busca um reconhecimento, mesmo que seja no anonimato. Há o político dentro do Arquivo de Leituras em AD que precisa ser pensado e/ou analisado. Não estamos tomando essa produção dos fichamentos na transparência. As noções que vão sendo apontadas pelos alunos incidem sobre o político.

Tomemos como exemplo três apontamentos que trouxeram a noção “língua”:

Pêcheux, Michel. Língua, "Linguagens", Discurso. Eni (org). Análise de discurso: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes, 2011.	Língua	p. 128 - Objeto da linguística (...) se constoem.
PÊCHEUX, Michel. Ideologia – Aprisionamento ou campo paradoxal. In:	Língua	p. 118 - Isso também pressupõe que (...) "futuro

Análise de Discurso: Michel Pêcheux. 3ª edição - Pontes Editores, 2012		brilhante" no horizonte,
PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni P. (Org.) [et al.] – Gestos de Leitura: da história no discurso. Campinas: Pontes, 1994.	Materialidade da língua na discursividade do arquivo	p. 67 - É a existência desta materialidade (...) pelas práticas de leitura de arquivo.

Em cada obra do Pêcheux o aluno tomou a noção de “língua” por um viés diferente. Uma olhando na perspectiva de arquivo para falar da materialidade língua, outro em um sentido mais poético “futuro brilhante no horizonte”, e a última na ideia clássica da linguística. O que mostra que essas noções não são fixas, podem ser apontadas em muitos sentidos. E esses sentidos se movimentam e constroem outros efeitos de sentido. Mesmo a noção de “língua” apontada por um mesmo aluno, se desloca a partir da cada obra do Pêcheux, no gesto de produção do aluno. Porque o gesto de produzir uma noção é como o discurso constituído de furos e falhas, e assim, tanto controla como permite o escape. Por essa razão, uma noção pode movimentar-se e inscrever-se em novas filiações de sentido, instituindo a polissemia.

Figura 8: Planilha dos Fichamentos

f1 PÊCHEUX, Michel. FOI "PROPAGANDA" MESMO QUE VOCÊ DISSE? In: ORLANDI, Eni (Org). Análise de discurso: Michel Pêcheux, Campinas: Pontes, 2011.							
	B	C	D	E	F	G	H
1	Nome	Referência da Obra	Palavra-chave	Indicação página(s)			
314		PÊCHEUX, Michel. FOI "PROPAGANDA" MESMO QUE VOCÊ DISSE? In: ORLANDI, Eni (Org). Análise de discurso: Michel Pêcheux, Campinas: Pontes, 2011.	Modo de Produção Capitalista	p. 80 - A via dita americana (...) A via dita "prussiana" (...) p. 80-1 - A via número 1 do MPC (...) democracia burguesa exemplar (...) p. 81 - A via capitalista 2 (...) no interior das estruturas da sociedade feudal			
315		PÊCHEUX, Michel. FOI "Propaganda" mesmo que voc Guerra ideológica		p. 73 - Apareceu recentemente, pretendendo (...) que resiste a sua poli			
316		PÊCHEUX, Michel. FOI "Propaganda" mesmo que voc Via dita "americana"		p. 80 - Na qual o produtor (...) comerciante e capitalista.			
317		PÊCHEUX, Michel. FOI "Propaganda" mesmo que voc Via dita "prussiana"		p. 80 - Na qual segundo uma expressão (...) em exploração capitalista.			
318		PÊCHEUX, Michel. FOI "Propaganda" mesmo que voc Ideologia jurídica do contr		p. 81 - Que constitui, através da forma (...) da livre empresa.			
319		PÊCHEUX, Michel. FOI "Propaganda" mesmo que voc Política do performativo		p. 80 - parece ter representado (...) ao sonho acordado.			
320		PÊCHEUX, Michel. FOI "Propaganda" mesmo que voc Guerra ideológica		p. 84 (...) se toda essa maquinana político-ideológica funciona tão bem pe			
321		PÊCHEUX, Michel. FOI "Propaganda" mesmo que voc Política		p. 74 - A propaganda não é mais um negócio militar (...) p. 87- com esse			
322		PÊCHEUX, Michel. FOI "Propaganda" mesmo que voc Assujeitamento político e		p. 87 - As condições de assujeitamento político e ideológico do capitali			
323		PÊCHEUX, Michel. FOI "Propaganda" mesmo que voc panóptico, terrorismo, naz		p. 87 - O conjunto desse dispositivo terminou por constituir um sistema			
324		PÊCHEUX, Michel. Ideologia - Aprisionamento ou ca Ideologia		p. 107 - Quando se fala hoje em dia (...) está excluída a possibilidade qu			
325		PÊCHEUX, Michel. Ideologia - Aprisionamento ou ca	socialismo real	p. 107 - A proposta seria a de (...) desenvolvimento do capitalismo.			

Fonte: Planilha do Excel gerada a partir do Formulário do Google

No entanto, há um segundo momento para produção das noções que é quando os fichamentos são publicados no Arquivo de Leituras em AD, pelo intermédio da nossa

curadoria. Nessa prática articula-se a instância da função autor com o efeito autor, pois os fichamentos que são postados no site tem efeito de unidade, tem efeito autor, na medida em que são reconhecidos como válidos e legítimos no discurso acadêmico.

A instância dupla de função autor e efeito leitor, ainda há uma aproximação possível de ser feita com a funcionalidade de uma autoria coletiva. Para tanto, trazemos a noção trabalhada por Silveira (2015) de efeito de rumor¹⁶. O rumor aqui não seria aquele ligado ao caráter informacional, cuja veracidade por ser questionada. A autora utiliza essa noção em uma segunda instância, baseando-se nos estudos de Froissart (2007, apud SILVEIRA, 2015) para tratar daquilo “é que próprio ao espaço digital, próprio de discursividade que se costuma chamar de criação, de participação coletiva” (SILVEIRA, 2015, p.167).

A autora ao analisar as *hashtags* políticas no *Twitter* percebe que sujeitos ordinários fazem circular uma determinada *hashtags* para partilhar na rede um processo de criação, ou seja, os sujeitos ordinários não se inscrevem nesses espaços pela sua autoria única, mas pelo uso de uma *hashtags* que faz com que um determinado sentido circule.

Ao aproximar essa ideia do Arquivo de Leituras, temos que a autoria dos fichamentos enviados fica anônima aos leitores, pois faz parte de uma escrita colaborativa.

Podemos trazer de novo para nossa reflexão a Wikipédia, todo o artigo e/ou verbete inserido não evidencia a autoria de um autor, pois são vários autores que contribuem para essa construção. Mas é o sentido que é atribuído aquele artigo/verboete que importa. É uma disputa pelo sentido naquele espaço que está em jogo. Esse é o modo de funcionamento na comunidade Wiki.

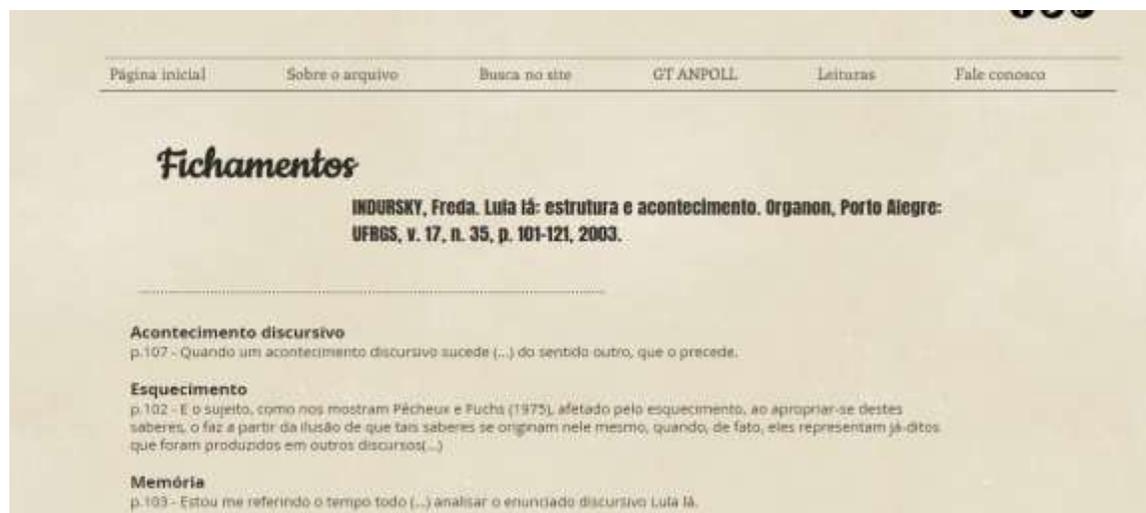
Do mesmo modo o “Arquivo de Leituras” é um espaço comum dentro da academia para a troca de leituras sobre AD, que faz circular as noções que estão sendo mobilizadas, pensadas e trabalhadas. Portanto, o ato de enviar um fichamento faz com que haja uma injunção ao fazer coletivo, à partilha de uma escrita coletiva. Portanto, assim como no caso das *hashtags* do *Twitter* ou nos verbetes da Wikipédia que levam os

¹⁶ Nesse ponto, agradeço especialmente a professora Juliana Silveira pela sua leitura feita durante a banca de qualificação da dissertação.

sujeitos a disputa de circulação de sentido, o Arquivo de Leituras em AD pode levar os sujeitos a participar de uma obra coletiva/publicizada por via da disputa dos sentidos.

Retomando a reflexão para os fichamentos publicizados no site (no que envolve a curadoria), faz-se necessário entender como esse movimento acontece. Temos que a produção do fichamento no site é uma instância já interpretada de todos os fichamentos que recebemos. O texto publicizado é resultado da interpretação da curadora, que toma por referência a formação imaginária de um fichamento do discurso acadêmico. Em outras palavras, os fichamentos têm esse efeito-leitor.

Figura 9: Compilação dos fichamentos no site



Fonte: ARQUIVO de Leituras em AD. 2016. Disponível em: <<http://biancaqueda.wixsite.com/arquivodeleituras>>. Acesso em: 02 abri. 2017.

Quando falamos de curadoria, precisamos entender como ela se deu nesse processo. Todos os fichamentos recebidos, eram organizados na planilha, como demonstramos na primeira imagem, depois “todos” eles eram indexados no site, não importando se a noção era das mais mobilizadas em AD, se compunha duas ou mais noções na palavra-chave, etc... Porém, sabemos que quando trabalhamos com a ideia de “todos” é sempre problemática, porque a totalidade é só um efeito. Não foram todos os fichamentos que foram para o site. A subtração do fichamento acontecia quando uma mesma noção era fichada por dois alunos, essa noção teria que ter sido apontada na mesma página e no mesmo parágrafo, aí somente uma que iria para a compilação dos fichamentos no “Arquivo de Leituras”.

A escolha do fichamento se deu pelo que estava mais completo, ou seja, aquele que referenciava melhor o começo e o final do parágrafo e respeitava as normas da ABNT.

Por isso, a produção de um fichamento único é justamente o que site produz, é isso que estamos compreendendo como novidade, porque os textos já existem em outros lugares e poderiam compor outros arquivos. Mas, momento em que os leitores/alunos do Arquivo de Leituras em AD se inscrevem no site, há uma produção, não é mais transporte como analisamos anteriormente no segundo capítulo. O fichamento é uma produção baseada em um texto outro, com nível grande de paráfrase, mas é uma produção, pois o leitor/aluno faz o recorte, coloca as aspas, escolhe qual trecho será usado (fragmentando assim o próprio texto) e quais noções serão destacadas. E é a partir dessa produção que fazemos a escolha do que vai ou não para que o site. Produzindo então esse efeito autor. Por isso, podemos concluir que há uma associação dentro do site de função autor e efeito autor, uma funcionando no nível enunciativo e outra no nível discursivo.

O arquivo resultante é determinado tanto pelo discurso acadêmico, quanto pela forma do discurso de escritorialidade. O arquivo trata do encontro do discurso acadêmico com o de Escritorialidade. Não se trata assim do surgimento de uma nova discursividade, mas sim de um novo arquivo.

7.3 OS LEITORES E O ARQUIVO

[...] A posição entre leitor e autor pode variar desde a maior harmonia até a maior incompatibilidade ideológica, o que vai constituir a compreensão do texto (ORLANDI, 1987, p.191).

Para iniciar esta reflexão, é preciso abordar a questão de como o leitor se apresenta no processo de leitura, ou seja, observar de que forma essa noção de leitura está imbricada com a história da escrita e da leitura. Assim:

Há vários elementos que podem determinar a previsibilidade das leituras de um texto. Nesse trabalho, gostaria de indicar dois deles:

1. Os sentidos têm sua história, isto é, há sedimentação de sentidos, segundo as condições de produção da linguagem.
2. Um texto tem relação com outros textos (a intertextualidade). (ORLANDI, 2006, p.42)

Orlandi (2006, p.48) desdobra a história da leitura pensando como o significado de algumas palavras pode constituir a relação do sujeito com o texto. Assim, o significado da palavra texto, no século XII, era “livro de evangelho”, porém no século XIII, essa palavra perdeu o seu sentido de sagrado, para um sentido mais geral, dada a quantidade de textos “profanos” que foram publicados na época. Assim, houve uma distinção para esses dois tipos de textos, o autêntico se referia ao sagrado, e os comentários aos profanos. Mais tarde, essas noções derivaram do sagrado e começaram a referir à relação de autor, autêntico seria o que é reconhecido como autor, e o que não é.

A autora também traz para a reflexão o significado da palavra interpretar, sendo ela datada do meio do século XII, mas essa concepção de interpretação era única, dada pelo mestre, e não podia ser reivindicada como fato de um indivíduo. Essa relação com os exercícios religiosos medievais nos aponta para compreender como a leitura foi por muito tempo na história uma mera e estrita repetição, além de ser extremamente determinada, criava-se o efeito de um sentido único.

Podemos pensar a interpretação, tal como a entende a Análise de Discurso, como “a base mesma da definição do dizer. O dizer é interpretável. A interpretação é sentido que retorna: o dizer que se diz. E é assim que o repetível (o saber discursivo, sua memória) constitui o dizer” (ORLANDI, 2003, p.22).

Na perspectiva da análise de discurso a leitura é o momento crítico da constituição de um texto, pois “é o momento privilegiado do processo de interação verbal: aquele em que os interlocutores, ao se identificarem como interlocutores, desencadeiam o processo de significação (ORLANDI, 1987, p.193). É nessa interação que os interlocutores instauram um espaço de discursividade, ou seja, “autor e leitor confrontados definem-se em suas condições de produção”(Ibidem,p193), e é isso que configura o processo da leitura. Deste modo:

Na proposta da Análise de Discurso, há sentidos que não se aprendem, em termos de transmissão de sentidos (posição conteudista), mas se aprende em termos teóricos e analíticos, isto é, pode-se entrar no discurso da análise de discurso, e, por aí, vislumbrar a possibilidade de uma leitura “outra”, estabelecer uma relação com o funcionamento do discurso e apreender o gesto da interpretação. Em suma, pode-se compreender que o sentido sempre pode ser outro. E isto vai compor o gesto de interpretação. Como resultado, não se adere

a uma posição, de forma estrita, trabalha-se o efeito da alteridade na leitura. (ORLANDI, 2003, p.24)

Essa alteridade pode ser pensada no modo como o sujeito sempre se constitui no outro, deste modo, a leitura funciona como a inscrição do sujeito na rede de significantes, e na própria produção discursiva onde há a inscrição do outro. Assim, segundo Orlandi:

Se pensamos no campo da leitura, isso fica assim: a função-autor tem seu duplo no efeito-leitor [...] não se pode falar do lugar do outro, no entanto, pelo mecanismo de atencipação, o sujeito-autor projeta-se imaginariamente no lugar em que o outro o espera com sua escuta, e assim, “guiado” por esse imaginário, constitui, na textualidade, um leitor virtual que lhe corresponde, como um seu duplo. (ORLANDI, 2006, p.61)

Há outra relação dentro desse processo de leitura importante de ser ressaltada, que é a tensa relação entre a paráfrase e polissemia, que fazem parte das condições de produção da leitura:

Diríamos que as leituras são múltiplas, mas não são tais que qualquer uma é boa. Há uma relação de interação que regula as possibilidades de leitura. O autor também é levado em conta e isso também faz parte das condições de produção de leitura. O jogo entre a *paráfrase* – que nesse caso seria a reprodução do que o autor quis dizer, o reconhecimento do sentido dado pelo autor – e a *polissemia* – que seria a atribuição, pelo leitor, de outros sentidos (p. 190) ao texto – é articulado, isto é, a relação existente entre paráfrase e polissemia se coloca como autolimitativa, uma dá os limites da outra. (ORLANDI, 1987, p.189).

Trazendo para esta discussão da leitura a reflexão de Gallo (2008, p.21) a respeito do discurso didático pedagógico, compreendendo que “[...] justamente por causa do seu funcionamento, não permite a posição-sujeito necessária à produção do efeito-AUTOR. Na verdade, esse discurso rejeita essa posição-sujeito”. Por tratar-se de um discurso autoritário, não há espaços para que a polissemia (outros sentidos) circulem.

No caso do “Arquivo de Leituras”, cabe questionar sobre a inscrição discursiva dessa proposta: trata-se de uma inscrição em um discurso pedagógico, ou podemos dizer que se trata, nesse caso, de uma inscrição no discurso acadêmico? Como os sujeitos ali se inscreveram? Quais os sentidos produzidos? Como o site foi interpretado pelos leitores? Que problemas/esclarecimentos essas leituras trouxeram?

De início iremos marcar que em nosso trabalho, dentro das indexações, estamos trabalhando com a ideia de noção e não conceito, porque “noção” está permanentemente

em construção, e o conceito não, ele é estanque o que nos leva a um pensamento de unívoco. Partimos do fato de que o processo de conhecimento nas Ciências Humanas é específico. Esse processo é atravessado por uma discussão, visto que enquanto Ciências Humanas trabalhamos com a ideia de noções e não de conceitos, e essas noções têm que ser interpretadas a partir de um reconhecimento do sentido: é preciso ter um gesto de leitura, por isso estamos chamando de noção e não de conceito. Já que não se trata de uma ciência utilitária, que tem como objetivo fazer algo com as coisas, mas sim discutir as próprias coisas.

Assim, já eliminamos pela própria base que temos de AD essa possibilidade de um só significado, de apenas uma interpretação. Mesmo dentro do formato do site, nos moldes de um banco de dados, nós analistas de discurso não trabalhamos com conceitos e sim noções.

O que nos cabe aqui pensar dentro do Arquivo de Leituras em AD é que cada sujeito-usuário, ao fazer o exercício de fichamento, encontrará suas próprias palavras-chave, o que exige mais do que uma leitura parafrástica, pois a palavra-chave é um recorte particular do sujeito em relação ao texto. Tomemos como exemplo, as palavras-chave que foram eleitas na obra do Courtine “Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos”. O primeiro sujeito-usuário indexou as seguintes palavras: *Interdiscurso e o lugar de constituição do pré-construído (Discurso Transverso)*, *Interdiscurso e Pré-construído*, *Identificação do sujeito e assujeitamento: Sujeito universal da FD*, *Discurso e FD à Foucault*, *FD e Sistema de Dispersão*. O segundo: *Interdiscurso*, *Posição de sujeito*, *Sujeito do discurso* e o terceiro: *Metáfora*, *Corpus discursivo*, *Interdiscurso*. Cada um realizou um olhar sobre os textos discutidos na disciplina dentro da obra. Isto se dá porque as relações de sentido de um texto se estabelecem em relação a outros textos (existentes, possíveis ou imaginários), os sentidos que podem ser lidos, ou no caso do “Arquivo de Leituras” fichados, não estão presentes ali no texto, mas passam pela relação dele com outros textos. Desta maneira, cada aluno irá estabelecer uma relação de sentido diferente com a obra, fazendo com que aponte em seus fichamentos algumas noções e não outras, pois “ninguém lê num texto o que quer, do jeito quer e para qualquer um”(ORLANDI,2006,p.12).

Orlandi (2006) explica a relação entre, o sujeito-leitor imaginário e o sujeito leitor efetivamente presente, de modo que a leitura não é uma questão de tudo ou nada, mas uma questão de historicidade. Deste modo:

[...] Há um leitor virtual inscrito no texto. Um leitor que é constituído no próprio ato da escrita. Em termos do que denominamos ‘formações imaginárias’ em análise de discurso, trata-se aqui do leitor imaginário, aquele que o autor imagina (destina) para seu texto e para quem ele se dirige. Tanto pode ser um seu ‘cúmplice’ quanto um seu ‘adversário’. (ORLANDI, 2006, p. 9).

Em toda função autor há um sujeito-imaginário, porque o autor ao escrever já imagina um possível leitor, que não será aquele que efetivamente irá ler o texto. No nosso “Arquivo de Leituras” compreendemos que há três instâncias de leitura que compõem um sujeito imaginário. A primeira é a projeção do sujeito programador, que ao criar o “Arquivo de Leituras” projeta um leitor ideal para esse site, mas essa projeção está no nível imaginário, pensar como seria um leitor que se inscrevesse na proposta do site.

A segunda instância é a projeção do sujeito que ao produzir um fichamento projeta um leitor imaginário, que seria o professor e/ou os alunos de classe, porque os fichamentos são produzidos na sala de aula e servem como um instrumento de avaliação. E a terceira seria a do sujeito curador que ao compilar todos os fichamentos cria um leitor imaginário para ler essa abstração de todos os fichamentos concretos. A respeito disso, podemos pensar na relação autor/leitor que Orlandi (2006,p.89) traz ai dizer que essa relação “se faz através dos modelos ideais de escrita e leitura, ou das posições que os interlocutores fazem a respeito de suas relações recíprocas com esses modelos” ou seja, há um pré construído de como deve ser uma boa escrita e uma boa leitura. Então, no momento em que se exerce a função autor, há um leitor imaginário ali sendo produzido, mas que não corresponde com o leitor real.

Isto pode ser compreendido na primeira instância de leitura, que foi a relação do sujeito programador com o sujeito usuário, pois de início o “Arquivo de Leituras” havia sido pensando em leitor imaginário que indexasse as palavras chaves que trariam noções de AD, mas ao contrário, quando o sujeito usuário, que neste caso é o leitor real, começaram a utilizar a ferramenta, isto foi modificado. Ao final, a plataforma reúne

palavras-chaves de diversas áreas na perspectiva de AD. Foi uma formulação que não foi feita na programação, mas que a ferramenta, quando disponibilizada para uso, criou.

É neste momento que retomamos as noções de “paráfrase” e “polissemia”, o discurso pedagógico rejeita a posição-sujeito autor, justamente por causa do seu funcionamento autoritário. Mas o “Arquivo de Leituras” está predominantemente no discurso acadêmico, que negocia com essa tensão entre a polissemia e a paráfrase. Assim, esse leitor real pode, ao entrar em contato com as leituras, produzir um gesto polissêmico, pois esse processo de cristalização dos sentidos e homogeneização de uso está muito mais presentes no discurso pedagógico. Mas que no “Arquivo de Leituras” escapa, pois são produções acadêmicas inseridas no discurso da Escritorialidade.

8 CONCLUSÕES (IN)ACABADAS

Nunca se saberá como isto deve ser contado, se na primeira ou na segunda pessoa, usando a terceira do plural ou inventando constantemente formas que não servirão para nada. Se fosse possível dizer: eu viram subir a lua, ou: em mim nos dói o fundo dos olhos, e principalmente assim: tu mulher loura eram as nuvens que continuam correndo diante de meus teus seus nossos vossos seus rostos. Que diabo. Julio Cortázar – As babas do diabo.

Diante desta página em branco, um novo capítulo se inicia, e uma dissertação se finaliza. O fato é que nunca fui muito boa para concluir minhas pesquisas, elas sempre parece recomeçarem, os sentidos nunca tem esse efeito de fecho. Sempre me pergunto: Será que é esse o momento de finalizar? Será que podemos pensar em um fecho para essa análise? Ainda mais nesse trabalho de pesquisa que fez parte de minha vida durante anos, a partir de um projeto de Iniciação Científica. Não acredito que esse seja o momento de dar um ponto final, pois o “Arquivo de Leituras em AD” ainda nos demanda sentidos.

Mas a questão é que enquanto posição-sujeito mestrandando preciso (in)acabar a dissertação, apresentar os (im)possíveis resultados e (des)cumprir os prazos. Assim, retomo Cortázar para tentar significar esse momento de conclusão “durante a narração, se fosse possível ir beber um chope por aí e a máquina continuasse sozinha (porque escrevo à máquina), seria a perfeição”.

Então temos que concluir. Algum de nós tem que concluir se é que isto vai ser concluído. Há uma precariedade em fechar um texto, não há como responder porque ele foi feito de um jeito e não de outro. Porque o processo de fechar um texto é caótico. Sabemos disso enquanto função autor, mas enquanto efeito autor quando um texto se inscreve no discurso de escrita, há um efeito de autoria/de fecho. E é esse efeito que estamos tentando dar a essa pesquisa. Ainda que essa noção de “efeito fecho” tenha sido desenvolvida pela orientadora dessa dissertação, é um desafio, até mesmo para ela, produzir esse efeito.

As perguntas que fizemos ao longo da nossa pesquisa foram muitas, obviamente que sabíamos que não seria possível responder a todas, mas a ideia era justamente colocá-las para mostrar que estávamos também pensando nelas, ainda que não conseguíssemos respondê-las nessa dissertação. Esse movimento se deu porque ao longo do próprio processo outras questões foram aparecendo e tivemos que abandonar algumas.

O primeiro desses momentos de interpretação foi pensar discursivamente o Arquivo de Leituras em AD, e como seria o seu modo de funcionamento enquanto arquivo. E em relação a isso, podemos marcar aquilo que pode funcionar como efeito de conclusão: que o Arquivo de Leituras em AD nos ajudou a compreender que não estamos simplesmente tratando de uma produção de arquivo como compilação de textos, tentando simplesmente resolver o problema “para onde o texto vai”. O Arquivo de Leituras buscou um “espaço polêmico das maneiras de ler”, tentando mostrar a opacidade do arquivo e como as clivagens subterrâneas o determinam. Opacidade que, como mostramos, se inscreve na ordem dos saberes e da memória dos discursos. Por essa razão, a materialidade do “campo de documentos pertinentes e disponíveis de uma questão” está colada em seu próprio gesto de produção. O Arquivo de Leituras em AD se constitui em duas instâncias: no gesto de produção do arquivo e no arquivo produzido.

Foi a noção de arquivo que nos permitiu pensar os processos de leitura e de produção dos fichamentos, que é o que o Arquivo de Leituras produz, pois os textos já existem em outros lugares e poderiam compor outros arquivos, mas o fichamento é o que compreendemos como novidade, pois cada sujeito-usuário, ao fazer o exercício do fichamento, escolhe suas próprias palavras-chave, o que exige mais do que uma leitura parafrástica, pois entendemos que a palavra-chave é um recorte particular do sujeito em relação ao texto. Percebemos que esse arquivo, resultante dos fichamentos, é determinado tanto pelo discurso acadêmico, como pela forma do discurso da escrituralidade. Pois, ao se produzir um fichamento, há uma função-autor do sujeito funcionando e projetando um leitor imaginário. Assim, o leitor real, ao entrar em contato com esse leitor/autor pode produzir um gesto polissêmico, pois está inserido no acadêmico, que permite esse jogo de tensão entre “paráfrase” e “polissemia”. Assim, não há uma nova discursividade ali produzida, como pensamos de início que aconteceria, mas sim o surgimento de um novo arquivo.

Esse arquivo é produzido no contexto acadêmico, contém materiais/textos científicos, mas sua circulação é na internet, através de uma plataforma digital. Tudo isso produz um deslocamento significativo na forma de ler o arquivo.

O “Arquivo de Leituras em AD” nos mostra que a estabilidade de um campo de documentos online, que escolhemos chamar de arquivo digital disponível, é só um efeito.

Pois há um jogo de tensão ali entre usuário/interface e código-fonte/programador. Essas posições estão sempre negociando espaços e muitas vezes não conversam muito bem.

Embora a pesquisa tenha se concentrado na materialização de um arquivo específico, o Arquivo de Leituras em AD, os movimentos de análise nos permitiram pensar a produção/leituras de arquivos no digital de maneira geral, como determinação da memória das práticas técnicas do digital: administração, lógica empresarial, gestão de consumo, produção das categorias unívocas de organização. Entendemos que essa soma de práticas técnicas (banco de dados, algoritmos, código-fonte, filtros de busca) constituem a materialidade do arquivo digital.

Por outro lado, nossa análise não se limitou, tampouco, em pensar só nessa relação da prática técnica com a prática política, ainda que fosse o que mais movia as pesquisas. “O Arquivo de Leituras em AD” possibilitou uma reflexão sobre o movimento de identificação/contra-identificação dos sujeitos que transitam nesse arquivo digital. O efeito de autoria no/do Arquivo de Leituras também nos ajudou a compreender esse movimento.

Enquanto o efeito autor acontece na produção da aba “fichamentos” no site, pois ali esses textos têm efeito de unidade, efeito autor e inscrevem-se no discurso da escrita; a função-autor se estabelece na produção de cada fichamento, em particular.

Por outro lado, as análises nos permitiram pensar no efeito-rumor dentro desse gesto de autoria. Os fichamentos ficam anônimos para os leitores do site, e fazem parte de uma escrita colaborativa. Os autores buscam um reconhecimento nesse anonimato, muito mais pela disputa de fazer circular o sentido atribuído por eles a uma determinada noção, do que pelo reconhecimento de autoridade para determinar um sentido único para a noção. A escrita colaborativa leva os sujeitos a produção do rumor, aquilo que é próprio do discurso da escritorialidade, pois gera um regime de compartilhamento. O efeito rumor, no Arquivo de Leituras em AD, resulta da participação coletiva dos sujeitos e da disputa pelo sentido.

As noções que foram finalmente publicizadas pelo arquivo, a nosso ver, têm um papel de destaque dentro desse processo. Assim, entendemos que houve um gesto da nossa parte, enquanto curadores do Arquivo de Leituras em AD, de textualizar no site, aquilo que se deve ler como noção. Produzimos um gesto de leitura, a partir da própria

linearidade de “verbetes aleatórios”, e a partir disso delimitamos o que poderia ser uma noção. Ou seja, houve uma leitura da curadoria dentro do próprio site, para tentar significar essa ideia de noção. Então, temos que as clivagens subterrâneas do site e sua própria textualização produziram a condição de possibilidade do que seria uma noção.

Nesta perspectiva, o que no início entedíamos por noção em AD, também foi (re)significado, pois as noções “estranhas” ao dispositivo também foram incorporadas à compilação dos fichamentos, abrindo inclusive um espaço futuro no site para experimentação, que é o da “Semeadura do Arquivo”. Ali essas noções poderão ser incorporadas automaticamente, como potenciais noções a serem refletidas pela AD.

Assim, concluímos que o discurso acadêmico se produz justamente na leitura polissêmica do arquivo científico. As noções trazidas pelos fichamentos nos permitiram olhar para esse modo de funcionamento, na medida em que articula-se aí a função de autoria do sujeito-aluno. A partir disso, estabelecemos a noção de divulgação científica-acadêmica.

Como dissemos anteriormente, trata-se de um texto inscrito no discurso acadêmico, e que esse discurso produz um deslocamento em relação ao discurso científico, mesmo considerando o gesto de transporte que aí se verifica. Esse deslocamento não é igual àquele produzido pelo jornalista que formula transferindo sentidos, mas ainda assim produz deslocamento de sentido, na medida em que o sujeito-aluno produz um tipo de "transferência" nos fichamentos. Nesse sentido, o Arquivo de Leituras em AD materializa-se no entremeio dos discursos acadêmico e o científico.

Outro movimento que nos encaminha para o efeito de conclusão foram as posições sujeitos que experimentamos ao construir esse trabalho: posição sujeito programador, posição sujeito usuário, posição sujeito crítico-pesquisador. A posição sujeito programador foi a mais desafiadora, e nela foi possível compreender o abismo que se tem entre o código-fonte e a interface, ainda que na plataforma wix.com não haja a presença de algoritmos. A posição sujeito usuário também nos possibilitou compreender que muitas vezes o que parece “claro” na disposição dos elementos do site, para uso não funciona. E a terceira posição sujeito crítico pesquisador me permitiu abandonar algumas questões que durante o processo foram acontecendo, pois elas mesmas iam se modificando.

Quando questionamos se estávamos ocupando a posição de “cientistas”, que Pêcheux (1987) conceitua como “fabricantes-utilizadores de instrumento”, não sabíamos responder. Porém, ao final da pesquisa já não importava tanto, como de início, buscar linhas de fuga da/na linguagem técnica, quero dizer, não podemos responder o quanto ficamos ligados ou não à lógica da produção capitalista, ou engessados no próprio software. Não conseguimos responder também como nós, enquanto pesquisadores da Análise do Discurso, podíamos criar nosso próprio banco de dados sem ficar reféns da tecnologia ou sem a determinação irrefutável das clivagens subterrâneas de qualquer software.

Acredito que, no início desse processo, não sabíamos o quanto estávamos distantes de uma versão final do “Arquivo de Leituras em AD”, mas talvez nem agora saibamos. Até porque recortamos para essa dissertação tudo o que foi produzido nas disciplinas de “Texto e Discurso” e “Análise de Discurso” de 2016.2, mas continuamos nossa experimentação ao longo de todo esse semestre 2017.1, ou seja, o “Arquivo de Leituras em AD” ficou congelado apenas nas reflexões da dissertação, mas tomou outra proporção no decorrer desse processo. Além disso, foi utilizado em outra disciplina do Programa de Pós Graduação em Ciências da Linguagem da Unisul, “Tópicos Especiais Discursividades online e Textualidades digitais”, Edição 2017, pelos professores Solange Gallo, Juliana Silveira (estágio pós-doutoral) e Vitor Pequeno (estágio sanduíche), o que nos permitiu reflexões outras. O “Arquivo de Leituras em AD” está sendo desenvolvido/programado como projeto de TCC no curso de Sistemas de Informação da UNISUL, pelo graduando Rodrigo Rafael Varela e orientado pelo professor Aran Morales¹⁷.

Todo esse movimento fará com que o “caldo” da nossa pesquisa engrosse, e assim, há grandes possibilidades de darmos continuidade a essas análises em trabalhos futuros. Quem sabe podendo olhar para o “Arquivo de Leituras em AD” como um efetivo mecanismo de buscas, afinal esse desejo primário ficou só na vontade.

Por fim, concluir esta pesquisa, nesse momento, é interpretar esse espaço como um espaço que permite pensar o nosso estimado “Arquivo de Leituras em AD” como uma

¹⁷ Tem experiência desde 1998 na área de Ciência da Computação e Sistemas de Informação, com ênfase em processos analíticos, atuando principalmente nos seguintes temas: data warehouse, ferramentas OLAP, mineração de dados, máquina de aprendizado e ciência dos dados.

forma de resistência, assim, nosso gesto de resistência, enquanto analistas do discurso produzindo um aparato tecnológico, é o de não ceder à produção do sentido unívoco para esse arquivo, e também, não produzir um efeito fecho para essa pesquisa nesse universo logicamente estabilizado do discurso acadêmico científico. Retomo aqui, em minhas últimas palavras, o título do texto de Ferreira (2015) “Resistir, Resistir, Resistir... Primado prático discursivo”.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Guilherme. **Algoritmizar a língua? A Análise Automática do Discurso na história da Linguística**. Plano de pesquisa do Pós-doutorado, Campinas, 2017.
- ALTHUSSER, Louis. A Corrente Subterrânea do Materialismo do Encontro (1982). Crítica Marxista. Rio de Janeiro, Editora Revan, nº 20, 2005.
- _____. Aparelhos ideológicos de estado: Nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- CANGUILHEM. **Le cerveau et la pensée**. Cours public du MURS, 20 février 1980. P. 1
- CORACINI, Maria José. **Um fazer persuasivo: O discurso subjetivo da ciência**. Campinas: Pontes, 1991.
- CORTÁZAR, Julio. As babas do diabo In: **As armas secretas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.
- CORTES, Gerenice Ribeiro de Oliveira. **Do lugar discursivo ao efeito-leitor:: movimentação do sujeito no discurso em blogs de divulgação científica**. 2015. 230 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras/linguística, Instituição: Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.
- COURTINE, Jean-Jacques; MIRANDIM, J. M. **Quel Object pour l'analyse du discours?** Materialités discursives. Lille: Press Universitaires, 1981.
- ELMASRI, Ramez; NAVATHE, Shamkant B. **Sistemas de Bancos de Dados**. Pearson, 6 a. edição, 2011.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Resistir, Resistir, Resistir... Primado prático discursivo!** IN: Discurso, resistência e Cascavel: Edunioeste, 2015.
- _____. (orgs.). Memória e história da/na Análise do Discurso. Campinas: Mercado de Letras, 2011.
- FLORES, Giovanna; NECKEL, Nádia. Disciplina Obrigatória da Linha de Pesquisa: **Texto e Discurso**. Disciplina do Mestrado em Ciências da Linguagem. Anotações em sala de aula. Palhoça: UNISUL, set./dez. 2015.
- FLORES, Giovanna Gertrudes Benedetto. **Os Sentidos De Nação, Liberdade E Independência na Imprensa Brasileira (1821-1822) e A Fundação Do Discurso Jornalístico Brasileiro**. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

_____. **Entre a ciência e a mídia: um olhar da assessoria de imprensa.** Dissertação (Mestrado em Ciência da Linguagem) – Unisul, 2005.

FIGUEROLA, Carlos. **The vision of Science through the Spanish general Press.** ECyT Institute University of Salamanca. Encuentro de la Cátedra Salamanca. Salamanca, 2016.

FORGIARINI, Giovani Aiub. **Arquivo em análise do discurso: uma breve discussão sobre a trajetória teórico-metodológica do analista.** Leitura Maceió, n.º.50, p. 61-82, JUL./DEZ. 2012. Disponível online em: www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/viewFile/1149/784. Acesso em 06 ago. de 2016.

GADET, Françoise. Prefácio. IN: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997.

GADET, F.; LÉON, J.; MALDIDIER, D.; PLON, M. Apresentação da conjuntura em linguística, em psicanálise e em informática aplicada ao estudo dos textos na França em 1969. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014. p. 39-58.

GALLO, Solange. **A ciência da linguagem e a tecnologia.** IN. Revista da ABRALIN, vol.10/n4, Curitiba: UFPR. 2011. p. 279-293.

_____. **A internet como acontecimento.** In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange;

_____. **Autoria: questão enunciativa ou discursiva?** IN Revista Linguagem em (Dis)curso, volume 1, número 2, jan./jun. 2001

_____. **C&T: Um movimento na História.** Trab. Apres. no GT de Análise do Discurso XXV Enanpoll. UFMG: Belo Horizonte. 2010.

_____. **Como o texto se produz: uma perspectiva discursiva.** Blumenau: Nova Letra, 2008.

GALLO, Solange Discursividade online. In: SEMINÁRIO EM ANÁLISE DE DISCURSO,5.,2011, Porto Alegre. **Anais...** Disponível em: <http://solangegallo.blogspot.com.br/2012/09/discursividade-online.html>>. Acesso em: 06 abr.2017.

_____. **O ensino da língua escrita x o ensino do discurso escrito.** Dissertação de mestrado em Lingüística, Unicamp, 1985.

_____. **Processo de legitimação no discurso de escritorialidade.** Texto apresentado no VII SEAD (Seminário de Análise do Discurso). Recife, 2015.

GALLO, Solange Leda; FLORES, Giovanna Benedetto; PINOTTI, Ângela; SOUZA, Catarina Rivadávia de. Ler o arquivo hoje. In: INDURSKY, Freda, FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). **Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar.** São Carlos: Claraluz, 2005.

GALLOWAY. Qual o potencial da rede. In: SILVEIRA, Sergio Amadeu. **Cidadania e redes digitais = Citizenship and digital networks .1.** ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil; Maracá : Educação e Tecnologias, 2010.

GRIGOLETTO, Evandra. **Do lugar discursivo à posição-sujeito: os movimentos do sujeito-jornalista no discurso de divulgação científica.** In: Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua. Porto Alegre: Nova Prova 2008.

GUIMARÃES, Eduardo. Expressão modalizadora no discurso de divulgação científica. **Revista Educação e Linguagem**, ano 4, n. 5, jan./dez. 2001. Disponível em: <http://www.anaisdosead.com.br/sead7_simposios.html>. Acesso em: 04 mar.2017.

_____. **Semântica do acontecimento.** 2002. Campinas: Ed. Pontes.

_____. **Produção e circulação do conhecimento.** Campinas: Pontes.2003.

HENGE, Gláucia da Silva. **Sujeitos e Saberes: Redes Discursivas em uma Enciclopédia Online.** Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Letras/UFRGS, 2009.

HENRY, Paul. **A história não existe?** (1984) In: ORLANI, E.P. et al (Org.). Gestos de leitura: da história no discurso. Trad.: Bethania S.C. Mariani et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994. (Col. Repertórios)

LATOUR, B. **O todo é sempre menor que as partes: um teste digital acerca das mônadas de Gabriel Tarde.** In: Parágrafo. JUL. /DEZ.2015, V. 2, N. 3 (2015) ISSN: 2317- 4919. Tradução: Flávia Gonsales e Beatriz Redko do texto “The Whole is Always Smaller Than Its Parts”- How Digital Navigation May Modify Social Theory” publicado no British Journal of Sociology, v. 63, n. 4, p. 591-615, 2012.

MAINGUENEAU, Dominique; CHARAUDEAU, Patrick. **Dicionário de análise do discurso.** São Paulo: Contexto, 2004.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso.** Campinas. Pontes, 1989.

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje.** Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARANDIN, Jean-Marie; PÊCHEUX, Michel. Informática e Análise do Discurso. In: PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice (Orgs.). **Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 111-115.

MARIANI, Bethânia. **O PCB e a Imprensa: O comunismo imaginário, práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

MARINHO, Marildes. A escrita nas práticas de letramento acadêmico. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, [s.l.], v. 10, n. 2, p.363-386, 2010.

MAZIÈRE, Francine. **A análise do discurso: história e práticas**. São Paulo: Parábola, 2007.

MITTMANN, Solange. **Desentendimentos sobre a noção de autoria no âmbito acadêmico**. IN: Análise do Discurso, Cultura e Mídia. Vol.2. Campinas: Pontes, 2016. p.11-24.

_____. **Formação discursiva e autoria na produção e na circulação de arquivos**. IN: Conexão Letras. A noção de arquivo em Análise do Discurso: relações e desdobramentos/ Programa de Pós-Graduação do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. - Vol. 9, n. 11. - Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

NOBLE, Debbie Mello. **“Quem mexeu no meu texto?”: Língua, poder e autoria nos dizeres sobre o revisor de textos da publicidade**. 2016. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestre em Estudos da Linguagem – Análises Textuais, Discursivas e Enunciativas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

NUNES, José Horta. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 2, 2005, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/JoseHortaNunes.pdf>>. Acesso 25 ago. 2014.

NEOTTI, Carolina. **Autoria e plágio em monografias: uma abordagem discursiva**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A contrapelo: incursão teórica na tecnologia - discurso eletrônico, escola, cidade**. RUA, v. 2, n. 16, 2010.

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Unicamp, 2007.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** Campinas, SP: Pontes, 1999.

_____. **A linguagem e seu funcionamento: as formas de discurso.** Campinas, SP: Pontes, 1987.

_____. **A leitura e os leitores.** Campinas, SP: Pontes, 2003.

_____. **Discurso e Texto: formação e circulação dos sentidos.** Campinas: Pontes, 2001.

_____. **Discurso e leitura: formação e circulação dos sentidos.** São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Gestos de leitura: da história no discurso.** 2ªed. Campinas, SP: Unicamp, 1997.

_____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.** 5. ed.,Campinas, SP: Pontes Editoras, 2007.

_____. **Leitura e discurso científico.** IN: ORLANDI, Eni P. (org.). Interpretação. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 132-143.

_____. **Linguagem, ciência, sociedade: o jornalismo científico.** IN: ORLANDI, Eni P. (org.). Cidade dos sentidos. Campinas: Pontes, 2004.

_____. **O objeto de ciência também merece que se lute por ele.** IN: MALDIDIER, Denise. A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas: Pontes, 2003.

_____. **O estatuto do texto na história da reflexão sobre a linguagem.** IN: Discurso e Texto. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005. p. 73-98

_____. **Segmentar ou recortar?** IN: **Linguística: questões e controvérsias.** Uberaba, MG: Faculdades Integradas de Uberaba, 1984.

PÊCHEUX, Michael. (1982). **Ler o Arquivo Hoje.** IN: Gestos de leituras: da história no discurso. Campinas. 1994. p.55-66.

PÊCHEUX, Michael. (1982). **Ler o Arquivo Hoje.** IN: Gestos de leituras: da história no discurso. Campinas. 1994. p.55-66.

_____. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Trad. de Eni P. Orlandi. 3. Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** 4ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

PEQUENO, Vitor. **Nos solos da rede: Sobre o ideológico no âmago do técnico.** Dissertação defendida no Programa de Divulgação Científica e Cultural do IEL/ UNICAMP. Campinas, 2014.

_____. As vicissitudes excepcionais dos estudos sobre o digital em AD. In: III Seminário Discurso, Cultura e Mídia (Sedisc), Palhoça, 2017.

RANCIÈRE, Jacques. **Políticas de Escrita.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

ROGERS, Richard. **O fim do virtual: os métodos digitais.** In: Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação. Vol. 10. nº 3. UFJF, 2016. Disponível em: <<https://lumina.ufjf.emnuvens.com.br/lumina/search/authors/view?firstName=Richard&middleName=&lastName=Rogers&affiliation=&country=BR>>. Acesso em 03 mar 2017.

SANTOS, Dayane Alves. **ANAIS ELETRÔNICOS III ENILL Encontro Interdisciplinar de Língua e Literatura.** 29 a 31 de agosto de 2012, Itabaiana/SE: Vol.03, ISSN: 2237-9908. 2012.

SARGENTINI, Vanice. **A memória discursiva do tema trabalho.** Revista do GELNE, ano 2, n. 2, 2000. Disponível em: http://www.gelne.ufc.br/revista_ano2_no2_38.pdf. Acesso 26 ago.2014.

SEMEM, Janaína. **Da inscrição do sujeito na escrita acadêmica.** Dissertação (Mestrado em Linguística da UFSC), 2017.

SILVEIRA, Juliana da. **Rumor(es) e humor(es) na circulação de hashtags do discurso político ordinário no twitter.** 2015. 2011 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras/linguística, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

ZAMBONI, Lilian Márcia Simões. **Cientistas, jornalistas e a divulgação científica: subjetividade e heterogeneidade no discurso da divulgação científica.** Campinas: Autores Associados, 2001.

ZILIO, Katia Cristina Schuhmann. **O processo busca/pesquisa na internet: gestos de leitura e condições de produção da autoria na escola.** Tese defendida no Programa de Pós Graduação em Ciência da Linguagem, Unisul. Palhoça, 2016.